

CRISTINA CARRASCO

# ESTATÍSTICAS SOB SUSPEITA



PROPOSTA DE NOVOS INDICADORES COM BASE NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

CRISTINA CARRASCO

# ESTATÍSTICAS SOB SUSPEITA

PROPOSTA DE NOVOS INDICADORES COM BASE NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO BRASILEIRA  
NALU FARIA E RENATA MORENO

INTRODUÇÃO  
MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

TRADUÇÃO DO CATALÃO  
JOSÉ VALENZUELA PEREZ



sof  
SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

São Paulo, 2012

Trabalho e participação como instrumentos de construção de igualdade de gênero.  
Convênio nº 022/2009 – SPM/PR

*Estadístiques sota sospita: proposta de nous indicators des de l'experiència femenina*



**Diretoria**

Táli Pires de Almeida – *Presidenta*  
Marilane Oliveira Teixeira – *Vice-presidenta*,  
Vera Lúcia Ubaldino Machado – *Primeira-secretária*  
Denise Gomide Carvalho – *Segunda-secretária*  
Maria Luiza da Costa – *Primeira-tesoureira*  
Beatriz Costa Barbosa – *Segunda-tesoureira*

**Conselho Fiscal**

Alice Mitika Koshiyama  
Ângela das Graças Oliveira Santos  
Eliana Gonçalves  
*Suplente*: Jorge Kayano

**Equipe Técnica**

Nalu Faria – *Coordenadora geral*  
Miriam Nobre  
Neuza Tito  
Sonia Coelho  
Neide Yamaguchi  
Renata Moreno

**Equipe Administrativa**

Lais Sales Costa – *Gerente administrativa*  
Andreia Dias Pereira  
Elaine da Silva Campos

**Apoio e Manutenção**

Antonio Pinheiro Maciel Filho

SOF Sempreviva Organização Feminista  
Rua Ministro Costa e Silva, 36  
05417-080 – São Paulo – SP  
Fone/fax: (11) 3819-3876  
www.sof.org.br  
sof@sof.org.br

**Equipe Editorial**

Maria Otilia Bocchini – *Edição geral, preparação*  
Adriana Gabriel Cerello – *Revisão*  
Maria Elena O. O. Assumpção – *Revisão da tradução*

Caco Bisol – *Projeto gráfico e diagramação*  
Biba Rigo – *Ilustração da capa*

Impressão: Fabracor  
Tiragem: 1000 exemplares

Esta obra foi licenciada com uma Licença  *Creative Commons – Atribuição – Uso Não-Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil*. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C311e CARRASCO, Cristina  
Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores  
com base na experiência das mulheres / Cristina Carrasco;  
tradução José Valenzuela Perez . São Paulo, SOF Sempreviva  
Organização Feminista, 2012 .  
160p.  
ISBN 978-85-86548-20-8

1. Economia Feminista 2. Indicadores 3. Políticas Públicas I. Título

# SUMÁRIO

- 5** Apresentação da edição brasileira  
*Nalu Faria e Renata Moreno*
- 9** Apresentação  
*Marta Selva Masoliver*
- 13** Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres  
*Marilane Oliveira Teixeira*
- 31** Preâmbulo

## PARTE I: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

- 35** Introdução: o objetivo de um sistema de indicadores
- 36** O objetivo de um sistema de indicadores não androcêntricos:  
da igualdade à recuperação da experiência das mulheres
- 39** A sustentabilidade da vida como objetivo social e político
- 42** Os espaços de relação: para além da dicotomia público/privado

## PARTE II: CAPACIDADES E INDICADORES

- 47** Capacidades e indicadores: algumas questões prévias
- 51** População e domicílios: indicadores de contexto
- 53** Capacidades
  - 53** Acesso à saúde
  - 61** Acesso à educação e ao conhecimento

- 71** Acesso a um espaço doméstico adequado e seguro
- 79** Acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas
- 90** Acesso à obtenção de rendimentos monetários
- 96** Acesso à mobilidade e ao planejamento territorial adequados
- 105** Acesso ao tempo livre e às atividades esportivas
- 112** Acesso aos cuidados
- 123** Acesso a uma vida livre de violência
- 132** Participação social e política na comunidade
- 145** As mulheres migrantes: a diferença na diferença
- 153** Referências bibliográficas
- 159** Autoras e organizadoras

## APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO BRASILEIRA

A tradução e publicação deste livro se inserem na trajetória da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) de incorporar as contribuições da economia feminista em suas análises. As reflexões e as lutas que compartilhamos na Marcha Mundial das Mulheres, na Rede Economia e Feminismo (REF) e na Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía (REMTE) contribuíram para posicionar o feminismo em uma perspectiva anticapitalista que vai além de identificar apenas os impactos diferenciados do modelo econômico sobre as mulheres. A economia feminista tornou-se uma ferramenta capaz de demonstrar de que forma a desigualdade das relações entre homens e mulheres constitui uma das bases de manutenção do atual sistema econômico.

Ao lançar luz sobre a produção do viver, recolocando a questão do trabalho doméstico no centro dos debates feministas, esta perspectiva dialoga com os processos de lutas conjuntas com os movimentos sociais e afirma que, se as propostas políticas querem construir a igualdade, devem incidir, necessariamente, nas bases materiais que sustentam todas as formas de desigualdade e discriminação.

Em 2008, a SOF realizou o Seminário Internacional sobre Trabalho Doméstico e, ali, Cristina Carrasco apresentou reflexões sobre uma teoria econômica não androcêntrica que, para construir novas ferramentas de análise das realidades social e econômica, incorpora as reflexões acumuladas pelo feminismo.

O androcentrismo refere-se às construções de noções que tomam a experiência dos homens como universais, ou seja, que ocultam ou desconsideram as experiências das mulheres. Um exemplo presente na linguagem, mas que acaba se reproduzindo em distintas áreas do conhecimento, é o uso do termo “homem” para se referir ao conjunto dos seres humanos. Uma ciência que se produza naturalizando as experiências dos “homens” como se fossem universais, termina por reproduzir

uma visão enviesada do fenômeno que pretende demonstrar e estudar, pois desconsidera que a humanidade é composta por homens e mulheres e que há diferenças e desigualdades entre esses sujeitos. Dessa forma, a produção de conhecimento torna invisível as experiências das mulheres na elaboração de noções, conceitos e teorias.

O mesmo efeito se reproduz na teoria econômica e na produção de estatísticas. No paradigma dominante da teoria econômica, o que se considera objeto de estudo são as atividades humanas que se realizam na esfera do mercado e que são monetarizadas. Dessa forma, se desconsidera na análise econômica todo o trabalho que as mulheres realizam gratuitamente na esfera da reprodução e no ambiente doméstico. Por isso, a economia feminista insiste na necessidade de expansão das fronteiras do que é considerado econômico, incorporando um conjunto de atividades não monetarizadas e ampliando a noção de trabalho para além daquele que é remunerado e que encontra substitutos no mercado.

A crítica feminista à produção de estatísticas percorre o mesmo caminho, já que as estatísticas são construções teóricas. O que medem ou deixam de medir, vai depender daquilo que tenham por objetivo mensurar e da análise das visões teóricas que orientam suas elaborações. Mas as estatísticas são úteis não apenas para as análises teóricas, mas também para a orientação de políticas públicas. Sendo assim, as estatísticas elaboradas somente com os referenciais da experiência masculina produzem políticas públicas enviesadas, reprodutoras das desigualdades.

A produção de estatísticas é, portanto, mais um terreno de disputa para uma perspectiva feminista. No Brasil, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) não mede o tempo gasto pela população nos chamados afazeres domésticos. A partir do momento em que esse tempo passa a ser medido, a pesquisa fornece mais elementos para a disputa em torno da necessária divisão desse trabalho entre homens e mulheres, pois torna visível uma parte da desigualdade sobre a qual se estruturam, cotidianamente, as relações sociais. Esse exemplo aponta ainda outra disputa, agora em torno da necessária ampliação da noção de trabalho, dado que a expressão “afazer doméstico” não explicita que se trata, na realidade, de um trabalho necessário para a reprodução econômica da sociedade, embora seja realizado no âmbito privado.

A reflexão sobre os sistemas de indicadores de gênero é contextualizada e desenvolvida na introdução de Marilane Oliveira Teixeira; ela recupera esses debates, apresentando a perspectiva feminista sobre os indicadores e um olhar crítico que aponta para a construção de novos modelos.

O estudo realizado por Cristina Carrasco para o Instituto Catalão das Mulheres (ICD<sup>1</sup>), reproduzido integralmente, propõe um novo modelo para compreender e analisar a realidade. Essa proposta não androcêntrica recusa a experiência dos ho-

1. A sigla ICD abrevia o nome em catalão (Institut Català de les Dones) do Instituto Catalão das Mulheres.

mens como universal, de modo que permite compreender a realidade das mulheres de um novo ângulo, que não seja apenas aquele do que lhes falta para se igualarem aos referenciais masculinos. Ao contrário, a base para a formulação do novo modelo é a experiência de mulheres e homens e o objetivo de se medir a satisfação das necessidades humanas, para orientar o planejamento de políticas geradoras de igualdade.

Com a publicação deste estudo no Brasil, a SOF pretende contribuir com o debate, a proposição e a formulação de políticas de igualdade no campo e na cidade. As referências da sociedade em que o estudo foi realizado, a catalã, são distintas da brasileira. Estudos desse tipo no Brasil devem, necessariamente, refletir a diversidade regional, a realidade rural e a urbana e as dimensões de raça e de etnia que marcam as relações sociais no país.

A reflexão sobre estatísticas e indicadores não androcêntricos e a realização de estudos desse tipo em nível local, a partir dos movimentos sociais e do poder público, são caminhos para avançar na compreensão das desigualdades e, assim, avançar na construção de políticas de igualdade entre homens e mulheres.

*Nalu Faria e Renata Moreno*



## APRESENTAÇÃO

Um indicador é uma medida, um número, um fato, uma opinião ou uma percepção que indica uma situação específica e que mede as variações nessa situação ou condição, no decorrer do tempo. Os indicadores são a representação de determinado fenômeno e mostram, total ou parcialmente, a realidade. Eles expressam tal realidade de acordo com os parâmetros considerados válidos na sociedade em que se situam.

Os indicadores de gênero são muito recentes, já que, tradicionalmente, não se fazia distinção entre mulheres e homens nesse âmbito de trabalho. Têm a função de tornar visíveis as mudanças sociais em termos de relação de gênero ao longo do tempo. A utilidade desses indicadores consiste em mostrar a situação específica das mulheres e dos homens, bem como as mudanças que se produzem nesses dois grupos de população.

Para o planejamento correto da ação política e da administração é imprescindível dispor de indicadores que detectem preferências, necessidades e prioridades políticas ou sociais das mulheres e dos homens, e que permitam saber em que medida e de que maneira os objetivos e resultados previstos foram atingidos. Os indicadores ligados aos interesses estratégicos de gênero são a ferramenta adequada para alcançar aqueles objetivos, porque nos levam a refletir sobre as características que se resultam da socialização diferenciada dos sexos, a medir sua incidência, seu valor social e os padrões predeterminados que marcam a vida das pessoas. O conhecimento que vem desses indicadores significa uma aproximação à situação das mulheres e dos homens, bem como à influência de determinados fatores que explicam diferenças de comportamento, atitudes e valores entre os dois sexos.

Na Catalunha, os indicadores são ferramentas indispensáveis para o planejamento das políticas, tanto para prever e empreender ações, como para avaliar outros

parâmetros orientadores sobre a situação atual das mulheres. Somente a partir do conhecimento e da análise da realidade, poderemos garantir a realização de ações que visem à igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens como elemento necessário para governar na direção da competitividade, do progresso e da mudança social.

É evidente que todo sistema de indicadores situa-se dentro de um enquadramento teórico e que esse não é neutro, pois recolhe as orientações ideológicas predominantes no meio social e no acadêmico dentro dos quais se constrói e se desenvolve esse sistema. Assim, portanto, em uma sociedade em que o modelo dominante continua sendo o modelo patriarcal, os diferentes sistemas de análises de dados usados nos vários campos de pesquisa e estudo são sistemas em que a perspectiva das mulheres ocupou, até agora, um espaço insignificante.

A proposta de indicadores não androcêntricos que se apresenta neste trabalho é um passo adiante, já que tanto a perspectiva conceitual em que se baseia quanto as operações estatísticas que requer servem para fazer uma nova leitura das fontes disponíveis no sistema de estatísticas da Catalunha. Nesse sentido, esta publicação representa uma boa oportunidade para aprimorar as fontes e gerar novas necessidades de informação estatística.

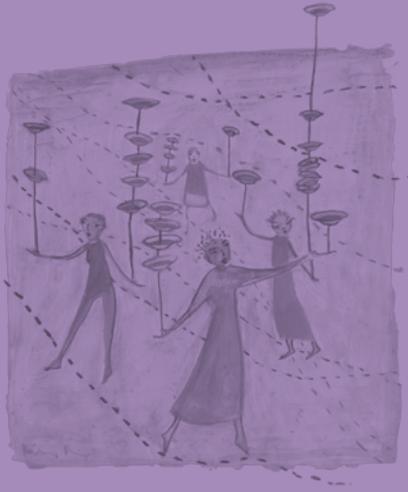
A nova proposta de indicadores que apresentamos pretende, portanto, avançar na transformação dos modelos existentes para dar lugar a novas políticas econômicas, sociais e culturais, em que os conhecimentos, os valores e as habilidades próprias das mulheres tenham o protagonismo que merecem, e em que as referências que sustentam o conhecimento teórico e empírico incluam as contribuições das mulheres à sustentabilidade da vida humana.

Neste texto diz-se que “há indicadores possíveis e desejáveis” e se evidencia a importância da análise comparativa. Os indicadores apresentados são classificados de maneira diferente, também, segundo sua disponibilidade. Incluem-se, portanto, indicadores disponíveis, indicadores que requerem um uso específico ou algum tratamento estatístico especial, e indicadores que não estão disponíveis por falta de algum dado básico não recolhido, atualmente, em nenhuma fonte estatística. É desses últimos que surgem as novas necessidades de informação.

Por conseguinte, este trabalho é o primeiro passo, imprescindível, para continuar avançando na visibilidade das mulheres, em suas circunstâncias de vida e no reconhecimento social de suas contribuições. Mais ainda, é ferramenta privilegiada para a análise, o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das novas políticas públicas que hão de nos permitir configurar uma sociedade mais equitativa e justa.

*Marta Selva Masoliver*

*Presidenta do Instituto Catalão das Mulheres (ICD)*



---

# INTRODUÇÃO



# SISTEMA DE INDICADORES DE GÊNERO: INSTRUMENTO PARA CONHECER E RECONHECER A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

*Marilane Oliveira Teixeira*<sup>1</sup>

No processo de elaborações teóricas e empíricas no campo da economia, vêm se afirmando, como define a própria Cristina Carrasco, dois enfoques que orientam o desenvolvimento da pesquisa sobre indicadores relacionados com a vida das mulheres: de um lado, *economia e gênero* e, de outro, *economia feminista*. Ambos se expressam em elaborações da economia criadas a partir das teorias feministas.

Correndo o risco de exagerar nas simplificações, podemos identificar na teoria feminista ao menos duas grandes linhas de pensamento. A primeira enfatiza a conquista dos direitos e a igualdade entre os sexos, sem propor alterar o modelo dominante. A segunda linha de pensamento reconhece a importância da igualdade de direitos, mas avança ao propor que a situação das mulheres seja compreendida a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não somente daquilo que falta para se igualarem aos homens (Carrasco, 2006).

Quando essas duas linhas de pensamento são traduzidas para o campo econômico, o enfoque *economia e gênero* destacará as desigualdades econômicas entre homens e mulheres, mas dentro dos marcos analíticos já estabelecidos, sem questioná-los. A *economia feminista*, ao contrário, enfatizará a necessidade de superar a estrutura dicotômica, para então se construírem paradigmas mais apropriados para a análise socioeconômica e a integração das diversas atividades que fazem parte da reprodução social e da sustentabilidade da vida humana (Picchio, 2001; Carrasco, 2001; Peter, 2003; Power, 2004; Pérez, 2005).

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias: os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico além de as relações afetivas

1. Marilane Oliveira Teixeira é economista, doutoranda no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista na área de relações de trabalho e gênero.

e emocionais essenciais para o ser humano também não poderem ser adquiridas no mercado.

Nesse sentido, alguns temas são centrais para a economia feminista, como os programas de ajustes estruturais propostos pelos governos e seus impactos sobre as mulheres; a distribuição dos recursos públicos de forma a favorecer o ingresso das mulheres no mercado de trabalho; a divisão sexual do trabalho; a distribuição na sociedade dos trabalhos pagos e não pagos; os sistemas de seguridade social e contribuição previdenciária, entre outros.

Entretanto, no campo da economia feminista, destaca-se uma linha de estudo, enfatizada por Cristina Carrasco, que adota como ponto de partida a centralidade da vida humana. Esse enfoque, conhecido como *economia feminista da ruptura*, tem vários pontos em comum com o enfoque das *capacidades*, desenvolvido por Amartya Sen e Martha Nussbaum, e com o enfoque da *reprodução social*, de Antonella Picchio (2005).

Para Sen (1990, 1992), o enfoque das capacidades se apresenta como um instrumento importante para avaliar as desigualdades de gênero ao defender que homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades, quer dizer, as mesmas capacidades de escolherem com independência o que querem para suas vidas.

Diferentemente da economia neoclássica, que centra sua análise na utilização eficiente e racional dos recursos, a proposta desse autor e dessas autoras é colocar como tema central a satisfação das necessidades humanas. Isso implica em dar outro significado a temas como trabalho, ampliando sua definição e contribuindo, dessa forma, para tornar visíveis variadas atividades que são realizadas no interior das sociedades. Essa análise feminista contribui para os objetivos de reconhecer novas estatísticas, de construir novos indicadores, de discutir em outros termos as políticas públicas e de modificar a perspectiva de análise; ela reconhece e dá valor ao trabalho não remunerado, realizado tradicionalmente pelas mulheres e cujo objetivo direto é o cuidado da vida humana.

Entretanto, a análise na perspectiva feminista não é uma tarefa fácil uma vez que a maioria das informações sobre os recursos econômicos mencionados estão disponíveis dentro das casas e, aí, reside a dificuldade para identificar como esses recursos são distribuídos.

## O DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES RELACIONADOS AO GÊNERO FEMININO

A ideia que temos hoje sobre desenvolvimento surge nos anos de 1950. Até então, o Produto Interno Bruto (PIB) era a única medida conhecida como indicador natural do crescimento econômico, constituindo uma visão restrita à produção de mercadorias.

O debate sobre o desenvolvimento surge da tentativa de destacar aspectos de cunho social, como emprego, necessidades básicas, educação e equidade. Cada um desses objetivos destaca os caminhos para se alcançar o desenvolvimento ou os fatores necessários para avaliar se uma determinada sociedade é ou não desenvolvida. Uma definição bastante razoável consiste em dizer que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento econômico servem à ampliação da capacidade dos seres humanos no sentido de fazer aquilo que entenderem ser o melhor para suas vidas. Segundo essa visão, são quatro as capacidades humanas fundamentais: a) ter uma vida longa e saudável; b) ser instruído; c) viver em condições materiais dignas; d) ser capaz de participar da vida da comunidade e poder fazê-lo.

Essa concepção de desenvolvimento como expansão das liberdades humanas foi mais bem formulada pelo indiano Amartya Sen<sup>2</sup> e, trabalhada por um grupo de especialistas liderados pelo cientista Mahbub Ul Haq, deu origem ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado para todos os países e publicado a cada ano desde 1990. A essência do IDH está na afirmação de que o desenvolvimento é um processo no qual a ampliação das possibilidades de escolha dos indivíduos é, a um só tempo, meio e fim, e de que, para isso, não se pode reduzir tudo a uma questão de aumento da renda. No mínimo tão importantes quanto a própria renda, são a ampliação do conhecimento e a melhoria das condições de vida, de maneira a permitir uma existência longa e saudável. Daí as três *dimensões* fundamentais do Índice de Desenvolvimento Humano: renda *per capita*, expectativa de vida ao nascer e educação.

O uso de indicadores se dissemina a partir dos anos de 1980, em um contexto cujo debate central dizia respeito ao impacto das decisões políticas sobre os níveis de pobreza. Nesse período se formulou um grupo de *indicadores sociais* com o objetivo de acompanhar a evolução em áreas como saúde, educação e emprego, entre outras. No entanto, esses indicadores não levavam em conta as diferenças de sexo.

É somente em meados da década de 1990 que ganhou relevância a produção de índices que consideram a *variável* sexo.

Em 1994, Ahmet Halis Akder escreveu um importante trabalho para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) analisando estudos que usaram o IDH de forma desagregada (por sexo) e, seguindo em suas conclusões, o autor propõe que o IDH fosse desagregado por grupos, incluindo o grupo dos homens e o grupo das mulheres. A partir daí, em 1995, surgem os primeiros indicadores com recorte de gênero formulados pela ONU (Organização das Nações Unidas).

A IV Conferência Internacional da ONU sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, contribuiu para impulsionar o desenvolvimento de *índices desagregados*<sup>3</sup> no âmbito dos governos. Daí o surgimento de várias iniciativas, em diferentes

2. Ver, principalmente, Sen (1992 e 1999).

3. Índices desagregados são índices abertos por gênero masculino e feminino.

países, para elaborar e monitorar indicadores desagregados por sexo. Esses indicadores tinham como objetivo avaliar as condições socioeconômicas das mulheres e servir de instrumento de planejamento e execução de programas de governo.

Desde então surgiu uma vasta literatura propondo metodologias para se medir a desigualdade de gênero.

A melhoria dos índices se intensificou desde a Declaração do Milênio das Nações Unidas, em 2000, quando foram estabelecidas metas concretas e mensuráveis de desenvolvimento e de empoderamento das mulheres, a serem alcançadas pelos países signatários da declaração. Essas metas são avaliadas e comparadas em escala nacional, regional e global.

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O USO DE INDICADORES

O indicador é uma medida, geralmente quantitativa, usada para representar de forma simples um conjunto de fenômenos complexos, incluindo tendências e avanços ao longo do tempo. Os indicadores permitem medir, de modo simplificado, as mudanças de determinada situação específica no decorrer do tempo.

Entretanto, quando se formula um indicador é importante observar que há critérios que precisam ser colocados em prática. Em primeiro lugar vêm os critérios técnicos, exemplificados a seguir, que garantem ao indicador consistência e aplicabilidade:

- a relevância das variáveis e dos indicadores, expressa na capacidade de descreverem o fenômeno em questão, bem como a avaliação e o monitoramento da evolução dos dados;
- a possibilidade de comparação entre as variáveis e os indicadores para elaboração de séries históricas e contrastes com realidades semelhantes;
- a disponibilidade de cobertura; e
- a periodicidade de atualização dos dados.

Outro tipo de critério se refere à adequação teórica do sistema de indicadores. Ou seja, não é suficiente uma boa seleção de variáveis e de indicadores se esses não fornecerem uma avaliação da realidade em que são aplicados nem trouxerem consigo um potencial explicativo. Nesse sentido, é muito importante relacionar sempre os indicadores ou os sistemas de indicadores com as concepções que eles procuram demonstrar.

### INDICADORES SINTÉTICOS OU SISTEMA DE INDICADORES

De acordo com Paulo Jannuzzi (2001), os indicadores sociais são classificados de acordo com as diversas aplicações a que se destinam. A classificação mais comum

é a divisão dos indicadores de acordo com a área temática da realidade social a que se referem. Por exemplo: indicadores de saúde (taxa de mortalidade infantil), indicadores educacionais (taxa de alfabetismo), indicadores do mercado de trabalho (taxa de ocupação). Contudo, há classificações temáticas mais agregadas, usadas na denominação dos Sistemas de Indicadores Sociais, como os indicadores socioeconômicos, de condições de vida, de qualidade de vida.

Outra forma de classificação corresponde à divisão dos indicadores entre objetivos e subjetivos, também denominados por especialistas como quantitativos e qualitativos, respectivamente.

Os *indicadores objetivos ou quantitativos* se referem às ocorrências concretas e são construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis. Um exemplo de indicador objetivo é o percentual de domicílios com energia elétrica.

Os *indicadores subjetivos ou qualitativos* correspondem a medidas construídas a partir da avaliação de indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantados em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão.

Além disso, os indicadores podem receber um tratamento posterior, a partir da reunião de alguns deles em um indicador único, chamado de *índice sintético*. É um instrumento que mescla e sintetiza diferentes indicadores em um único valor médio.

Já um *sistema de indicadores* é a combinação de diversas medidas e variáveis que procuram traçar perfis abrangentes de determinadas temáticas.

Nos anos de 1990 se disseminou a produção de *índices sintéticos de gênero*, por diferentes organismos internacionais, com o propósito de comparar a realidade das mulheres de diferentes países através de uma escala de classificação.

Atualmente há oito índices sintéticos de gênero internacionais, três deles formulados pela ONU: o *Gender-related Development Index (GDI)*, o *Gender Empowerment Measure (GEM)* e foi lançado o *Gender Inequality Index (GII<sup>4</sup>)*, publicado juntamente com o Índice de Desenvolvimento Humano de 2010. No âmbito da União Europeia, depois de vários esforços, foi criado o *Social Institutions and Gender Index (SIGI)*. Por sua vez, o Fórum Econômico Mundial desenvolveu o *Gender Gap Index (GGI)* e a sociedade civil elaborou, por meio do trabalho da rede Social Watch, o *Gender Equity Index (GEI)*. Além disso, está disponível o *Women's Economic Opportunity (WEOI)*, proposto pelo Banco Mundial. Voltado para os países africanos, existe o *African Gender and Development Index (AGDI)*.

4. O Índice das Desigualdades de Gênero (GII) é um dos três índices experimentais introduzidos em 2010 pelas Nações Unidas e será revisto e melhorado em função da disponibilidade de dados. O índice introduz melhorias metodológicas e indicadores alternativos. Ele mede a desigualdade entre os sexos em três dimensões: saúde, empoderamento e trabalho. A dimensão de saúde é medida por dois indicadores: taxa de mortalidade materna e taxa de fecundidade na adolescência. A dimensão do empoderamento também é medida por dois indicadores: a proporção de assentos parlamentares ocupados por cada sexo e os níveis de conclusão do ensino secundário e ensino superior. A dimensão do trabalho é medida pela participação das mulheres no mercado de trabalho. O índice combina elementos do GDI e do GEM e o componente *renda* foi excluído desse novo índice.

**Quadro 1 – Índices sintéticos de gênero**

<b>Índices sintéticos (em português) e sigla (em inglês)</b>	<b>Instituição proponente</b>
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero – GDI	Nações Unidas
Medida de Empoderamento das Mulheres – GEM	Nações Unidas
Índice das Desigualdades de Gênero – GII	Nações Unidas
Índices de Instituições Sociais e Gênero – SIGI	OCDE União Europeia
Índice Global de Disparidades entre Gêneros – GGI	Fórum Econômico Mundial
Índice de Equidade de Gênero – GEI	Rede Social Watch
Oportunidade Econômica para as Mulheres – WEOI	Banco Mundial
Índice Africano de Gênero e Desenvolvimento – AGDI	Uneca (Comissão das Nações Unidas para a África)

Esses índices sintéticos gozam de legitimidade institucional e científica, conferida pelo renome das instituições internacionais, mas sua aplicabilidade, como instrumento de comparação entre os países para avaliação das desigualdades de gênero, tem sido objeto de permanente questionamento e deve ser relativizada.

Alguns autores e autoras do universo de estudo dos indicadores constataam uma valorização excessiva dos indicadores sintéticos, em que se atribui uma importância demasiada a apenas um único dado estatístico, como se nele pudessem estar contidos todos os fatores constituintes de determinado fenômeno social. Assim, em vez de privilegiarem o conceito e a clareza quanto à definição de cada um dos dados que estruturam o índice sintético, preferem valorizar a visualização numérica e a praticidade apresentada por esse tipo de indicador.

Além disso, os índices sintéticos ocultam os contrastes entre as diferentes dimensões. A dimensão *renda*, por exemplo, pode ser mais importante para medir as desigualdades do que a dimensão *assentos no parlamento*, mas, ao sintetizar os indicadores em um único índice, diluindo-os em uma média aritmética, oculta-se o peso de cada um desses indicadores na constituição do índice sintético.

Diante das limitações apresentadas pelos índices sintéticos, alguns países, como a Espanha e a Índia, vêm desenvolvendo suas próprias metodologias. O desenvolvimento de um sistema de indicadores ou índice sintético próprio tem o objetivo de incorporar uma perspectiva local.

Para Jannuzzi (2003, p. 15), existem doze atributos desejáveis de um sistema de indicadores: (1) relevância social; (2) validade; (3) confiabilidade; (4) cobertura; (5) sensibilidade; (6) especificidade; (7) inteligibilidade de sua construção (metodologia usada para a definição do indicador); (8) comunicabilidade; (9) facilidade para a sua obtenção; (10) periodicidade de sua atualização; (11) desagregabilidade (condições de desagregar os dados); e (12) historicidade (capacidade de comparação ao longo do tempo).

## PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO

Até muito recentemente, as operações de troca no mercado constituíam o único domínio peculiar da economia e, assim, não havia análise econômica da família e do trabalho doméstico. Contudo, nos anos de 1960, o ingresso de mulheres (principalmente brancas e casadas) no mercado de trabalho estadunidense provocou a necessidade de se desenvolverem programas de pesquisa para explicar a participação desse trabalhador não masculino no mercado de trabalho.

Nesse sentido, foram desenvolvidos modelos que enfatizavam a livre escolha, ignorando as restrições estruturais que limitam, desproporcionalmente, as escolhas das mulheres, em casa e no mercado de trabalho. Esses modelos explicam o pagamento menor e o *status* mais baixo das mulheres no local de trabalho devidos as suas obrigações no lar e, ao mesmo tempo, explicam a desproporcional divisão do trabalho doméstico, que sobrecarrega as mulheres, como resultado de seus salários mais baixos e do menor custo de oportunidade. E, assim, os economistas se reportavam às teorias econômicas para explicar o comportamento das mulheres, atribuindo a elas um cálculo racional. Para esses economistas, as mulheres optam pelo trabalho doméstico porque este representa um custo menor, uma vez que os salários recebidos no mercado de trabalho não compensarão os custos decorrentes de sua escolha.

Entretanto, um dos espaços em que mais se avançou do ponto de vista metodológico é o da medição e da valorização do trabalho não pago (Himmelweit, 1995), embora o trabalho não remunerado das mulheres tenha sido tradicionalmente considerado “improdutivo” pela escola econômica predominante, sendo, portanto, excluído das estatísticas que medem o produto nacional. De fato, são complexas as questões de como quantificar o valor do trabalho desempenhado fora do mercado e de como incorporá-lo à estrutura macroeconômica.

Entre as economistas feministas não há concordância sobre a incorporação do trabalho não remunerado no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto), como trabalho produtivo, e nem sobre a remuneração do trabalho doméstico.

Para algumas dessas estudiosas, essas medidas apenas reforçariam a percepção de que o trabalho doméstico e de cuidados são ocupações de mulheres. Outras argumentam que, na medida em que se define uma medida de magnitude e de valor do trabalho produtivo não computado, haverá consequências para a política social econômica e para as normas e instituições sociais (Beneria, 1992).

No caso da pesquisa empírica sobre a família e a participação das mulheres na força de trabalho, a investigação feminista se torna mais difícil, na medida em que as contas nacionais calculam apenas a produção de mercado e não há coleta de informações sobre trabalho não remunerado realizado dentro das casas.

Por conseguinte, as feministas estão trabalhando para mudar a coleta de dados através de revisões das contas nacionais, incluindo informações sobre a produção doméstica e as horas dedicadas aos afazeres domésticos (MacDonald, 1995).

Inicialmente, o programa de pesquisa da economia feminista concentrou-se na identificação e na análise dos preconceitos de gênero nos modelos econômicos tradicionais da pesquisa empírica. Os métodos estatísticos padrão, utilizados por economistas neoclássicos, baseiam-se em extensos grupos de dados, costumeiramente coletados por agências governamentais. Por sua vez, a informação obtida é imperfeita e inclui desde respostas impessoais até questões ambíguas. Economistas feministas se opõem à confiança exclusiva em métodos quantitativos e somaram suas críticas àquelas, formuladas por outros, sobre o abuso de estatísticas e da econometria (McCloskey, 1998; Nelson, 1996).

Portanto, contrariando a prática convencional de confiar em amplos conjuntos de dados, as aplicações feministas de métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa tendem a valorizar os depoimentos através de entrevistas, de levantamentos detalhados, de pesquisa de profundidade conduzida por pesquisadores, de pesquisa observador-participante e do uso de grupo focal, como parte das estratégias inovadoras em andamento.

Nesse contexto, as estatísticas sobre o uso do tempo permitem, entre outras coisas, identificar a distribuição do tempo no interior das casas, assim como promover a formulação de políticas orientadas para uma melhor distribuição das atividades remuneradas e não remuneradas realizadas pelos membros que compõem as famílias.

Em resumo, as estatísticas sobre o uso do tempo tem o objetivo de medir o tempo dedicado a distintos tipos de atividades realizadas pelas pessoas dentro dos domicílios. Esse instrumento permite obter maior visibilidade para todas as formas de trabalho que se realizam tanto fora como dentro das casas, tais como: o tempo dedicado ao cuidado das pessoas, o tempo dedicado ao lazer, ao trabalho voluntário, ao deslocamento, entre outros.

#### SISTEMA DE INDICADORES DE GÊNERO PROPOSTO POR CRISTINA CARRASCO

Há grandes e persistentes diferenças de gênero em muitos indicadores de bem-estar, como no controle dos recursos econômicos, na educação, na renda, na mortalidade, no acesso ao trabalho remunerado, na utilização do tempo, na segurança, no poder.

Isso significa que muitos indicadores frequentemente ocultam as experiências diferentes de homens e mulheres. Não considerar que homens e mulheres têm acesso desigual ao bem-estar social e aos recursos econômicos é manter uma imagem que nada tem em comum com a realidade.

Esse é exatamente o motivo pelo qual foram criados os indicadores que levam em conta as diferenças de gênero.

Os indicadores de gênero mais complexos estão presentes no estudo de Cristina Carrasco, *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*<sup>5</sup>, apresentado neste livro, em tradução para o português.

A proposta, inspirada no enfoque das capacidades de Amartya Sen, identifica dez capacidades e para cada uma delas desdobra vários indicadores, considerando sempre a realidade da Catalunha. As capacidades do estudo de Carrasco são: acesso à saúde, à educação e ao conhecimento, a um espaço doméstico adequado e seguro, a um trabalho remunerado e a rendimentos, à mobilidade, aos cuidados, ao tempo livre, a uma vida livre de violência, à participação social e política na comunidade e, por fim, inclui indicadores específicos para a população imigrante.

Amartya Sen rompe com a tradição utilitarista de usar unicamente a renda como indicador do bem-estar. Para esse autor, os bens materiais são apenas um meio: o que realmente importa são os fins que se obtém com eles, ou seja, a qualidade de vida de uma pessoa depende das opções feitas diante das reais possibilidades de escolha.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Sen, Martha Nussbaum afirmará que são as condições sociais e políticas desiguais que geram para as mulheres capacidades humanas inferiores às que estão disponíveis para os homens. Nussbaum contrapõe-se, portanto, à ideia de que são as capacidades humanas desiguais as responsáveis pelas condições sociais e políticas desiguais (2002, p. 28). Nesse argumento, as instituições devem promover condições capazes de gerar maior bem-estar à sociedade, garantindo as liberdades individuais fundamentais que permitem o desenvolvimento humano.

Para Nussbaum, os dados globais não são suficientes para uma avaliação normativa acerca de como está uma nação: é necessário saber como está cada pessoa, considerando cada uma como uma vida independente.

Além da informação sobre distribuição, necessitamos também de informação sobre bens importantes, nem todos em correlação com a riqueza e a renda, tais como são a expectativa de vida, a mortalidade infantil, as oportunidades de educação, as oportunidades de emprego, as liberdades políticas, a qualidade das relações entre raças e sexos (2002, p. 99).<sup>6</sup>

Portanto, para Martha Nussbaum, é possível utilizar uma lista de bens básicos para comparar de forma mais frutífera a qualidade de vida em diferentes sociedades.

Com base nessas premissas, Cristina Carrasco propõe um sistema de indicadores amplo e complexo, capaz de captar todas as necessidades sugeridas por Sen e Nussbaum.

5. Título original: *Estatístiques sota sospita : proposta de nous indicadors des de l'experiència femenina*.

6. Tradução da autora.

Além disso, para Carrasco, essa concepção de indicadores está em consonância com a construção de novos paradigmas alternativos ao mercado, ou seja, com a afirmação do conceito de sustentabilidade da vida humana em contraposição à visão neoliberal e mercantilista da economia. Assim, todos os aspectos relacionados com o cuidado e com a reprodução da vida humana adquirem centralidade, e os conhecimentos e valores construídos pelas mulheres são valorizados socialmente.

O sistema proposto por Carrasco inclui indicadores subjetivos de bem-estar e, embora não haja estatísticas disponíveis sobre esse conjunto de indicadores, eles são apontados pela autora para serem levados em conta em futuras coletas.

Ao propor um conjunto de indicadores que valorizam os vários aspectos da vida humana, se abrem novas perspectivas e ângulos de análise sobre as desigualdades entre mulheres e homens.

Nos últimos anos, ao desenvolverem indicadores com recorte de gênero, os organismos internacionais concentraram-se em um conjunto de variáveis que se assemelham bastante (como renda, educação, participação no parlamento, entre outras), uma vez que o objetivo era o de produzir indicadores com possibilidades de comparação internacional. Pode-se dizer que isso, por si, já limitava bastante o campo de análise.

Na realidade, as desigualdades entre mulheres e homens se expressam em várias dimensões: no atendimento à saúde, no compartilhamento do trabalho doméstico e dos cuidados, no acesso a transporte e moradia, no uso do tempo livre. Trata-se, então, de um conjunto de condições objetivas capazes de gerar oportunidades iguais para mulheres e homens, proporcionando condições iguais para a conquista de autonomia econômica e pessoal. Nas palavras de Amartya Sen, para escolherem o que querem para suas vidas com independência.

Sendo assim, a análise desses indicadores em seu conjunto representa um avanço na medida em que contribui para a formulação de políticas centradas na sustentabilidade da vida humana e no protagonismo das mulheres.

A seguir, apresentam-se as dimensões e indicadores propostos por Cristina Carrasco em seu texto neste volume.

## DIMENSÕES E INDICADORES PROPOSTOS POR CRISTINA CARRASCO

### DIMENSÃO

#### 1) *Acesso à saúde*

##### INDICADORES

- 1.1) expectativa de vida ao nascer
- 1.2) realização regular de mamografias preventivas
- 1.3) interrupção voluntária da gravidez

- 1.4) estado de saúde percebido
- 1.5) estado de saúde mental
- 1.6) mobilidade reduzida
- 1.7) tabagismo
- 1.8) atividade física com benefícios para a saúde
- 1.9) sobrepeso
- 1.10) perspectiva não androcêntrica no Planejamento de Saúde da Catalunha

## **DIMENSÃO**

### **2) Acesso à educação e ao conhecimento**

#### **INDICADORES**

- 2.1) proporção de abandono em três níveis educacionais
- 2.2) graduação em nível superior
- 2.3) educação de pessoas adultas
- 2.4) pesquisadoras por área de conhecimento
- 2.5) estudos de pessoas ativas e inativas
- 2.6) participação em ações de capacitação dirigidas a pessoas desempregadas e inativas para incorporar-se ao trabalho assalariado
- 2.7) pessoas beneficiárias de bolsas de apoio à formação e à pesquisa
- 2.8) pessoal docente nos três níveis educativos
- 2.9) direções e cargos de responsabilidade de centros docentes dos três níveis educativos
- 2.10) expectativa de pais e mães em relação ao nível máximo de estudos de seus filhos e filhas
- 2.11) currículo e materiais não estereotipados nos diferentes níveis de educação
- 2.12) conteúdos de saúde sexual e reprodutiva nos programas de estudo
- 2.13) Prevenção da violência sexista: autoestima, gestão de conflito

## **DIMENSÃO**

### **3) Acesso a um espaço doméstico adequado e seguro**

#### **INDICADORES**

- 3.1) regime de propriedade da moradia principal
- 3.2) área do domicílio por pessoa segundo a pessoa de referência seja mulher ou homem
- 3.3) rendimentos brutos do domicílio dedicados à compra ou ao aluguel da moradia
- 3.4) localização dos domicílios monoparentais
- 3.5) instalações e serviços no domicílio
- 3.6) percepção de problemas no domicílio
- 3.7) titularidade da moradia de proteção oficial

- 3.8) auxílio para aluguel de moradia
- 3.9) espaços próprios no domicílio
- 3.10) responsabilidade por tarefas de reciclagem no domicílio

#### **DIMENSÃO**

##### **4) *Acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas***

###### **INDICADORES**

- 4.1) relação de tempo total de trabalho
- 4.2) relação de tempo médio de trabalho
- 4.3) dupla jornada
- 4.4) taxas de ocupação
- 4.5) taxas de ocupação em situação específica de cuidados
- 4.6) tempo de trabalho remunerado
- 4.7) preferência de ocupação do tempo
- 4.8) ocupação em cargos de responsabilidade
- 4.9) taxa de temporalidade
- 4.10) taxa de parcialidade
- 4.11) taxa de desemprego
- 4.12) taxa de desemprego oculto
- 4.13) taxa de ocupação em setores majoritários do “outro sexo”
- 4.14) taxa de feminização da ocupação remunerada no serviço doméstico e de cuidados

#### **DIMENSÃO**

##### **5) *Acesso à obtenção de rendimentos monetários***

###### **INDICADORES**

- 5.1) relação de salários mensais
- 5.2) relação de salário bruto por hora
- 5.3) pessoas que recebem pensões contributivas (aposentadorias e pensões por viuvez)
- 5.4) valor relativo das pensões contributivas (aposentadorias e pensões por viuvez)
- 5.5) pessoas que recebem pensões não contributivas
- 5.6) valor relativo das pensões não contributivas e das pensões contributivas de aposentadoria
- 5.7) controle das finanças do domicílio
- 5.8) decisões sobre as despesas no domicílio

#### **DIMENSÃO**

##### **6) *Acesso à mobilidade e ao planejamento territorial adequados***

###### **INDICADORES**

- 6.1) titulares de novas licenças para dirigir

- 6.2) índice de motorização
- 6.3) acesso ao veículo particular
- 6.4) motivos dos deslocamentos
- 6.5) meio utilizado nos deslocamentos
- 6.6) distância dos deslocamentos
- 6.7) autoposicionamento segundo o modo de deslocamento
- 6.8) índice de segurança percebida em estações e veículos de transporte público
- 6.9) avaliação dos modos de deslocamento
- 6.10) estações de metrô e de trem adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida na Catalunha
- 6.11) investimento público em transporte público e transporte privado na Catalunha
- 6.12) espaço público destinado ao trânsito de veículos e ao trânsito de pedestres nas capitais catalãs
- 6.13) novas moradias em loteamentos afastados e novas

## **DIMENSÃO**

### **7) *Acesso ao tempo livre e às atividades esportivas***

#### **INDICADORES**

- 7.1) percepção de angústia por falta de tempo
- 7.2) taxa de realização de atividades culturais e de lazer
- 7.3) taxa de realização de atividades desportivas
- 7.4) taxa de realização de atividades desportivas
- 7.5) tempo de atividades de lazer, culturais e desportivas
- 7.6) pessoas associadas e federadas a entidades desportivas
- 7.7) esporte de acompanhamento
- 7.8) esporte de ócio/lazer

## **DIMENSÃO**

### **8) *Acesso aos cuidados***

#### **INDICADORES**

- 8.1) tempo de trabalho de cuidados
- 8.2) tempo de cuidado direto
- 8.3) ocupação no trabalho de cuidados
- 8.4) ocupação em atividades de limpeza e de cozinha
- 8.5) cuidado de pessoas com problemas de saúde
- 8.6) pessoas cuidadoras não remuneradas
- 8.7) taxa de escolarização no primeiro ciclo de educação infantil (de 0 a 3 anos)

- 8.8) cobertura das bolsas-alimentação
- 8.9) cobertura da atenção residencial
- 8.10) cobertura de centros-dia
- 8.11) cobertura da atenção domiciliar
- 8.12) demanda de vagas em residências e centros-dia ou para atenção domiciliar
- 8.13) utilização de licenças-paternidade

## **DIMENSÃO**

### **9) *Acesso a uma vida livre de violência***

#### **INDICADORES**

- 9.1) autopercepção das violências
- 9.2) dimensão das violências contra as mulheres
- 9.3) grau de satisfação com o sistema policial e o judiciário
- 9.4) detecção dos abusos emocionais e físicos pelos centros de atenção primária (serviços sociais e serviços de saúde)
- 9.5) vitimização a médio prazo
- 9.6) percepção da violência segundo o bairro de residência
- 9.7) número de porteiros eletrônicos nos edifícios e visibilidade das partes internas dos edifícios
- 9.8) violência contra as mulheres nos espaços públicos

## **DIMENSÃO**

### **10) *Participação social e política na comunidade***

#### **INDICADORES**

- 10.1) participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Mães e Pais (AMPAs)
- 10.2) participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Bairro e de Moradores
- 10.3) mulheres e homens nas prefeituras desde 1979
- 10.4) encargos familiares de prefeitas e prefeitos
- 10.5) mulheres e homens cabeça de chapa municipais com representação desde 1979
- 10.6) mulheres e homens eleitos para o Parlamento da Catalunha desde 1980
- 10.7) mulheres e homens nas Secretarias Gerais de Governo desde 1980
- 10.8) encargos familiares de Secretárias e Secretários-gerais de Governo
- 10.9) mulheres e homens nos órgãos de direção dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras
- 10.10) encargos familiares de dirigentes sindicais
- 10.11) mulheres organizadas em grupos de mulheres

**DIMENSÃO***As mulheres migrantes*<sup>7</sup>**INDICADORES**

- Obtenção de permissão de trabalho
- Prazo para a obtenção de licenças administrativas
- Renovação das licenças
- Tramitação da nacionalidade
- O trabalho sexual, o trabalho doméstico, o trabalho em serviços
- Luto migratório
- Grau de satisfação com o atendimento de saúde
- Doenças derivadas das tipologias trabalhistas
- Violência institucional (expulsões, sanções, tramitações)
- Incidência do “racismo residencial” em mulheres migrantes

**AS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO  
PARA A REALIDADE BRASILEIRA**

A iniciativa de desenvolver um sistema de indicadores não é uma tarefa fácil, entre outras razões porque a concepção desses indicadores precisa ser confrontada com as possibilidades de acesso às informações. Nesse sentido, a proposta tanto dialoga com indicadores existentes, quanto formula propostas para futuras coletas.

O sistema desenvolvido por Cristina Carrasco foi construído dentro uma configuração local, a da Catalunha, o que não impede que se constitua em referência importante para outras regiões e países.

A configuração local será sempre muito importante na definição das variáveis que irão compor um sistema de indicadores, a fim de evitar a utilização de indicadores universais e abstratos, que não reconhecem as complexidades locais, em que uma mesma variável pode representar diferentes práticas.

No caso do Brasil, qualquer proposta de sistema de indicadores tem que considerar a própria diversidade existente entre as mulheres, no campo da cor-etnia e no pertencimento à vida urbana ou à rural.

A maior capacidade descritiva da proposta de sistema de indicadores, com a introdução de diferentes variáveis em maior ou menor número de indicadores, permite refletir melhor sobre as disparidades de gênero.

Entretanto, quanto mais variáveis são incorporadas na formulação do sistema de indicadores, mais complexos se tornam e maior a dificuldade de obter estatísticas disponíveis para todas as variáveis propostas.

7. A dimensão “As mulheres migrantes” não constitui uma capacidade no sentido que este conceito é utilizado na proposta de Cristina Carrasco. Os indicadores deste item são válidos para todas as mulheres, em diferentes situações. Aparece como destaque ao final para que tenha mais visibilidade, já que os aspectos transversais costumam ficar diluídos no aspecto mais geral que se está definindo.

Diferentemente de outros países, no caso do Brasil as estatísticas usadas para construção dos indicadores são produzidas, processadas e disseminadas por diferentes agências, situadas em âmbito federal ou estadual.

Através de uma rede de distribuição pelo território nacional, com delegacias estaduais e agências municipais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem o papel de coordenar o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, como produtor de dados primários, compilador de informações provenientes de ministérios e agente disseminador de estatísticas.

As agências estaduais de estatística também compilam uma ampla variedade de dados administrativos produzidos pelas secretarias de Estado e, em alguns casos, produzem dados primários provenientes de pesquisas por amostras. Alguns ministérios e secretarias estaduais também têm órgãos encarregados da produção ou da organização de seus dados administrativos.

Além da dispersão na produção de dados, uma dificuldade adicional é a ausência de dados desagregados por gênero na maioria das estatísticas disponíveis, o que representa um desafio para a construção de um sistema de indicadores de gênero com o grau de complexidade proposto por Cristina Carrasco.

Contudo, a proposta de construir um sistema de indicadores dessa magnitude contribui para chamar a atenção dos poderes públicos e da sociedade para as desigualdades entre mulheres e homens, fortalecendo iniciativas no sentido de superar essas desigualdades, especialmente em áreas negligenciadas pelos poderes públicos.

Ao reconhecer, por exemplo, que a ausência de transporte público de qualidade afeta em especial a mobilidade das mulheres, suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e a conquista de autonomia econômica, estaremos dando passos para que as políticas sejam tratadas com um olhar distinto para mulheres e homens.

Tradicionalmente, os indicadores foram pensados dentro de uma perspectiva limitada e focada fundamentalmente na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e de consumo. A proposta de Carrasco tem o mérito de pensar uma nova sociedade, com novos valores, integrando os espaços da produção econômica e da reprodução social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRASCO, Cristina (2006). “La economía feminista: una apuesta por otra economía”. In: VARA, Maria Jesús (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal. p. 29-62.

\_\_\_\_\_ (2003). “Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *Cadernos Sempre Viva – A produção do viver: ensaios de economia feminista*. Série Género, Políticas Públicas e Cidadania, n. 8. São Paulo: SOF.

\_\_\_\_\_ (1999). “Introducción: Hacia una Economía Feminista”. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas*. Barcelona: Icaria. p.11-55.

HIMMELWEIT, Susan (1995). “The discovery of ‘unpaid work’: The social consequences of the expansion of ‘work’”. *Feminist Economics*, n. 1, v. 2. p. 1-19.

JANNUZZI, Paulo M. (2001). *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea.

\_\_\_\_\_ (2003). *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 2 ed. Campinas: Alínea.

MacDONALD, Martha (1995). “Feminist economics: from theory to research”. *The Canadian Journal of Economics*, n. 28, v. 1. p. 159-176.

McCLOSKEY, D. N. (1998). *The rhetoric of economics*. 2 ed. Madison (USA): University of Wisconsin Press.

NELSON, Julie (1996). *Feminism, objectivity and economics*. Londres: Routledge.

NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano*. Barcelona: Herder Editorial.

PÉREZ, Amaia (2005). “Economía del género y economía feminista: ¿Conciliación o ruptura?”. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, n. 24, v. 10, jan.-jun. 2005. p. 43-64.

PETER, Fabienne (2003). “Foregrounding practices: feminist philosophy of economics beyond rhetoric and realism”. In: BARKER, D. K. e KUIPER, E. (orgs.). *Toward a feminist philosophy of economics*. London: Routledge. p. 105-121.

PICCHIO, Antonella (1999). “Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social”. In: CARRASCO, C. (ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas*. Barcelona: Icaria-Antrazyt. p. 201-242.

\_\_\_\_\_ (2001). “Sostenibilidad, equidad y crecimiento: una perspectiva feminista”. In: DUBOIS, A.; MILLÁN, J. L. e ROCA, J. (orgs.). *Capitalismo, desigualdades y degradación ambiental*. Barcelona: Icaria. p. 51-73.

\_\_\_\_\_ (2001). “Un enfoque macroecómico ‘ampliado’ de las condiciones de vida”. In: CARRASCO, C. (org.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona. p. 4-28 e 277.

\_\_\_\_\_ (2005). “La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida”. In: CÉSPEDES, G. C. e MAYORDOMO, M. (orgs.). *Por una economía sobre la vida*. Barcelona: Icaria.

POWER, Marilyn (2004). “Social provisioning as a starting point for feminist economics”. *Feminist Economics*, v. 10, n. 3, nov. 2004. pp 3-19 (17).

SEN, Amartya (1999). *Development as freedom*. New York: Anchor Books. (*Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.)

\_\_\_\_\_ (1990). “Gender and cooperative conflicts”. In: TINKER, I. (org.) *Persistent inequalities: women and world development*. New York: Oxford University Press. p. 123-149.

\_\_\_\_\_ (1992). *Inequality reexamined*. Massachusetts (USA): Harvard University Press. (*Nuevo examen de la desigualdad*. Ana María Bravo (trad.), Pedro Schwartz (rev.). Madrid: Alianza, 1995.)

SORJ, Bila. “Pesquisas Comparativas: uma análise crítica dos indicadores de gênero”. Trabalho apresentado na mesa-redonda “Gênero: perspectivas comparadas” no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 29/5 a 1/7/2007.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Levantamento e análise crítica dos indicadores sintéticos de gênero utilizados pelos principais órgãos internacionais para produção de *ranking* entre os países, evidenciando limites e possibilidades para a análise da realidade brasileira. Contrato de colaboração externa PROG/COLEXT/26/2010, dez. 2010.

## PREÂMBULO

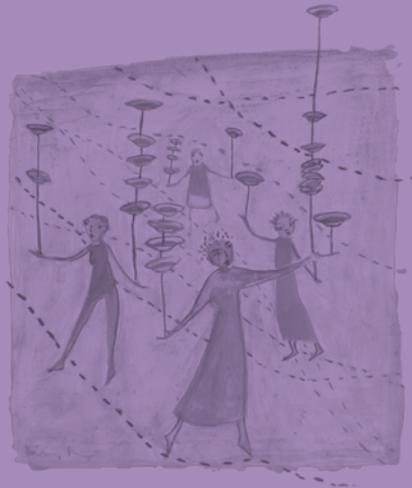
*O ser humano é fundamentalmente um ser de cuidado e de sensibilidade mais que um ser de razão e de vontade [...]. Em tudo os humanos colocam e devem colocar cuidado: com a vida, com o corpo, com o espírito, com a natureza, com a saúde, com a pessoa amada, com quem sofre e com a casa. Sem cuidado a vida perece.*  
Leonardo Boff, *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela Terra*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

A origem deste estudo foi uma demanda do Instituto Catalão das Mulheres para a elaboração de um sistema de indicadores que considerasse a situação das mulheres em uma série de áreas específicas. A proposta que aqui se apresenta é uma primeira tentativa de construir um conjunto de indicadores a partir de uma perspectiva não androcêntrica, que represente algo diferente do que se costuma entender por “indicadores de gênero”. O novo olhar que propomos pretende recuperar a experiência das mulheres e situá-la em um enquadramento analítico não centrado na experiência masculina.

Esta maneira de entender e propor um sistema de indicadores obriga a incluir aqui uma primeira parte dedicada a aspectos teóricos, que dêem resposta ao porquê da proposta e dos elementos conceituais usados. Na segunda parte do estudo desenvolvem-se os indicadores. Também nessa segunda parte, cada conjunto de indicadores vai acompanhado de uma reflexão sobre seu significado. Em nossa opinião, esses corpos conceituais são absolutamente necessários e imprescindíveis, tanto para compreender a orientação dos indicadores propostos quanto para as avaliações e cálculos futuros. Finalmente, com o objetivo de oferecer uma visão global do sistema proposto, apresenta-se um quadro resumo do conjunto de indicadores.

Entendemos este estudo como uma primeira tentativa na construção de um sistema de indicadores elaborados sob uma perspectiva diferente e, nesse sentido, é uma proposta aberta ao debate e à reflexão.





---

# PARTE I

ASPECTOS TEÓRICOS  
E CONCEITUAIS



## INTRODUÇÃO: O OBJETIVO DE UM SISTEMA DE INDICADORES

O objetivo de um sistema de indicadores é condensar a informação contida nas estatísticas existentes, para poder entender as principais características da sociedade, suas inter-relações e as possíveis mudanças. Ele tem que ser de leitura rápida e permitir comparações temporais, espaciais, ou ambas. Em particular, os indicadores sociais são medidas quantitativas ou qualitativas dos fenômenos sociais que permitem analisar as condições de vida de um setor ou de determinados setores da população. Servem de roteiro para conhecer a evolução das características sociais mais significativas de uma sociedade, detectar problemas específicos, contribuir no planejamento de políticas públicas que tendam a aumentar a qualidade de vida das pessoas e controlar a execução e os resultados dessas políticas.

Contudo, como qualquer estudo social, um sistema de indicadores é uma convenção que responde a determinada concepção de mundo. Escolher “o que quer ser medido” e definir quais são os “traços mais característicos de uma sociedade” não é um assunto nem simples nem neutro. Depende, fundamentalmente, da orientação ideológica e do objetivo político de quem elabora tal sistema. Por isso, a escolha e a elaboração de um sistema de indicadores sociais normalmente estão orientadas por dois elementos nem sempre explícitos. A intencionalidade política (o que e para que se quer medir) e o foco teórico que sustenta o sistema de indicadores escolhidos para dar conta da situação socioeconômica. Um exemplo claro do que afirmamos é a diferença de indicadores socioeconômicos básicos utilizados pelo Banco Mundial e pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Para fazer uma análise comparativa entre países, o primeiro utiliza o PIB *per capita*<sup>1</sup> e, o segundo, os diferentes índices elaborados com base no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

1. PIB per capita é o resultado da divisão do Produto Interno Bruto de um país pelo número de habitantes.

## O OBJETIVO DE UM SISTEMA DE INDICADORES NÃO ANDROCÊNTRICOS: DA IGUALDADE À RECUPERAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

Por indicadores não androcêntricos, ou sensíveis à diferença sexual, entendemos algo diferente daqueles que têm sido chamados de indicadores de gênero (ou de igualdade de gênero). Entre ambos há diferenças de concepção social e, portanto, também de objetivos.

Vivemos em uma sociedade patriarcal que apresenta fortes desigualdades, amplamente conhecidas e reconhecidas, entre mulheres e homens: de trabalho, de utilização do espaço e do tempo, de rendimentos, de reconhecimento, de poder, entre outras. São desigualdades que têm desvalorizado as atividades tradicionalmente realizadas pelas mulheres, suas formas de atuar e de pensar, o tipo de relações que estabelecem, seu corpo (utilizado e violentado pelos homens) etc. Sem dúvida, o que tem sido desvalorizado é o fato de ser mulher. Se tudo o que é feminino tem sido desvalorizado pelo patriarcado, isso não quer dizer que não tenha valor. E ainda mais, para desativar o patriarcado teríamos, primeiramente, que recuperar o valor do que é feminino.

As tentativas de reduzir ou eliminar as desigualdades entre mulheres e homens – objetivo a que se destina grande parte das políticas de igualdade ou de conciliação – referem-se a algo que poderia ser entendido como “atuar em um modelo de *igualdade no masculino*”. O objetivo desse modelo seria conseguir a igualdade de direitos entre mulheres e homens, mas sem alterar o modelo dominante, ou seja, conseguir que as mulheres *se igualassem aos homens* em sua forma de participar na sociedade: no mercado de trabalho, nos cargos ou locais de poder, no uso do espaço público etc. Dito de outro modo, seria conseguir que as mulheres conquistassem os espaços sociais tradicionalmente reservados aos homens e que desfrutassem de reconhecimento e *status* social. Trata-se de uma situação em que as mulheres iriam se integrando ao modelo masculino vigente, participando cada vez mais do espaço público, mas sem uma verdadeira transformação do modelo. Possivelmente, para

uma parte da população feminina, isso poderia significar melhores condições de vida e mais igualdade de direitos.

Contudo, o modelo masculino de participação exige liberdade de tempo e de ação para se dedicar ao mercado ou à vida pública, deixando, portanto, pouco espaço para atividades relacionadas com o cuidado das pessoas. Isso significa que, para que esse modelo (masculino) funcione, é necessário que alguém (geralmente, uma mulher) esteja atendendo às necessidades das pessoas que convivem no lar, incluindo aí as necessidades dos homens que estão no mercado ou na vida pública. Sendo assim, não é um modelo que possa ser estendido a todas as pessoas: se as mulheres se integrassem ao mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens, quem cuidaria da vida humana? (Carrasco, Domínguez e Mayordomo, 2005).

A igualdade de direitos pode ser um passo necessário, mas nunca suficiente. O feminismo foi mostrando os limites dessa concepção, “uma concepção que associa a igualdade de direitos à liberdade política” (Birulés, 2004: 20), e propondo que o feminino deve ser entendido a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não a partir do que lhes falta para se igualarem aos homens. Esta última concepção significa ver as mulheres como vítimas, como seres frágeis, como pessoas que precisam de atenção e assistência. Evidentemente, não negamos de maneira alguma o fato de que hoje em dia muitas mulheres provavelmente necessitam de apoio social urgente. O que queremos é chamar a atenção para o modelo que sustenta essa concepção e para a necessidade de ir além da simples igualdade.

Com base na política das mulheres pretende-se uma situação que poderíamos chamar de *igualdade na diferença* ou de *recuperação da experiência feminina*. Trata-se de avançar para a ruptura do modelo masculino, de nomear e dar valor às atividades desenvolvidas tradicionalmente pelas mulheres, e que o modelo patriarcal desvaloriza, de construir um novo mundo simbólico que represente valores e saberes que permaneceram socialmente ocultos, de recuperar os espaços privados e domésticos de relação social, de acabar com a dicotomia público/privado, de desenvolver “nossa capacidade ou nosso desejo de desestabilizar de maneira criativa aquilo que nos é dado” (Birulés, 2004: 17). Tudo isso com o objetivo da centralidade da vida humana, do bem-estar das pessoas ou, dito de outro modo, da sustentabilidade da vida humana em suas diferentes dimensões e subjetividades. Em resumo, não é suficiente olhar somente o eixo da (des)igualdade entre mulheres e homens; trata-se também de nos movermos em torno do eixo da diferença e do bem-estar humano.

Traduzido para os indicadores, o modelo de “igualdade no masculino” requer um sistema de indicadores geralmente denominados de *igualdade de gênero*, que favorece a continuação do processo de integração das mulheres no mundo masculino. Em vez disso, a opção pela “recuperação da experiência feminina” obriga a elaborar um tipo de indicadores que reflita rupturas com o modelo patriarcal, valorizando a experiência das mulheres.

Levando em conta que a ruptura de um modelo é um processo longo e complexo, um sistema de indicadores – digamos, não androcêntricos – terá que se orientar em dois sentidos. De um lado, com indicadores que reflitam a evolução da situação das mulheres no que chamamos de *igualdade no masculino* (por exemplo, taxa de participação de trabalho). De outro lado, com indicadores que reflitam mudanças na expressão da ideologia patriarcal (por exemplo, mudanças reais na segregação do trabalho por sexo, dando valor ao trabalho de cuidados).

## A SUSTENTABILIDADE DA VIDA COMO OBJETIVO SOCIAL E POLÍTICO

O conceito de *bem-estar humano*, ou de sustentabilidade da vida, proposto aqui como objetivo central, não é um conceito de definição fácil. O que utilizaremos tem estreita relação com a perspectiva dos “funcionamentos” e das “capacidades”<sup>2</sup>, desenvolvido originalmente por Amartya Sen (1985, 1996, 1999). Esse enfoque não é uma teoria, mas uma estrutura de pensamento. Baseia-se em uma noção de bem-estar, vinculada diretamente à qualidade de vida das pessoas – mulheres e homens –, consideradas individualmente, embora não de maneira individualista. Cada pessoa é única e irrepetível, de maneira que negar tal individualidade significa empobrecer o patrimônio humano. Além disso, essa individualidade tem um caráter relacional, na medida em que os seres humanos só podem viver em sociedade: o individualismo é irreal e somente pode ser concebido tornando invisível a dependência humana. As condições de vida de cada um ou de cada uma são específicas, embora se deem em certo contexto social, com características ambientais e sociais específicas, no qual as pessoas se relacionam e interagem por meio de hábitos e normas estabelecidos. Por isso, é importante identificar as diferenças individuais de bem-estar entre mulheres e homens.

A ideia central desse enfoque é que o bem-estar não se consegue por meio da posse de bens, mas através das “capacidades” para conseguir “funcionamentos” valiosos. Parte-se da ideia de que viver pode ser considerado como um conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados: a pessoa deve estar bem alimentada, evitar a mortalidade prematura, participar na vida da comunidade e assim por diante. As “capacidades” seriam as diferentes combinações de funcionamentos que uma pessoa pode conseguir, as oportunidades que tem para obter bem-estar (Robeyns, 2005).

2. Os termos “funcionamentos” e “capacidades” correspondem à tradução de “functionings” e “capabilities” definidos por Sen. Não nos parece uma boa tradução, mas é a utilizada habitualmente.

“Os *funcionamentos* representam partes do estado de uma pessoa: especificamente, as coisas que consegue fazer ou ser enquanto vive. A *capacidade* de uma pessoa reflete combinações (de funcionamentos) que ela pode obter, e dentre as quais pode escolher uma coleção” (Sen, 1996: 56). A diferença entre um funcionamento e uma capacidade é semelhante à diferença entre um resultado e uma oportunidade; ou à diferença entre uma coisa conseguida e a liberdade para conseguir alguma coisa (Robeyns, 2003). A ideia, portanto, é a de que temos que centrar o olhar na liberdade ou na capacidade real que as pessoas têm para desenvolver estados positivos de vida, como, por exemplo, estar bem alimentadas, ter boa saúde ou participar ativamente da vida política.

Sob essa perspectiva, entende-se o *bem-estar* ou a *qualidade de vida* como um processo dinâmico de satisfação de necessidades, em contínua adaptação das identidades individuais às relações sociais; como um processo contínuo de expansão do que uma pessoa pode ser ou fazer (por exemplo, estar saudável ou participar da vida comunitária).

Nos últimos anos, as ideias de Sen têm sido amplamente debatidas a partir da perspectiva feminista, ampliando os conceitos de *bem-estar* e de *padrões de vida* elaborados por esse economista, ganhador de prêmio Nobel. A perspectiva feminista propõe uma dimensão dos padrões de vida que inclui aspectos fundamentais para que a vida se desenvolva em termos de humanidade, aspectos pouco considerados nos estudos oficiais: a satisfação de necessidades de cuidado direto – corporal, emocional, afetivo –, que se realiza principalmente no âmbito da casa.<sup>3</sup> Nessa visão, o desenvolvimento de padrões de vida é um processo que deve se reconstruir continuamente, que requer recursos materiais, sim, mas também contextos e relações de cuidado e afeto, proporcionados em grande parte pelo trabalho não remunerado que se realiza em casa. Dessa forma, a experiência feminina no cuidado dos corpos e das emoções apresenta-se como um aspecto determinante e fundamental na análise dos padrões de vida (Addabbo e Picchio, 2005).

A tradicional divisão sexual do trabalho se traduziu no papel diferenciado de mulheres e homens no complexo processo de desenvolvimento da vida cotidiana, processo que tem a ver com a conservação dos corpos, das identidades, das relações pessoais, dos afetos. A invisibilidade do trabalho familiar doméstico, apesar de sua importante contribuição aos padrões de vida, não só demonstra a situação social de desvantagem em que se encontram as mulheres, por fazer uma atividade não valorizada, mas também põe em evidência algo que é mais relevante para nosso objetivo: a fragilidade e a vulnerabilidade, oculta ou dissimulada, dos homens como sujeitos sociais dominantes que necessitam de uma enorme quantidade de trabalho, cuidados e afeto.

3. Veja-se *Feminist Economics* 9 (2/3) de 2003, número especial que discorre sobre o tema.

O espaço onde as mulheres curam ou aliviam todas as feridas, o desgaste e o sofrimento gerados pelo mundo masculino, é a casa, ou seus prolongamentos. Nesse espaço, o fluxo de afetos e de cuidados das mulheres é transferido aos homens, de maneira que eles possam se recuperar para continuar cotidianamente com sua forma de vida e de relação. Não há dúvida de que, sem essa transferência, a forma de vida dos homens seria insustentável; não seria humana ou nem sequer existiria” (Bosch, Carrasco e Grau, 2005).

A perspectiva feminista dos padrões de vida, que dá visibilidade aos trabalhos de cuidado e os situam como elemento central do desenvolvimento humano, vai bem além da ideia de igualdade de oportunidades, já que permite considerar as responsabilidades reprodutivas como um tema social e político de primeira ordem, e não como um aspecto privado (de responsabilidade feminina). Situa o objetivo social na vida das pessoas – e não nos ganhos privados –, no bem-estar humano – e não na taxa de lucro das empresas privadas.

Trata-se, portanto, de um assunto que requer uma negociação política explícita entre instituições públicas e privadas, homens e mulheres (Addabbo, Lanzi e Picchio, 2003). A configuração de uma organização específica de distribuição do tempo e do espaço e de uso dos recursos, públicos e privados, vai depender de como forem planejadas e implementadas as políticas públicas, de como forem concedidas as transferências monetárias, de como forem estruturados os sistemas de proteção social. O enfoque das capacidades ultrapassa o que as pessoas consideram como bens ou riqueza, mas não nega a importância desses recursos como meio para obter determinadas dimensões do bem-estar.

A dimensão política dos padrões de vida se manifestará, portanto, na maneira como a sociedade organizar e determinar o acesso aos recursos e à distribuição da riqueza entre os diferentes grupos sociais. Nesse contexto, o papel da instituição pública é o de colaborar para criar situações em que as pessoas possam satisfazer suas necessidades em condições de humanidade. Isso significa considerar as pessoas como indivíduos, isto é, com suas individualidades. Significa também aceitar que as relações são dinâmicas e mutantes e que, portanto, podem variar, ao longo da vida, o tipo de lar escolhido por cada pessoa, os diferentes graus de dependência ou as atividades a desenvolver. A importância desse enfoque é que põe a administração pública em relação direta com os padrões de vida da população e recupera e valoriza a experiência das mulheres.

## OS ESPAÇOS DE RELAÇÃO: PARA ALÉM DA DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO

Considerar os padrões de vida como objetivo social e discutir a participação dos diferentes recursos, principalmente os do setor público, na realização desse objetivo, obriga também a refletir sobre o significado do que é o público e o privado.

O feminismo contestou fortemente a antiga dicotomia público/privado, proposta pela patriarcal ideologia liberal, segundo a qual a sociedade está dividida em duas esferas separadas em princípios antagônicos – uma atribuída aos homens e outra às mulheres. Um primeiro problema é a ambiguidade dos conceitos de público e privado e, portanto, a dificuldade de definir as fronteiras entre eles. A ambiguidade da teoria liberal fez com que o privado seja confundido com pessoal, e com que público se contraponha ao privado e ao doméstico. Um segundo aspecto, que vai além do debate sobre as fronteiras entre os espaços público e privado, é propor a superação dessa dicotomia e buscar conceitos novos, mais úteis para a análise da realidade, partindo da experiência das mulheres.

A realidade é bem mais complexa que a simples divisão em duas esferas separadas, proposta pela ideologia liberal. Em primeiro lugar, à dicotomia original de público/privado deveria ser acrescentada uma terceira categoria: doméstico, que é muito diferente de privado. O que é privado faz referência ao que é “próprio” de uma pessoa, àqueles elementos – espaço ou tempo – sobre os quais a pessoa pode tomar decisões. Privado é um valor positivo, uma forma de se distanciar do mundo exterior para encontrar bem-estar em um espaço reservado. Desnecessário dizer que essa seria a concepção do “privado masculino”. Há, no entanto, uma segunda forma de privacidade que não faz referência ao que é “próprio”, mas “aos outros”. Desenvolve-se na casa, com a família e as necessidades que esta gera. É exatamente o contrário do “estar por si mesmo, consigo mesmo”; é “estar para os outros”, é uma situação de serviço, de entrega. Nesse outro tipo de “privacidade”, qualquer ação pelo que é “próprio” provoca sensação de culpa e é qualificada como egoísta. Essa privacidade – feminina – não

tem valor. Essa *domesticidade* significa renúncia: renúncia a um tempo e um espaço próprios em benefício dos outros, tempo utilizado para satisfazer as necessidades materiais e afetivas dos membros da família (Murillo, 1996).

A exclusão do que é doméstico do pensamento liberal teve respostas contundentes no feminismo. O argumento mais generalizado sustenta que a desvalorização (e, portanto, a exclusão) das tarefas realizadas tradicionalmente pelas mulheres e, opostamente, a valorização das atividades dos homens estão ligadas ao valor que se atribui à cultura (masculina) em comparação com a natureza (feminina). A chave da ambiguidade da dicotomia público/privado estaria baseada, então, no fato de que “... o liberalismo conceitua a sociedade civil prescindindo da vida doméstica, esta última continua *esquecida* nas discussões teóricas. Assim, portanto, a separação entre privado e público volta a se estabelecer como uma divisão *dentro* da sociedade civil, dentro do mundo dos homens” (Pateman, 1996: 35). Não considerar a dicotomia privado/doméstico significa acreditar que a vida doméstica é irrelevante para a teoria social ou política, significa excluir a experiência das mulheres da teorização social, e excluir tudo o que está relacionado mais diretamente com a vida cotidiana: como trabalhamos, como vivemos, como nos relacionamos, como nos cuidamos – tudo aquilo que sem dúvida é básico para o funcionamento do que chamamos *privado e público*.

Pode-se pensar então que, se existe o doméstico, além da relação público/privado existe também a relação público/doméstico. Esta última dicotomia estaria relacionada com todas as circunstâncias pessoais, estruturadas por fatores públicos (leis de família, de trabalho, de aborto etc.), e com o caráter sociopolítico da instituição familiar, que se encarrega dos primeiros processos de socialização e de uma parte importante dos trabalhos de cuidado necessários para que a vida continue, e nos quais se inclui tudo o que se relaciona com o corpo como base natural da vida.

A dimensão “tempo”, como parte da dicotomia público/privado, apresenta algumas características particulares. Em nossa sociedade industrializada somente se valoriza o tempo mercantilizável, ou seja, o que se pode transformar em dinheiro: o tempo “público”. O tempo não mercantil não se vê e só será reconhecido na medida em que tiver um valor de mercado. De qualquer maneira, o feminismo vem revelando que há outro tipo de tempo, que existe à sombra da economia, da hegemonia e do poder, e fora do chamado *tempo público*: o “tempo gerador da reprodução”. Esse tempo inclui diversos tipos de tempos necessários para a vida: cuidado, afetos, manutenção, gerenciamento e administração domésticos, relacionamentos e lazer. Mais que tempo medido e pago, é tempo vivido, dedicado e gerado, com um componente dificilmente quantificável (Adam, 1999) e que incorpora aspectos intangíveis, representados pela subjetividade da própria pessoa, materializados na experiência vivida. São aspectos que têm a ver com os desejos empenhados na organização da vida e nos relacionamentos, e que dão sentido à vida cotidiana. Um tempo significativo, que representa o caráter social da experiência, nunca separado da própria experiência.

Dito nas palavras de Vantaggiato, “o tempo que resta” (após ter se dedicado as 24 horas do dia às outras tarefas).<sup>4</sup>

Não considerar os diferentes significados do tempo e ressaltar somente a dimensão quantificável é mais uma manifestação da visão masculina que preside a dicotomia público/privado. Como consequência, as dimensões mais qualitativas do tempo, as mais próprias da experiência feminina, relacionadas com o ciclo da vida, desaparecem e perdem valor. É nessa experiência da vida cotidiana – em que o tempo não público se torna invisível – que aparecem os maiores conflitos de gerenciamento, particularmente para as mulheres. Trata-se de um gerenciamento que vai além de uma simples organização de horários. É um gerenciamento de tempo, responsabilidades, afetos, emoções, redes, trabalho e lazer, participação e vários outros, todos elementos difíceis de classificar em espaços separados.

Dessa maneira, a crítica à dicotomia público/privado leva a propor uma nova perspectiva de análise, que não concebe as diferentes esferas como espaços e tempos separados, e sim como âmbitos estreitamente inter-relacionados (ligados por uma estrutura patriarcal). Nessa interligação, qualquer redefinição do que é público exige uma nova conceitualização do que é privado; qualquer mudança em uma das partes afeta necessariamente as outras. Por exemplo, a participação plena das mulheres na esfera pública seria impossível sem mudanças relevantes no âmbito doméstico. Essa ideia liga-se com a antiga e popular palavra de ordem do movimento feminista “o que é pessoal é político”, expressão que, apesar de certa ambiguidade (Pateman, 1996; Agra, 1999), indica a impossibilidade de definir os limites ou diferenças entre os dois âmbitos.

Ora, superar a separação entre as duas esferas levou o feminismo a tentar desenvolver uma prática social baseada na integração e na inter-relação, e não na separação e na oposição, entre a vida intelectual, a coletiva e a privada, entre a vida doméstica e a pública. Assim, o feminismo também foi levado a conceber uma ordem social em que as diversas dimensões – espaços, tempos – se apresentam como diferentes, mas não separadas ou opostas. Finalmente, o feminismo procurou transcender a dicotomia público/privado (doméstico) e tentar uma nova possibilidade, mais realista, que integrasse os diferentes processos sociais em vez de dividi-los ou apresentá-los como campos separados e paralelos.

É precisamente nessa perspectiva integradora que pretendemos construir e propor um sistema de indicadores não androcêntricos.

---

4. Vantaggiato (2001) faz referência a uma experiência feminina de temporalidade que considera os múltiplos aspectos da existência.



---

## PARTE II

### CAPACIDADES E INDICADORES



## CAPACIDADES E INDICADORES: ALGUMAS QUESTÕES PRÉVIAS

A encomenda do Instituto Catalão das Mulheres consistia na elaboração de um sistema de indicadores para as áreas temáticas de trabalho, participação comunitária, educação, saúde, moradia, esporte, planejamento territorial e mobilidade, bem-estar social, imigração e violência contra as mulheres. De acordo com o enfoque teórico apresentado na Parte I, foi elaborado, de início, um “vetor de capacidades”<sup>1</sup>, para em seguida construir os indicadores correspondentes a cada uma das capacidades definidas. O vetor de capacidades – constituído por dez capacidades – inclui as áreas especificadas, mas as situa em um contexto mais amplo, que recupera experiências não reconhecidas das mulheres. O vetor foi elaborado tendo como objetivo a qualidade de vida (bem-estar) de todas as pessoas, mas reconhecendo a diferença sexual. As capacidades propostas foram de alguma maneira determinadas pela solicitação do Instituto Catalão das Mulheres. De qualquer modo, não foram incluídos o que chamamos de *aspectos mais pessoais*, que têm relação estreita com o bem-estar das pessoas, mas em que não há espaço para a intervenção pública.

Além do vetor de capacidades, incluem-se ao princípio e ao final, outros dois itens, que não são exatamente capacidades, no sentido em que se utiliza aqui o conceito, mas que, por suas características específicas, se considerou conveniente incorporar. O primeiro é sobre “população e domicílio”, necessário para contextualizar a situação das mulheres como grupo de população. O segundo refere-se às mulheres migrantes.<sup>2</sup> Este último item, de fato, perpassa todas as capacidades. Os indicadores definidos para esse item na verdade são válidos para todas as mulheres, em diferentes situações. Contudo, se aparece como destaque ao final, é simplesmente para que

1. É possível que as capacidades aqui definidas não correspondam, exatamente, à concepção utilizada por Sen. Acreditamos, porém, que representam a ideia básica sobre a qual se sustentam.

2. O termo não nos satisfaz, porque um de seus significados refere-se a uma condição inferiorizada. Aqui, nós o utilizamos no lugar de “imigrante”, para designar a situação consolidada de quem veio de fora. Por isso, sua procedência já não é condição determinante.

tenha mais visibilidade, já que os aspectos transversais costumam ficar diluídos no aspecto mais geral que se está definindo.

Antes de apresentar a explanação sobre as diferentes capacidades, comentam-se alguns aspectos relevantes do conjunto. O vetor proposto inclui as seguintes capacidades:

1. Acesso à saúde.
2. Acesso à educação e ao conhecimento.
3. Acesso a um espaço doméstico adequado e seguro.
4. Acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas.
5. Acesso à obtenção de rendimentos monetários.
6. Acesso a uma mobilidade e a um planejamento territorial adequados.
7. Acesso ao tempo livre e às atividades esportivas.
8. Acesso aos cuidados.
9. Acesso a uma vida livre de violência.
10. Participação social e política na comunidade.

Como pode ser observado, das dez capacidades que compõem o vetor, as duas últimas apresentam uma diferença em relação às anteriores; a última é diferente inclusive na forma da denominação. As sete primeiras podem ser compradas – ao menos em parte. Se se dispõe de dinheiro, pode-se ter acesso à saúde, à educação, à moradia etc. Trata-se, no entanto, de que essas capacidades sejam asseguradas a todas as pessoas, mesmo às que não disponham de dinheiro. Ou seja, que o Estado substitua o mercado. A oitava capacidade, “acesso aos cuidados”, não tem bons substitutos de mercado, tal como entendemos “os cuidados” (com os aspectos relacionais e emocionais que o termo abrange), apesar de que alguma contribuição mercantil ou pública aos cuidados em casa possa simplificar os cuidados e colaborar com sua melhor organização. Finalmente, as duas últimas capacidades representam comportamentos – diferenciados por sexo, produto da cultura patriarcal –, em que o mercado não intervém, ao menos não de forma significativa.

Também é preciso apontar que certas capacidades não são finalidades em si mesmas, mas recursos para conseguir outras capacidades. O caso mais claro é o do “acesso à obtenção de rendimentos monetários”. Algumas capacidades, apesar de serem finalidades em si mesmas, também são recursos para obter outras. Por exemplo, ter “acesso à saúde” já é um objetivo, mas, por sua vez, facilita o “acesso à educação” ou o “acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas”. Poder desenvolver uma “vida livre de violência” é condição para o “acesso à saúde”. Outras capacidades, como o “acesso ao tempo livre e às atividades esportivas” e o “acesso aos cuidados”, também facilitam o “acesso à saúde”.

Um caso especial é o “trabalho”. Uma opção seria a de incluir, em uma mesma capacidade, os diferentes tipos de trabalho. Em vez disso, o tema foi dividido em

três ou quatro capacidades diferentes: uma delas refere-se ao trabalho remunerado; outra, aos cuidados; uma terceira, aos rendimentos e, a última, ao tempo livre, capacidade que também tem a ver com o trabalho. Essa divisão teve dois objetivos. De um lado, destacar a importância dos cuidados e da organização do tempo, questões quase sempre esquecidas. De outro lado, deixar bem claro que os rendimentos monetários não provêm só do mercado. Essa maneira de denominar o “trabalho” por si já chama a atenção para a necessidade de refletir sobre as diferentes capacidades de forma inter-relacionada.

Em resumo, convém observar que, no geral, todas as capacidades estão estreitamente ligadas e se condicionam mutuamente, formando uma espécie de rede, que é a que permite conseguir melhor qualidade de vida. Esse é um dos aspectos mais relevantes da maneira de organizar os indicadores por capacidades (interligadas) e não por áreas temáticas, apresentadas como elementos separados e independentes. A vida das pessoas – e em maior grau a das mulheres – não é compartimentada. Na verdade, um movimento contínuo entre tempo e espaços altera as diferentes dimensões da vida. É por isso que a complexidade humana exige uma análise integradora.

Na exposição sobre cada capacidade, inclui-se – antes da explanação dos indicadores – um texto explicativo sobre a importância de cada capacidade, o que significa, mostrar as áreas que dela participam e suas ligações com as outras capacidades.

Em relação aos indicadores, também são necessários alguns comentários. Em primeiro lugar, sabe-se que há classificações que abrangem muitos tipos de indicadores. Nesta proposta, trabalha-se, basicamente, com *indicadores quantitativos de diagnóstico*. São indicadores *quantitativos* no sentido de que se expressam por números, embora alguns deles representem aspectos qualitativos que também se traduzem em números. Entendemos por indicadores *de diagnóstico* aqueles que oferecem um panorama global e sintético de uma dada situação, em um determinado momento, e que também permitem acompanhar a evolução no tempo. Ou seja, o objetivo é poder visualizar a situação global das mulheres e fazer um acompanhamento dessa situação. Trata-se de poder detectar os principais obstáculos que impedem o desenvolvimento de suas capacidades para que possam ser objeto de intervenção pública ou social. Sendo assim, os indicadores propostos não têm como objetivo a avaliação de políticas, programas ou processos específicos.

Como se verá, no sistema de indicadores proposto há indicadores possíveis e desejáveis. No primeiro caso, trata-se de indicadores que podem ser obtidos a partir da informação disponível. Já os indicadores desejáveis são aqueles considerados necessários e adequados para o objetivo proposto, mas que não podem ser obtidos, por não existir a informação necessária. Nesse caso, é importante identificar esses indicadores desejáveis, mostrando assim o tipo de informação que será preciso produzir ou obter.

Naturalmente, em um estudo como este, é importante a análise comparativa, tanto temporal como transversal. É por esse motivo que, quando há informação relevante para o indicador específico, é desejável obter valores anteriores (normalmente por quinquênios dos últimos 15 ou 20 anos) e valores semelhantes, provenientes do Estado espanhol e da União Europeia.\*

Quanto às variáveis de distinção utilizadas, subentende-se que para cada indicador toda a informação se apresenta separada por sexo. Algumas variáveis requerem algum comentário. A primeira é a variável que se denominou *procedência* e se refere a pessoas (mulheres ou homens) de nacionalidade espanhola ou migrantes. Essa terminologia não é a mais exata ou satisfatória porque há fronteiras imprecisas, mas não encontramos outra mais adequada. A variável *nível social* inclui, quando existe, informação sobre nível educativo, nível de renda e categoria socioeconômica. Finalmente, as variáveis *faixas de idade significativas* levam em conta, em cada caso, as características próprias das atividades das mulheres, principalmente as ligadas ao ciclo vital, mas não somente essas. Por exemplo, isso significa desmembrar a faixa etária de 30 a 55 anos. Normalmente – ao menos no mercado de trabalho – essa faixa de idade quase nunca se apresenta dividida em categorias diferentes, simplesmente porque os homens têm um comportamento praticamente inalterado ao longo desse ciclo. Diferentemente, as tarefas de cuidados estão mais presentes na vida das mulheres com idade entre 30 e 40 anos e isso altera sensivelmente a vida delas nesse período.

---

\* Nota do editor: Valores anteriores são informações e dados obtidos em períodos anteriores na mesma região, para efeito de comparação. Valores semelhantes são informações e dados de outras regiões que, mesmo obtidos por métodos diferentes, permitam comparar tendências.

## POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS: INDICADORES DE CONTEXTO

Esta seção inclui informação estatística necessária sobre alguns aspectos demográficos e de tipologia de domicílios que devem ser levados em conta na elaboração dos indicadores. As informações sobre as características demográficas básicas de mulheres e homens e sobre possíveis transformações importantes da população ajudam a definir as variáveis fundamentais que serão utilizadas nos indicadores. A situação social das mulheres depende muito de sua situação no ciclo vital – basicamente se têm ou não pessoas dependentes – e do tipo de domicílio em que vivem: individual, casal com ou sem filhos, monoparental etc. Interessa também especialmente a informação sobre a população migrante. Nesta seção, toda a informação será apresentada separada por sexo.

### *A. Composição e dinâmica da população*

- População total por grupos de idade (valores absolutos, percentagens e taxas de variação).
- População a partir de quinze anos por estado civil (valores absolutos, percentagens e taxas de variação).
- População migrante por grupos de idade e procedência (valores absolutos, percentagens e taxas de variação).
- Taxas de fecundidade por grupos de idade.
- Média de idade das mulheres ao nascer o primeiro filho/filha.
- Esperança de vida ao nascer.

### *B. Estrutura dos domicílios*

- Tipologia de domicílios: individuais por sexo e idade, casais sem filhos/filhas por idade, casais com filhos/filhas segundo o número de filhos/filhas, mo-

noparentais segundo o número de filhos/filhas e idade do filho/filha menor, casal sem filhos/filhas e outros, casal com filhos/filhas e outros.

- Mulheres e homens que são a pessoa de referência do domicílio por idade.
- Renda dos domicílios por sexo da pessoa de referência.
- Domicílios por rendimentos e sexo da pessoa de referência.
- População migrante residente na Catalunha por sexo e local de origem.
- Estrutura de idade da população migrante por área geográfica de procedência.

# CAPACIDADES

## 1. ACESSO À SAÚDE

Como aponta Amartya Sen, todas as pessoas devem ter acesso à saúde já que é uma das liberdades essenciais do ser humano e o mecanismo através do qual pode-se desfrutar das outras liberdades (Sen, 2000). Por exemplo, já foi comprovado que pessoas em mau estado de saúde têm mais dificuldades para conseguir um trabalho remunerado ou um contrato estável (Virtanen, 2002), mais risco de perder o emprego e mais dificuldades para formar um casal ou ter filhos. Há razões de equidade, de eficácia e de eficiência que justificam analisar o acesso à saúde de um ponto de vista não androcêntrico. Por razões de equidade, mulheres e homens devem ter iguais oportunidades para desenvolver seu potencial de saúde. Razões de eficácia e eficiência exigem que se leve em conta o sexo e o gênero como determinantes dos hábitos e do estado de saúde quando se quer oferecer atenção à saúde adequada aos dois sexos.

As mulheres vivem mais, mas seu estado de saúde é pior que o dos homens. Esse paradoxo costuma ser o ponto de partida da análise de desigualdades na saúde. A posição subordinada das mulheres (na educação, no trabalho, na influência política, no planejamento) e principalmente sua “falta de tempo” reduzem sua capacidade para proteger e promover a própria saúde física e mental. Os problemas de saúde mais frequentes entre mulheres são os transtornos musculoesqueléticos e os ansioso-depressivos, transtornos que não são mortais, mas comprometem sua qualidade de vida.

A menor expectativa de vida dos homens é explicada, basicamente, por padrões de conduta menos saudáveis que se associam a problemas de saúde responsáveis pela mortalidade prematura, como o câncer e as doenças cardiovasculares. Esses diferentes padrões de conduta das mulheres e dos homens são conhecidos, mas a origem social

desses comportamentos raramente recebe a atenção que merece, como se as atitudes com a saúde fossem *naturais* e não aprendidas. É que, embora a configuração da masculinidade possa variar entre comunidades, o desenvolvimento de uma identidade masculina heterossexual geralmente significa expôr-se a riscos para a saúde.

Um exemplo claro desses riscos vem do mercado de trabalho: os homens trabalham em atividades econômicas com mais risco de acidentes de trabalho. Além disso, muitos homens se sentem empurrados para comportamentos de risco para provar sua masculinidade. O resultado é que morrem com mais frequência que as mulheres em consequência de acidentes esportivos ou de trânsito. Na maioria das sociedades, cuidam-se menos, consomem mais álcool e fumo e mantêm condutas sexuais mais inseguras (Doyal, 2001). De qualquer forma, dados atuais da Catalunha demonstram que as garotas jovens começam a fumar igual ou mais que os garotos, imitando dessa maneira o modelo masculino.

Entender as diferenças na saúde entre as mulheres e os homens exige um enquadramento integrador das diferenças biológicas e culturais entre uns e outras. As diferenças biológicas, mas não só as relacionadas com a saúde reprodutiva, explicam as diferenças na vulnerabilidade a algumas doenças, nos padrões de adoecimento e mortalidade, nos sintomas, na resposta ao tratamento e ao prognóstico, diferenças que tradicionalmente não foram levadas em conta na assistência à saúde. Além disso, desde o nascimento, as mulheres e os homens são socializados de forma diferente, experimentam diferentes processos biológicos e diferentes relações com a família, as amizades e as instituições sociais. Isso determina, de um lado, diferentes valores e atitudes e, de outro, diferentes recursos e oportunidades, dependendo do sexo.

A ordem social tradicional atribui aos homens um papel central no âmbito do trabalho e do que é público e, às mulheres, um papel protagonista no âmbito familiar e privado. Essa divisão sexual da vida social é responsável por desigualdades na saúde. Por exemplo, a maioria dos estudos comprova que o estado de saúde das donas de casa em tempo integral é pior do que o das mulheres empregadas, embora estas tenham que assumir também responsabilidades familiares (Artazcoz *et al.*, 2004a). Entre as razões do efeito benéfico do trabalho remunerado sobre a saúde das mulheres são apontadas as oportunidades para construir a autoestima, a confiança na capacidade de decisão e o apoio social para pessoas que de outra maneira estariam isoladas (Sorensen e Verbrugge, 1987). Além disso, ter uma fonte de rendimentos própria proporciona independência econômica e poder na unidade familiar. No entanto, há outros estudos que demonstram o impacto negativo, sobre muitas mulheres, da sobrecarga pela combinação das responsabilidades familiares e de trabalho.

Descobriu-se que as exigências do trabalho doméstico e de cuidados têm forte impacto negativo sobre diferentes indicadores de saúde das mulheres empregadas, mas nenhum efeito sobre a saúde dos homens empregados, o que se explica pela

escassa contribuição destes ao trabalho de casa (Artazcoz *et al.*, 2004b). As desigualdades entre mulheres e homens nas responsabilidades familiares e domésticas traduzem-se – como se manifesta na capacidade “Acesso ao tempo livre e às atividades esportivas” – em desigualdades no tempo de descanso e de lazer. Assinalou-se que as mulheres empregadas dormem menos e têm menos tempo de lazer que os homens (Carrasco *et al.*, 2005). Na Catalunha, como provavelmente em outros locais, o número de horas de sono entre as mulheres empregadas está muito ligado ao peso do trabalho doméstico. O peso do trabalho doméstico também influi na realização de exercício físico no tempo de lazer (Artazcoz *et al.*, 2004b). Os serviços de saúde produzem mensagens tradicionais que reforçam a importância de um número suficiente de horas de sono ou os benefícios do exercício físico para a saúde. Ao considerarem essas condutas como opções livres, não determinadas pelo meio vital e social, as mensagens servem apenas para promover sentimentos de culpa. Os programas tradicionais de promoção da saúde devem introduzir uma perspectiva de análise não androcêntrica e abordar as condições estruturais que explicam as condutas relacionadas com a saúde. Ou seja, fazer com que a conduta mais saudável seja também a mais fácil.

Cuidar do casal, dos familiares ou das pessoas amigas quando essas pessoas têm problemas de saúde, tarefa assumida habitualmente pelas mulheres, pode ser uma fonte de satisfação (Nolan, Grant e Keady, 1996). Contudo, muitos estudos mostram que cuidar de pessoas idosas ou com incapacidades associa-se a maior risco de transtornos ansioso-depressivos, mal-estar emocional e limitações na vida social (Shulz *et al.*, 1990; Shulz *et al.*, 1995). As mulheres, como principais fornecedoras do cuidado dos outros, são as que mais padecem esses efeitos negativos sobre a saúde. É importante assinalar que o impacto é maior entre as que não têm ninguém com quem dividir essa tarefa e entre as que não dispõem de recursos para facilitá-la.

Finalmente, há desigualdades entre a saúde das mulheres e dos homens derivadas do acesso desigual aos serviços de saúde ou do menor esforço para o diagnóstico e o tratamento quando se trata de mulheres (Ruiz-Cantero e Verdú-Delgado, 2004). Além disso, os planejamentos de saúde que formularam as políticas de saúde tiveram sensibilidade de gênero limitada, tanto na descrição dos problemas de saúde como na formulação dos objetivos e em sua avaliação (Peiró *et al.*, 2004).

A abordagem das diferenças na saúde de homens e mulheres torna aconselhável a divisão dos indicadores em ciclos vitais:

- até os 15 anos, período em que se transmitem os valores tradicionais da feminilidade e da masculinidade (idade de interesse sobretudo para a análise dos hábitos ligados à saúde);
- dos 16 aos 24 anos, os adultos jovens que ainda não assumiram plenamente responsabilidades familiares e também não se incorporaram definitivamente ao mercado de trabalho;

- dos 25 aos 40 anos, em plena idade reprodutiva e/ou produtiva, quando normalmente há crianças nos domicílios;
- de 41 a 64 anos, em que segue a etapa reprodutiva e/ou produtiva, mas sem crianças;
- maiores de 64 anos.

Um sistema de indicadores para acompanhar a evolução das desigualdades na saúde de mulheres e homens tem que incluir informação sobre adoecimento (morbidez) e mortalidade, sobre as condutas relacionadas com a saúde e sobre a inclusão de uma visão não androcêntrica na assistência e nas políticas de saúde. O objetivo dos indicadores que se seguem é oferecer informação sobre problemas relevantes, relacionados com as desigualdades entre mulheres e homens, problemas que podem ser solucionados através de intervenções adequadas.

### *Indicadores*

#### Indicador 1: Expectativa de vida ao nascer

---

**Definição:** Expectativa de vida das mulheres ao nascer – expectativa de vida dos homens ao nascer.

**Variável:** Faixas de idade significativas.<sup>3</sup>

**Objetivo:** Identificar as desigualdades na expectativa de vida entre mulheres e homens, globalmente e em diferentes grupos de idade.

**Importância:** Na Catalunha, como na maioria dos países desenvolvidos, a expectativa de vida é superior nas mulheres, mas, com a progressiva incorporação de hábitos insalubres, como o consumo de álcool e de tabaco, essa diferença poderá ser reduzida ou desaparecer.

**Fontes de informação:** IDESCAT – Institut d’Estadística de Catalunya.

#### Indicador 2: Realização regular de mamografias preventivas entre os 50 e os 64 anos

---

**Definição:** Porcentagem de realização regular de mamografias preventivas entre os 50 e os 64 anos.

**Variáveis:** Procedência, nível de escolaridade, estado civil e distribuição geográfica (região sanitária de residência).

**Objetivo:** Identificar desigualdades na cobertura de prevenção do câncer de mama segundo o nível de estudos, o estado civil e a região sanitária de residência.<sup>4</sup>

3. Lamentavelmente, os sistemas de informação sobre mortalidade na Espanha não incluem informação sobre a situação de trabalho, a ocupação ou o nível de estudos.

4. Nota do Editor: Na Catalunha, o sistema de saúde pública presta atendimento aos cidadãos conforme a região de residência. Cada área tem seu centro de atendimento, com equipe de médicos e de assistentes sociais, que fazem a orientação de saúde, a prevenção de doenças e o acompanhamento dos tratamentos dos pacientes.

**Importância:** O câncer de mama é o mais frequente entre as mulheres e a primeira causa da perda de anos potenciais de vida. A detecção precoce do câncer de mama associa-se a um bom prognóstico vital (uma boa possibilidade de viver mais). No entanto, muitas mulheres que recebem indicação para realização de mamografias periódicas não as fazem, fato que poderia estar relacionado com fatores como status socioeconômico ou facilidade de acesso ao exame, determinada em boa medida pela região sanitária de residência.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre Saúde da Catalunha, Departamento de Saúde.

### Indicador 3: Interrupção voluntária da gravidez

---

**Definição:** Taxa de interrupções voluntárias da gravidez (IVG).

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível de escolaridade, situação de trabalho e distribuição geográfica (região sanitária de residência).

**Objetivo:** Identificar as desigualdades nas IVG segundo diferentes variáveis que poderiam ser determinadas por desigualdades socioeconômicas.

**Importância:** A interrupção voluntária da gravidez é um acontecimento geralmente traumático para as mulheres que, em muitos casos, pode estar relacionado com a falta de utilização de métodos contraceptivos eficazes como consequência das desigualdades de poder nos relacionamentos de casal. Ainda a poucos anos, os papéis sexuais tradicionais censuravam a sexualidade feminina que fosse além da função reprodutiva, mas, apesar disso, com as transformações sociais e a generalização de métodos contraceptivos, atualmente as mulheres podem desvincular a sexualidade da função reprodutiva. No entanto, ainda há condicionamentos sociais que fazem com que muitas mulheres não expressem abertamente suas necessidades e preferências sexuais e que considerem o amor romântico e a entrega incondicional ao parceiro mais importantes que a proteção e o cuidado com a própria saúde.

**Fontes de informação:** Registro de Interrupção Voluntária da Gravidez.

### Indicador 4: Estado de saúde percebido

---

**Definição:** Razão de prevalência do mal-estar de saúde percebido por mulheres e homens.

**Variáveis:** Procedência (permissão de residência), faixas de idade significativas, estado civil, situação de trabalho entre pessoas em idade produtiva e tipologia de domicílio.

**Objetivo:** Identificar as desigualdades de gênero no estado de saúde percebido glo-

balmente segundo algumas variáveis que determinem desigualdades sociais entre mulheres e homens.

**Importância:** O estado de saúde percebido é um indicador de saúde bastante utilizado e que costuma ser coletado nas pesquisas de saúde. Aparece ligado à boa forma física, ao adoecimento e às consultas médicas. Esse indicador prediz a mortalidade melhor que o diagnóstico médico. Na maioria dos estudos, o estado de saúde percebido é pior entre as mulheres. É um indicador muito sensível às condições de vida e de trabalho. Por exemplo, observou-se que para os dois sexos a prevalência do mal-estar de saúde percebido aumenta à medida que se reduz o *status* socioeconômico, medido tanto pela ocupação e pelo emprego como pelo nível de escolaridade. Constatou-se ainda que esse indicador é pior entre as pessoas desempregadas. Entre as mulheres, é pior para as donas de casa do que para as mulheres empregadas. Quando estas últimas têm que conciliar as responsabilidades de trabalho com as tarefas familiares e domésticas, o risco de mal-estar de saúde percebido aumenta paralelamente ao aumento das exigências do trabalho no domicílio.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre Saúde da Catalunha. Departamento de Saúde.

#### Indicador 5: Estado de saúde mental

---

**Definição:** Razão de prevalência de problemas de saúde mental verificado pelo Questionário de Saúde Geral de 12 Itens (QSG-12) mulheres/homens.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, situação de trabalho entre pessoas em idade de trabalhar, estado civil, tipologia de domicílio, principais cuidadores de pessoas dependentes no domicílio.

**Objetivo:** Identificar as desigualdades no estado de saúde mental de mulheres e homens, globalmente e também de acordo com algumas variáveis que determinem desigualdades sociais entre umas e outros.

**Importância:** A prevalência de transtornos ansioso-depressivos é superior nas mulheres, coisa que em boa parte está ligada a sua situação social de desvantagem. Por exemplo, o estado de saúde mental é pior entre as pessoas que perderam seu cônjuge ou seu trabalho e é a principal dimensão de saúde afetada pelas exigências do cuidado de pessoas dependentes. A atenção à saúde mental é uma tarefa ainda não resolvida no sistema de saúde. A resposta aos problemas de saúde mental não é suficiente, ou porque os profissionais ignoram suas causas e medicalizam as consequências, ou porque outros setores não levam em conta os efeitos das tendências sociais e econômicas sobre a saúde mental.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre Saúde da Catalunha. Departamento de Saúde.

## Indicador 6: Mobilidade reduzida

---

**Definição:** Razão de prevalência de dependência para caminhar em pessoas maiores de 64 anos (mulheres e homens).

**Variáveis:** Faixas de idade significativas (entre 65 e 74 anos e maiores de 74 anos), nível de escolaridade e estado civil.

**Objetivos:** Examinar as desigualdades entre mulheres e homens na dependência, globalmente e segundo algumas variáveis que podem atuar como modificadores dessas desigualdades.

**Importância:** Embora a expectativa de vida das mulheres seja superior à dos homens, os últimos anos de vida de uma mulher decorrem, com frequência, com alto grau de dependência e incapacidade, condições que diminuem sua qualidade de vida. Os problemas musculoesqueléticos de que muitas mulheres começam a sofrer desde muito jovens se agravam, até as deixar em situações de dependência para as quais, em muitos casos, nem a Administração nem o apoio social informal oferecem atenção suficiente.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre Saúde da Catalunha. Departamento de Saúde.

## Indicador 7: Tabagismo

---

**Definição:** Razão de prevalência de tabagismo em mulheres e homens.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível de escolaridade e situação de trabalho (pessoas de 16 a 64 anos).

**Objetivo:** Identificar as desigualdades entre mulheres e homens na prevalência de tabagismo, globalmente e segundo algumas variáveis que atuam como modificadores dessas desigualdades.

**Importância:** No ano 2002, o fumo foi responsável pela morte de quase cinco milhões de pessoas no mundo. De acordo com a Pesquisa sobre Saúde da Catalunha de 2002, a prevalência de tabagismo entre os homens era de 34% e, entre as mulheres, de 24%. Entre os mais jovens a prevalência era superior nas mulheres. As motivações para começar a fumar, continuar fumando ou abandonar o tabagismo são diferentes segundo o sexo. A indústria do tabaco está utilizando as atitudes e as expectativas das mulheres que estão imitando o modelo masculino, com a finalidade de aumentar o consumo de fumo entre elas. Com falsas imagens de vitalidade, atração física, emancipação e sofisticação, a indústria busca o mercado das mulheres. O aumento do tabagismo entre as mulheres já começa a se traduzir em aumento de causas de mortalidade prematura relacionadas com o fumo.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre Saúde da Catalunha. Departamento de Saúde.

## Indicador 8: Atividade física com benefícios para a saúde

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres em relação à porcentagem de homens que realizaram atividade física de intensidade moderada (ou alta) no tempo de lazer durante ao menos 20 minutos, três dias ou mais por semana (ou 30 minutos, cinco dias ou mais por semana).

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, situação de trabalho entre pessoas em idade de trabalhar e tipologia de domicílio.

**Objetivo:** Os dois indicadores propostos correspondem à atividade física recomendada para obter benefícios sobre a saúde. Seu objetivo é identificar as desigualdades entre sexos na prevalência de atividade física no tempo de lazer, globalmente e segundo algumas variáveis que atuam como modificadores dessas desigualdades. Este indicador tem estreita relação com os indicadores de “Acesso ao tempo livre e às atividades esportivas”.

**Importância:** A atividade física regular reduz significativamente o risco de doenças coronárias, acidente vascular cerebral, diabetes e hipertensão arterial. Contribui para controlar o peso corporal e, nas pessoas idosas, fortalece ossos, músculos e articulações; reduz a dor da artrite, reduz os sintomas de ansiedade e depressão e associa-se a menos hospitalizações e uso de serviços de saúde. No mercado de trabalho, os trabalhos das mulheres exigem menos atividade física que os dos homens. Além disso, a diferente socialização de mulheres e homens quanto a realização de atividade física desde a infância, bem como a falta de tempo devido à dupla jornada (como dona de casa e trabalhadora), são razões de uma menor quantidade de atividade física benéfica para a saúde realizada pelas mulheres, para as quais, em muitos casos, essa atividade deveria ser recomendada como tratamento terapêutico.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre Saúde da Catalunha. Departamento de Saúde.

## Indicador 9: Sobrepeso

---

**Definição:** Prevalência de sobrepeso ou obesidade em mulheres e homens.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, situação de trabalho, estado civil e tipologia de domicílio.

**Objetivo:** Mostrar as desigualdades entre mulheres e homens em relação ao sobrepeso, globalmente e segundo algumas variáveis que podem atuar como modificadores dessas desigualdades.

**Importância:** Nos últimos anos, a prevalência de sobrepeso aumentou, não só entre pessoas adultas, mas também na infância. O sobrepeso e a obesidade estão ligados ao risco maior de hipertensão, dislipidemia, diabetes de tipo 2, doenças coro-

narianas, acidente vascular cerebral, osteoartrite e alguns cânceres (endométrio, mama e cólon). Na Catalunha, entre as pessoas jovens, a prevalência de sobrepeso é superior nos homens, mas, entre as pessoas adultas, as proporções igualam-se ou podem ser superiores nas mulheres. É mais frequente entre as pessoas de menor nível socioeconômico e nas donas de casa. O sobrepeso em idades adultas pode ser entendido como um indicador de “não saber cuidar de si mesmo/a”.

**Fontes de informação:** Na Pesquisa sobre Saúde seria necessário perguntar a todas as pessoas o peso e a altura.

### Indicador 10: Perspectiva não androcêntrica no Planejamento de Saúde da Catalunha

---

**Definição:** Na descrição e formulação dos objetivos do Planejamento, porcentagem de condutas relacionadas com a saúde e os transtornos de saúde que incluem a análise das desigualdades entre homens e mulheres, quando aplicável.

**Objetivo:** Mostrar a introdução da visão não androcêntrica na análise do estado de saúde.

**Importância:** A maioria das condutas relacionadas com a saúde explicam-se pela diferente socialização das mulheres e dos homens. Também há relação entre os transtornos de saúde e as desigualdades de gênero. No entanto, geralmente falta uma visão não androcêntrica às políticas de saúde, tanto na definição de seus objetivos quanto nas ações de saúde e em sua avaliação. Se o sistema de saúde não levar em conta que as razões das condutas, os transtornos de saúde e a resposta às mensagens preventivas e à assistência de saúde são diferentes para mulheres e homens, isso não é unicamente um problema de igualdade, mas de falta de qualidade e de eficiência do próprio sistema de saúde.

**Fontes de informação:** Plano de Saúde da Catalunha. Seria preciso realizá-lo com base na metodologia proposta por Peiró *et al.*, 2004.

## 2. ACESSO À EDUCAÇÃO E AO CONHECIMENTO<sup>5</sup>

Em qualquer discurso sobre os direitos humanos, ter acesso à educação e ao conhecimento significa que todos os seres humanos – independentemente de sexo, idade, condição civil ou tipo de domicílio a que pertençam – devem poder desenvolver-se integralmente como pessoas livres, responsáveis, conscientes, sociáveis e afetivas e, assim, conseguir os recursos para viver e ajudar os outros a viver dignamente e com felicidade. Melhor dizendo, têm que poder saber quem são e como são

5. Considerando que o Conselho responsável tem, atualmente, o nome de “Educação”, parece oportuno manter esse termo na denominação da capacidade, mas recordemos que até recentemente o Conselho era “de Ensino” e que tem seções importantes dedicadas à “Formação”... Se a capacidade também é de acesso ao conhecimento, então se alarga o enquadramento teórico e a área de ação, porque o léxico e a sinonímia nos levam a tornar o indicador equivalente ao acesso ao saber e, inclusive, à consciência...

seus iguais (seus concidadãos), onde estão, qual é a história de sua comunidade, que projeto de vida individual e coletivo querem desenhar, quais são os recursos de que dispõem, qual é a melhor maneira de empregá-los, como podem ser aumentados e melhorados tais recursos, como podem ser conservados e como podem ser compartilhados, como se pode cuidar da própria vida e da vida dos outros, como as diferenças e os conflitos podem ser gerenciados sem violência, como se pode progredir individualmente, coletivamente e ser feliz.<sup>6</sup>

Apesar de a formação ser entendida como um processo que dura toda a vida, é durante a infância e a pré-adolescência (de 0 a 16 anos) que ocupa praticamente o tempo todo das pessoas. Nossa sociedade gerou um período de educação obrigatória que, como tal, é igual para todas as pessoas. Na realidade, porém, existem duas redes de centros educacionais, o que distorce a igualdade de oportunidades, tendo de um lado escolas públicas e, de outro, escolas privadas que recebem subvenção de dinheiro público. Quanto às organizações paraeducativas, como as que se dedicam ao tempo de lazer (recreação, meios de comunicação), mesmo reconhecendo sua importância, seria muito complicado responsabilizá-las pelo processo educativo e interferir em sua diversidade.

A educação e a formação se realizam no espaço doméstico, nos domicílios, e, ao mesmo tempo, no espaço público, nas instituições escolares, nos centros de recreação e lazer, pelos meios de comunicação e outros. De maneira mais ou menos implícita, em nossa área geográfica e tradição cultural, os conteúdos da educação e da formação das pessoas estão divididos em dois âmbitos. Enquanto no espaço doméstico se dava e ainda se dá a formação mais pessoal e mais relacional, no âmbito público da instituição escolar transmite-se a informação mais “objetiva” dos conhecimentos. E no entanto o patrimônio cultural da família evidentemente também influi nos resultados da educação escolar das crianças. Em estudos recentes, bastante divulgados pela imprensa, aparece com destaque a influência do nível cultural da mãe no resultado da formação acadêmica da descendência. Sendo assim, torna-se evidente o fato de que as modificações profundas e rápidas da família e dos papéis familiares também interferem na atual crise da instituição escolar.

O conhecimento, também em nossa área e tradição, compartimentou-se em áreas de saber (disciplinas e especialidades) que a escola transmite de modo parcelado e sequenciado no decorrer das etapas de formação das crianças em escolas de dois níveis (Colégio de Educação Infantil e Primária – CEIP e Instituto de Educação Secundária – IES).

Dessa forma, compreende-se por quê a formação profissional e relacional estava e está a cargo das mulheres, elas que, tradicionalmente, foram donas de casa e cuidaram das crianças e de seu “correto” desenvolvimento pessoal e relacional. O

6. Esta capacidade tem uma formulação legal nos Objetivos Gerais de Educação Secundária Obrigatória, ainda vigente em nosso país (Decreto 96/1992, 28 de abril, pelo qual se estabelece a ordenação do ensino da Educação Secundária Obrigatória).

mais interessante é que a feminização da profissão de ensinar, nos últimos tempos, tem como resultado que a transmissão de conhecimentos “escolares” também se faça majoritariamente por linha feminina, já que nas etapas obrigatórias da educação estão em maior número as professoras. Assim, as mulheres, “mães e mestras”, são as formadoras e educadoras responsáveis pelas crianças dentro do sistema patriarcal. Essa situação obviamente gera contradições, desequilíbrios, desajustes e injustiças, se repassarmos a história e a realidade atual.

Por tudo isso, o acesso à educação e ao conhecimento é a capacidade que entrou em jogo desde o princípio da história do patriarcado e do feminismo, levando em conta o quanto tal acesso interfere na igualdade e na diferença entre homens e mulheres. “Sequestrar” o saber de vida e de relação das mulheres e sua consciência, afastá-las e mantê-las afastadas do conhecimento e da educação construídos pelo patriarcado, foi e continua sendo a forma de submetê-las. A exigência e a luta das mulheres para ter acesso à educação e ao conhecimento e para recuperar a consciência é o motor inicial do feminismo. A meta do feminismo atual é, a partir da igualdade de oportunidades, questionar o androcentrismo dominante no conhecimento que se transmite, reconhecer e valorizar o saber das mulheres. Este é o sentido de “saber que sabemos”, manifestação do feminismo da diferença sexual.

No âmbito da educação formal e regulamentada, a proposta feminista diz que a coeducação é a educação pois vai na direção de uma instituição escolar que propicie uma educação que valorize, indistintamente, a experiência e a contribuição social e cultural das mulheres e dos homens, que não estereotipe atitudes e aptidões e que reconheça e respeite a diferença sem silenciá-la nem hierarquizá-la. A coeducação é indispensável para educar sem discriminações de sexo. A coeducação, entendida como um enquadramento educativo global, tem que construir as bases para tornar impensável a violência contra as mulheres.

Levando em conta tudo isso e principalmente a diferença entre mulheres e homens no acesso à educação e ao conhecimento, convém enfatizar a necessidade de prestar atenção, por um lado, à acelerada multiplicidade cultural e étnica inerente à *imigração* e, por outro, ao horizonte, já muito próximo (2010), de um espaço comum europeu no campo da educação. E, pelo que o mundo científico e tecnológico teve e ainda tem de estereotipado no masculino, também é preciso destacar a importância de facilitar às mulheres seu acesso às *tecnologias da informação e comunicação* (TICs) que, atualmente, pelas leis de mercado e do consumismo, converteram-se em instrumentos cotidianos e necessários (computadores, celulares e outros).

É evidente que o acesso à educação e ao conhecimento facilita o “acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas”. Contudo, aqui entra em jogo a discriminação sexista que faz com que as garotas e as mulheres com educação, formação e conhecimento iguais aos dos garotos não tenham no mundo do trabalho as mesmas oportunidades que eles têm. Também acontece a relação inversa: o acesso

a um trabalho adequadamente remunerado facilita o acesso à formação continuada ao longo da vida nas diferentes formas (cursos, mestrados e pós-graduações, reciclagens...). Isso faz com que as mulheres tenham menos possibilidades de promoção e muitas dificuldades para reincorporar-se ao trabalho, se o deixam durante um período de sua vida para atender o trabalho de cuidados.

O acesso à educação e ao conhecimento está fortemente ligado ao “acesso à saúde” e, por isso, são feitas campanhas de educação e formação para mulheres de zonas carentes, porque essa é uma maneira de aumentar e melhorar a própria saúde e a da população em geral. Também pode-se falar da relação inversa, porque uma boa saúde facilita o acesso à educação e ao conhecimento, na medida em que assim as pessoas podem manter o corpo e a mente “em boas condições”.

O acesso à educação e ao conhecimento abrange o “acesso ao esporte”, entendido como educação física, já que faz parte do currículo, mas, nesse caso há uma clara discriminação devida à concepção androcêntrica do esporte competitivo e baseado numa ocupação masculina, dominante, do espaço. O slogan clássico de “mente sã em corpo são” recorda que a atividade física do corpo é necessária para que a mente possa conquistar o conhecimento.

O acesso à coeducação significa-significará-significaria poder viver livre de violência. A coeducação é, praticamente, a única medida preventiva para erradicar a violência machista. Não é só com base na igualdade que se pode alcançar uma sociedade mais livre, segura e justa para as mulheres; será preciso também que a diferença seja respeitada e valorizada. A relação inversa mostra que uma vida livre de violência facilita o acesso à educação e ao conhecimento, porque a pessoa não está limitada, reprimida ou privada de poder exercer suas capacidades.

O acesso à educação e ao conhecimento abre caminho para a “participação social e política na comunidade”, porque permite “entender” a formalização e a burocracia das organizações políticas e, em consequência, possibilita colaborar, criticar e buscar formas alternativas de participação. Também nesse caso há “retroalimentação”, porque a participação propicia troca de conhecimentos.

O acesso à educação e ao conhecimento incorpora aspectos subjetivos e inclui a relação pessoal, e, justamente por isso, seria importante que essa capacidade dispusesse principalmente de indicadores qualitativos. De qualquer forma, não foi esse o critério predominante até agora, mas, sim, o de que a educação deve ser medida e avaliada em termos numéricos de produtividade (qualificações numéricas nos boletins escolares) e em termos de economia (computam-se os créditos como unidades de ensino-aprendizagem). Como se vê, o conhecimento ou o saber aparecem parcelados em etapas, disciplinas e áreas, e são avaliados com base em testes, escalas, níveis e coeficientes, por graduações, titulações, especializações...

Sabe-se que a educação, tal como está estabelecida, é discriminatória para as mulheres, e que, apesar de as meninas e as jovens terem melhores notas na escola

e na universidade, isso não se reflete na hora de entrar no mundo do trabalho e de ganhar uma promoção, por exemplo. Também se sabe que as vítimas de violência machista são mulheres de todos os níveis de escolaridade; que a percepção da saúde pelas mulheres é mais negativa, mesmo que saibam cuidar de seu corpo; que as mulheres participam e colaboram nas ONGs e movimentos sociais mais que os homens, mas não “saem na foto”...

Diante disso, pode-se perguntar se, na prática, o acesso à educação é igual para mulheres e homens? Se não, que fatores causam essa diferença? Se há discriminação, como pode ser mudada e como as mulheres e os homens podem participar no processo de mudança? Há medidas legais ou de outro tipo que garantam o acesso igual à educação para mulheres e homens? Que uso fazem mulheres e homens de sua educação? O contexto social impede que as mulheres usem totalmente sua educação? As mulheres e os homens escolhem suas carreiras universitárias e de formação profissional segundo os estereótipos de gênero? É possível intervir para corrigir o estereótipo de gênero? Os homens e as mulheres estão estereotipados nos currículos escolares? Como os currículos podem ser mudados para eliminar os estereótipos de gênero e apresentar uma imagem positiva das mulheres, dos homens e da relação?

Os indicadores *ad usum* mostram todas essas situações com seus matizes, desvios e exceções. A seguir, apresentam-se indicadores que devem ser interpretados superando o olhar androcêntrico que avalia a diferença dos dados femininos com estranheza e como anormalidade. Os quatro primeiros indicadores são indicadores básicos de contexto e referem-se ao nível de escolaridade da população. Os três seguintes (5, 6 e 7) relacionam o nível de estudos com a atividade econômica. Esses são indicadores significativos não incluídos na capacidade “acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas”. A seguir, os indicadores 8 e 9 têm a ver com características do pessoal docente e com cargos de responsabilidade nas escolas. O indicador 10 é subjetivo, possibilita ter informação sobre as expectativas das mães e dos pais sobre o nível educacional de suas filhas e filhos, expectativas quase sempre próximas dos valores sociais da sociedade patriarcal em que vivemos. Finalmente, os três últimos indicadores (11, 12 e 13) também são indicadores subjetivos. O objetivo desses indicadores é procurar descobrir a “presença” da coeducação nas escolas e sobre eles há pouca informação.

## ***Indicadores***

### **Indicador 1: Proporção de abandono em três níveis educativos**

**Definição:** Porcentagem de meninas, meninos e jovens de ambos os sexos que deixam os estudos nos três níveis educativos. Particularmente, a porcentagem de abandono por gravidez.

**Variáveis:** Titularidade da escola (público, privado, concertado / privado e que recebe subvenção estatal) e procedência.

**Objetivo:** Ter informação sobre o abandono escolar e suas possíveis desigualdades por sexo.

**Importância:** Estudar aspectos como o analfabetismo em faixas de idade mais altas e questões concretas de rendimento (fracasso escolar) que marcam a diferença de feminino e masculino nas faixas de educação obrigatória e pós-obrigatória – e que preocupam muito, atualmente, pelas comparações com os países vizinhos.

**Fontes de informação:** Departamento de Educação. Departamento de Universidades, Investigação e Sociedade da Informação.

### Indicador 2: **Graduações em nível superior por carreira**

---

**Definição:** Relação entre os números anuais de graduadas e de graduados em nível superior, por carreira.

**Variável:** Procedência.

**Objetivo:** O indicador tem um duplo objetivo. Por um lado, ver a relação de mulheres e homens que a cada ano terminam os estudos superiores e, pelo outro, ter informação sobre as especialidades escolhidas.

**Importância:** Pela “faixa superior” do acesso à educação podemos ver como se estereotipa a escolha da carreira e as consequências disso no posterior acesso ao mundo do trabalho assalariado e no nível económico de mulheres e homens. É importante fazer um acompanhamento do indicador ao longo do tempo, para observar as possíveis mudanças no número de mulheres e de homens que terminam cursos superiores e nas áreas a que umas e outros se dedicam.

**Fontes de informação:** Departamento de Universidades, Investigação e Sociedade da Informação.

### Indicador 3: **Educação de pessoas adultas**

---

**Definição:** Número de mulheres adultas em relação ao número de homens adultos matriculadas/os em educação de pessoas adultas.

**Variável:** Faixas de idade significativas e procedência.

**Objetivo:** Observar as possíveis desigualdades por sexo nos níveis educativos mais baixos da população. Como já se disse, o nível educativo é determinante no acesso ao mercado de trabalho, à saúde, à participação e, em geral, a uma melhor qualidade de vida.

**Importância:** Para a “faixa inferior” do acesso à educação, os dados sobre educação de adultos registram o “fracasso escolar” (abandono da educação básica ou funda-

mental), o analfabetismo da população com mais idade e as “deficiências” da população migrante com diferenças significativas entre masculino e feminino.  
**Fontes de informação:** Departamento de Educação.

#### Indicador 4: Pesquisadoras e pesquisadores por área de conhecimento

---

**Definição:** Número absoluto e porcentagem por sexo do total de pesquisadoras e pesquisadores que estejam realizando pesquisa em alguma universidade ou centro de pesquisa da Catalunha.

**Variável:** Área de conhecimento, procedência.

**Objetivo:** Observar as possíveis diferenças entre mulheres e homens no acesso a níveis mais altos do conhecimento regular acadêmico e ter informação agregada sobre as áreas de conhecimento escolhidas por umas e outros.

**Importância:** A importância fundamental do indicador está no fato de que já não se trata somente de acesso ao conhecimento, mas de reconhecimento da capacidade das mulheres para gerar conhecimento.

**Fontes de informação:** Departamento de Universidades, Investigação e Sociedade da Informação.

#### Indicador 5: Estudos de pessoas ativas e inativas

---

**Definição:** Média de anos de estudo de pessoas ativas e inativas em idade de trabalho (de 16 a 65 anos).

**Variável:** faixas etárias de cinco anos, nível social.

**Objetivo:** Observar as possíveis diferenças tanto entre mulheres e homens como entre as próprias mulheres ao relacionar o nível educativo com a atividade ou a inatividade.

**Importância:** É interessante estabelecer as faixas de idade significativas nas vidas das mulheres para comprovar quais são os períodos “inativos” das mulheres e se correspondem aos que são mais “produtivos” no trabalho de reprodução e de cuidados e ver se os anos de estudo influem significativamente.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE – Instituto Nacional de Estadística/ IDESCAT – Institut d’Estadística de Catalunya).

#### Indicador 6: Participação em ações de capacitação dirigidas a pessoas desempregadas e inativas para incorporar-se ao trabalho assalariado

---

**Definição:** Relação entre o número de mulheres (desempregadas e inativas) e o nú-

mero de homens (desempregados ou inativos) inscritos em cursos de capacitação para incorporar-se ao mercado de trabalho.

**Variável:** Faixas de idade significativas, tipologia dos domicílios, estado civil, área dos cursos, procedência.

**Objetivo:** Observar as possíveis diferenças por sexo na utilização de cursos para integrar-se ao mercado de trabalho, os tipos de cursos oferecidos e em quais deles é maior a participação de mulheres.

**Importância:** Ver se as mulheres participam, e em que grau, nos planos de garantia assistência? social e outras medidas de formação para se incorporar ou reincorporar ao mundo do trabalho. É importante ver as diferenças segundo os diversos períodos do ciclo vital, já que é possível que, em idades intermediárias, as mulheres tenham problemas de tempo para assistir a cursos de capacitação. Também seria significativo saber a origem, por atividade, da situação das mulheres dos coletivos migrantes.

**Fontes de informação:** Departamento de Trabalho.

#### Indicador 7: Pessoas beneficiárias de bolsas de apoio à formação e à pesquisa

---

**Definição:** Número absoluto e porcentagem por sexo do total de pessoas beneficiárias de bolsas de apoio à formação e à pesquisa, privadas ou públicas.

**Variável:** Área do conhecimento.

**Objetivo:** Observar as possíveis diferenças entre mulheres e homens para o acesso a recursos destinados à pesquisa e ter informação agregada sobre as áreas de conhecimento escolhidas por umas e outros.

**Importância:** Esse indicador dá-nos informação sobre o acesso a recursos econômicos que não são propriamente os do trabalho assalariado, como são as bolsas de auxílio para a formação e a pesquisa, e pode ser interessante ver, a partir daí, a situação das mulheres como geradoras de ciência e saber.

**Fontes de informação:** Departamento de Universidades, Investigação e Sociedade da Informação.

#### Indicador 8: Pessoal docente nos três níveis educativos

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e homens no pessoal docente em escola primária, secundária, de formação profissional e na universidade, por áreas.

**Variável:** Titularidade do centro (se a escola é pública, privada ou concertada)

**Objetivo:** Observar se a presença feminina e a presença masculina nos diferentes níveis educativos distribuem-se proporcionalmente, e também qual é a distribuição por sexo nas diferentes áreas de conhecimento.

**Importância:** A transmissão do saber e a educação por linha feminina no espaço familiar e no espaço público parecem inegáveis, mas temos que mostrar como se estabelece a diferença da presença feminina nos diversos níveis educativos. É especialmente importante ver como se distribui por sexo o pessoal docente nas diversas áreas do saber: no bloco humanístico e social, no científico-tecnológico e na área de saúde. O modelo é muito importante, sobretudo no ensino secundário que é etapa de formação e orientação acadêmica e profissional da pré-adolescência e da adolescência.

**Fontes de informação:** Departamento de Educação. Departamento de Universidades, Investigação e Sociedade da Informação.

#### Indicador 9: Direções e cargos de responsabilidade de centros docentes dos três níveis educativos

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e homens nas direções e cargos de responsabilidade de escolas dos três níveis educativos.

**Variável:** Titularidade do centro (se a escola é pública, privada ou concertada)

**Objetivo:** Ver como se estabelece a diferença da presença feminina nos cargos que tomam decisões no âmbito educativo.

**Importância:** Interessa ver como se hierarquiza a presença das mulheres na transmissão do saber e como as mulheres ocupam postos de decisão, apesar de ser a educação um campo fortemente feminizado. Sabe-se que há grande diferença de importância entre a direção de escolas de ensino primário e a de escolas de ensino secundário e, mais ainda, nas universidades, quando se trata de diretorias de faculdades e de reitorias. Nesse caso, convém dar atenção a todo o leque para ver os “matizes”.

**Fontes de informação:** Departamento de Educação. Departamento de Universidades, Investigação e Sociedade da Informação.

#### Indicador 10: Expectativa de pais e mães em relação ao nível máximo de estudos de seus filhos e filhas

---

**Definição:** Porcentagem de mães e de pais que manifestam suas expectativas quanto ao nível máximo de escolaridade (expressar por níveis educativos) que esperam de suas filhas e de seus filhos.

**Variável:** Nível social, tipologia do domicílio, procedência.

**Objetivo:** As diferenças no acesso à educação e ao conhecimento têm que ver com os diferentes papéis e funções que a sociedade patriarcal atribui a mulheres e

homens. As expectativas sociais fazem parte do famoso currículo oculto na hora de transmitir o conhecimento e de ter acesso a ele.

**Importância:** As expectativas da família (apesar das mudanças do modelo familiar, elas ainda se concretizam nas expectativas da mãe e do pai) são primordiais na hora de levar a descendência à escola, de decidir o tipo de escola, de fazer o acompanhamento. Nesse sentido, as informações subjetivas e qualitativas são essenciais e têm que ser levadas em conta quando se trata de intervir em aspectos da vida social que provocam fortes mudanças de mentalidade.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População, IDESCAT.

### Indicador 11: Currículo e materiais não estereotipados nos diferentes níveis de educação

---

**Definição:** Porcentagem de professoras e porcentagem de professores que declaram fazer referência aos saberes das mulheres, que não desenvolvem conteúdos estereotipados ou que dão visibilidade ao feminino na linguagem.

**Variável:** Níveis educativos (primeiro e segundo níveis).

**Objetivo:** Conhecer a porcentagem de professorado que realmente pratica o que se entende por “coeducação”.

**Variáveis:** Titularidade do centro (se a escola é pública, privada ou concertada) nível do centro.

**Importância:** A educação obrigatória para toda a população não consegue eliminar a discriminação das mulheres no acesso ao conhecimento e suas consequências na hora de entrar no mundo de trabalho e de participar ativamente na vida pública e assim por diante. Sendo assim, é preciso avaliar o que se está fazendo, o que se fez e o que falta fazer com relação à coeducação, que se apresenta como alternativa possível para trabalhar contra as discriminações de acesso à educação e ao conhecimento de que são objeto as mulheres.

**Fontes de informação:** Não existe, atualmente, esse tipo de informação. Seria necessário realizar pesquisas e entrevistas com o professorado, o alunado, direções das escolas, associações de mães e pais (AMPAs) e com as famílias.

### Indicador 12: Conteúdos de saúde sexual e reprodutiva nos programas de estudo

---

**Definição:** Porcentagem de escolas que dedicam um tempo específico para trabalhar a saúde sexual e reprodutiva e a formação afetivo-sexual do alunado.

**Variável:** Níveis educativos (primeiro e segundo níveis).

**Objetivo:** Conhecer a porcentagem de professorado que realmente pratica o que se entende por “coeducação”.

**Variáveis:** Titularidade do centro (se a escola é pública, privada ou concertada), nível do centro.

**Importância:** Semelhante à do indicador anterior.

**Fontes de informação:** Não existe, atualmente, esse tipo de informação. Seria preciso realizar pesquisas e entrevistas com o professorado, o alunado, as direções das escolas, as associações de mães e pais (AMPAS) e com as famílias.

### Indicador 13: **Prevenção da violência sexista: autoestima, gestão de conflito**

---

**Definição:** Porcentagem dos centros que dedicam um tempo específico para trabalhar a autoestima de meninas e meninos, as relações e as gestões de conflito.

**Variável:** Níveis educativos (primeiro e segundo níveis).

**Objetivo:** Conhecer a porcentagem de centros que estabelecem algum tipo de ação ou atividade para prevenir a violência sexista, outra dimensão da coeducação.

**Variáveis:** Titularidade do centro (se a escola é pública, privada ou concertada), nível do centro.

**Importância:** Semelhante à do indicador anterior.

**Fontes de informação:** Não existe, atualmente, este tipo de informação. Seria preciso realizar pesquisas e entrevistas com o professorado, o alunado, as direções das escolas, as associações de mães e pais (AMPAs) e com as famílias.

## 3. ACESSO A UM ESPAÇO DOMÉSTICO ADEQUADO E SEGURO

A moradia é direito reconhecido na Constituição e também na Carta Europeia de Salvaguarda dos Direitos Humanos na Cidade, que diz que todos os cidadãos e cidadãs têm direito a uma moradia digna, segura e saudável.

A moradia é também o ambiente privilegiado em que se realizam os cuidados. Mas não é o único espaço para isso, já que para as tarefas de cuidar de si mesmo e dos outros é preciso deslocar-se para outros espaços, lugares de tratamentos de saúde e de convivência, espaços públicos e espaços de equipamentos sociais.

Romper com os modelos que separam o público do privado não significa renunciar a espaços de privacidade. Ao contrário, o que se quer é estabelecer uma continuidade entre os espaços domésticos e esses outros espaços em que se realizam as tarefas de cuidados. Nessa linha, é preciso associar a análise dos dados sobre moradia à análise de outros dados sobre a oferta e a acessibilidade dos serviços e dos equipamentos, a mobilidade, a qualidade dos bairros, a segurança, a sustentabilidade em termos ambientais, sociais e afetivos. Ao fazer essa análise, torna-se evidente que

nem a cidade nem a moradia têm sido planejadas pensando-se nos cuidados necessários para a manutenção da vida e nas necessidades das pessoas que os realizam.

As carências de equipamentos, a falta de acessibilidade a eles, a escassez de serviços sociais, os bairros e edifícios sem identidade própria – com condições de vida marcadas por ruído, contaminação, degradação ou pela inexistência de zonas verdes concebidas como espaços de encontro –, as brigas e conflitos na rua..., todos esses são fatores que afetam o conjunto da população, mas que, de forma muito concreta, dificultam aquelas tarefas quase sempre invisíveis, mas extremamente necessárias, cujo peso recai ainda, principalmente, sobre as mulheres: levar a passear, brincar com meninos e meninas, acompanhar pessoas aos serviços de saúde, fazer compras, levar as crianças à escola, resolver questões administrativas em repartições públicas.

A cidade também não costuma ser pensada para os meninos e meninas, e isso acaba por aumentar o tempo que mulheres e crianças ficam em casa (Tonucci, 2004). Em um contexto em que o espaço público é visto como algo perigoso, a opção é procurar refúgio no espaço seguro da casa. Esse espaço torna-se uma espécie de oásis, que se autoabastece de estímulos diversos. Já não é preciso sair para ver um filme, ouvir música, se divertir ou até mesmo para se comunicar com dezenas de pessoas, acessadas agora pelo computador. Esses fatores, somados à exacerbação do individualismo, levaram ao abandono de diversos espaços públicos, que eram espaços tradicionais de relações sociais, para privilegiar a casa como espaço seguro e supostamente protegido. Supostamente, porque a casa também é palco de maus tratos, que afetam especialmente as mulheres e, nesse caso, o espaço doméstico transforma-se num inferno para muitas delas.

A fuga dos centros urbanos devida ao aumento dos preços e ao ideal de baixa densidade de moradia – os clássicos condomínios de casas muito grandes ou de casas geminadas – significou uma piora nas condições de vida das mulheres que trabalham em casa sem remuneração (e talvez também para aquelas que o fazem de forma remunerada!), já que levou a mais isolamento, dificuldades de contato e de mobilidade, caso não tenham veículo próprio, e mais insegurança e invisibilidade no caso de mulheres que são vítimas de violência nas relações de casal.

Essas novas formas de vida que levam à reclusão no espaço doméstico, seja em bairros periféricos, criados como guetos para os pobres, ou em bairros e condomínios criados como guetos para famílias ricas, ou em situações intermediárias, representam perda de relações sociais e comunitárias que a afetará as mulheres negativamente em termos de coesão, de solidariedade. Por fim, essas novas formas de vida trarão também graves consequências sobre a saúde das pessoas e sua capacidade de desenvolvimento pessoal.

A moradia pode ainda ser analisada de duas maneiras: pelo ângulo do direito à moradia e o grau em que esse direito se dá e pelo ângulo da moradia como espaço propriamente dito, sua rigidez ou flexibilidade e a hierarquia em seu uso. A moradia

e o núcleo de convivência contido nela, de qualquer modalidade que seja, é também uma unidade de consumo, com rendimentos e despesas, que podem ser analisados para verificar quais desigualdade aparecem a partir desses dados.

Ao definir os indicadores, propusemo-nos adotar uma visão completa e integradora, que procure superar as barreiras que separam o público do privado e que coloque as desigualdades entre homens e mulheres quanto à moradia em um contexto econômico e social que facilite a análise. Algumas vezes, contudo, temos nos deparado com a falta de pesquisas que valorizem alguns elementos que consideramos relevantes.

Em relação à moradia, entendida como espaço, faltam projetos que apresentem propostas não androcêntricas e centradas nos cuidados. Entre as propostas encontradas, parece-nos importante a que foi formulada por Bofill, Dumenjó e Segura (citada em Borja, 2003). Essa proposta baseia-se em consulta feita a mulheres, através de seminários e oficinas, como parte do programa “As mulheres e a cidade”. Entre as propostas coletadas destacam-se a de dar flexibilidade e multifuncionalidade especialmente à cozinha (sem portas ou com sistemas móveis que permitam ligá-la a outros ambientes segundo as necessidades) ou a de converter as calçadas em zonas comunitárias.

A casa tem se tornado, cada vez mais, espaço de cuidados complexos: as pessoas vivem mais, mas muitas vezes com deficiências, e há uma tendência a transferir, dos hospitais para o domicílio, cuidados complicados e de longa duração ou crônicos, com a finalidade de diminuir custos. Nessa situação, seria preciso planejar a moradia com base em normas de acessibilidade e ergonomia, e normas de flexibilidade que facilitassem diferentes usos dos espaços, de acordo com as necessidades através das diversas etapas da vida, e adaptações, caso as pessoas moradoras venham a apresentar algum tipo de incapacidade.<sup>7</sup>

Das mesmas autoras citadas, destacamos também outras propostas que, embora não sejam para a moradia, levam em conta a ideia já mencionada de que as tarefas domésticas e de cuidados também são realizadas em espaços externos à moradia. São propostas de projetar espaços no interior dos quarteirões urbanos, criar espaços intermediários e usar as áreas entre os edifícios como espaços de encontro, promover aproximação entre a moradia e os serviços e os equipamentos sociais, criar serviços coletivos para grupos de moradias (cozinhas, refeitórios, salas de jogos, lavanderias etc.). Achamos que é importante incorporar essas propostas em uma visão do espaço doméstico e de cuidados que não esteja restrito exclusivamente à moradia.

A proposta de serviços coletivos para grupos de moradias junta-se à necessidade de incorporar normas de sustentabilidade do meio ambiente no projeto da moradia. Quando se concorda que as moradias deveriam ter características eficazes na proteção do meio ambiente e se promove a obrigatoriedade de pôr placas solares, causa surpresa

7. O atual Anteprojeto de Lei de Moradia da *Generalitat* de Cataluña já exige este requisito para as novas moradas que se construam.

que, ao mesmo tempo, em um país de clima mediterrâneo, se elimine os varais e se opte por secadoras, até mesmo nas “moradias de proteção oficial”\*, isto é, aquelas cuja construção é mais diretamente supervisionada pela administração pública. Os regulamentos de urbanização de algumas prefeituras incentivam que se retirem das fachadas as tradicionais persianas, que são um meio ecológico para proteger do calor e da luz direta do Sol e que podem poupar os sistemas de refrigeração.

Por fim, sempre no campo das recomendações, dado que as experiências de construção de moradia social são tão dispersas e reduzidas na Espanha, consideramos que seria aconselhável produzir um catálogo. Tal catálogo coletaria as iniciativas que, em sua elaboração e execução, tivessem incluído de forma explícita um eixo não androcêntrico. Também seria bom começar o debate em torno de um possível plano de emergência que abordasse as situações de necessidade extrema de moradia vividas pelos segmentos mais desfavorecidos, em boa parte dos quais predominam as mulheres.

## *Indicadores*

### Indicador 1: Regime de propriedade da moradia principal

---

**Definição:** Regime de propriedade ou titularidade da moradia própria ou de aluguel segundo a pessoa de referência<sup>8</sup> seja homem ou mulher.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, estado civil, nível social e tipologia do domicílio.

**Objetivo:** Evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres quanto à propriedade da moradia. As divisões por grupos de idade, grupos sociais e origem nos permitirão saber se essas desigualdades se cruzam com outras. As divisões por nível de formação e tipo de ocupação darão informação sobre maiores ou menores oportunidades de acesso à propriedade de acordo com esses dados.

**Importância:** Nos últimos anos a propriedade da moradia converteu-se em um objetivo prioritário para as pessoas e as famílias. Vários fatores fizeram com que a maioria das pessoas optasse por endividar-se a prazos cada vez mais longos para conseguir sua casa própria: a falta de políticas públicas de moradia de aluguel, a incerteza que fez com que a compra da moradia seja vista como um “valor seguro”, a introdução de medidas que limitam o aluguel e os direitos da inquilina ou inquilino, a baixa disponibilidade de moradias de aluguel, o alto custo dos aluguéis. Apesar de tudo isso, a aquisição da casa própria também expressa poder aquisitivo e sobrevivência de valores androcêntricos. Segundo

\* Nota do editor. Na Espanha, as moradias de proteção oficial são moradias de baixo custo e quase sempre parcialmente subvencionadas pelo governo.

8. Por pessoa de referência entenda-se, segundo a nomenclatura do INE – Instituto Nacional de Estadística, a pessoa responsável pelo domicílio, ou seja, que tem a titularidade. Quando essa é compartilhada por duas pessoas, opta-se pela mais velha.

o Estudo de Moradia na Catalunha 2002, 82,7% dos domicílios têm como cabeça um homem e 17,3%, uma mulher. Neste segundo caso predominam as porcentagens de domicílios que se situam em um estrato econômico baixo e médio/baixo. Ao contrário, os domicílios em que a pessoa de referência da família é um homem situam-se no estrato médio/alto e alto.

**Fontes de informação:** Censo de População e Moradias, IDESCAT. Painel de Desigualdades Sociais em Catalunha, Fundação Jaume Bofill.

### Indicador 2: Área do domicílio por pessoa segundo a pessoa de referência seja mulher ou homem

---

**Definição:** Relação entre metros quadrados de espaço habitável e número de habitantes em função de que a pessoa de referência seja mulher ou homem.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, estado civil, tipologia dos domicílios e faixas de referência (menos de 30 m<sup>2</sup>, de 30 a 59 m<sup>2</sup>, de 60 a 89 m<sup>2</sup>, de 90 a 119 m<sup>2</sup>, de 120 a 149 m<sup>2</sup>, de 150 a 179 m<sup>2</sup>, de 180 m<sup>2</sup> ou mais).

**Objetivo:** Mostrar desigualdades de gênero no acesso a uma moradia de qualidade. Também permitirá cruzar essas desigualdades com outras em razão da origem, idade e renda.

**Importância:** Permitirá saber em que segmentos da população as mulheres se encontram em situações de infra-habitação ou aglomeração e, portanto, orientar as políticas de moradia. À medida que são as mulheres as que desenvolvem tarefas de cuidados de forma quase exclusiva, são elas que fazem uso mais intensivo da moradia. A estimativa realizada a partir do Estudo de Moradia na Catalunha 2002 é de que 50,1% dos domicílios dispõem de um máximo de 36 m<sup>2</sup> disponíveis por pessoa, enquanto 0,7% dispõem de menos de 12 m<sup>2</sup>. Neste último caso, a cifra aponta para 16.500 domicílios em que existiria situação de aglomeração. Ainda assim, este estudo teria que ser corrigido a partir da incorporação à população das pessoas que não aparecem nos estudos por não terem documentos, especialmente nos núcleos urbanos.

**Fontes de informação:** Anuário Estatístico de Catalunha, IDESCAT. Painel de Desigualdades Sociais em Catalunha, Fundação Jaume Bofill.

### Indicador 3: Rendimentos brutos do domicílio dedicados à compra ou ao aluguel da moradia

---

**Definição:** Porcentagem dos rendimentos brutos do domicílio dedicada à compra ou ao aluguel da moradia em função de que a pessoa de referência seja homem ou mulher.

**Variáveis:** Faixas etárias significativas, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Evidenciar as possíveis diferenças no esforço econômico representado pelo acesso à moradia em homens e mulheres.

**Importância:** A relação entre este indicador e os indicadores de rendimentos monetários nos permitiria observar o nível de disponibilidade de renda que resta a homens e mulheres, depois de eliminadas as despesas dedicadas à moradia. O custo cada vez maior da moradia em relação aos rendimentos familiares está diminuindo a capacidade de consumo de outros tipos de bens ou aumentando as horas de trabalho dos membros do domicílio. De outro lado, em um momento em que as políticas sociais de moradia são muito poucas em comparação com as dos outros países europeus, o indicador permitiria ressaltar o fenômeno das pessoas que, mesmo estando integradas no mercado de trabalho, estão abaixo do limite da pobreza e verificar se nesse segmento há, como já apontam as pesquisas, maior presença de mulheres.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Condições de Vida 2004, INE – Instituto Nacional de Estadística.

#### Indicador 4: **Localização dos domicílios monoparentais**

---

**Definição:** Porcentagem de lares em bairros considerados de baixa ou de alta qualidade em relação com o fato de que a pessoa de referência seja homem ou mulher.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, estado civil, nível social e número de menores de 18 anos por moradia.

**Objetivo:** Mostrar desigualdades entre homens e mulheres no acesso a uma moradia em bairros de maior ou menor qualidade.

**Importância:** Sabendo-se que os domicílios monoparentais chefiados por mulheres são mais numerosos que os chefiados por homens, é importante ver se há acesso desigual das mulheres de determinados segmentos (baixa renda, migrantes, entre outras.) a bairros de melhor qualidade. A qualidade dos bairros pode ser medida também a partir de uma combinação dos índices de capacidade econômica e de desigualdade.

**Fontes de informação:** Censo de População e Moradias 2001, IDESCAT. Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População, IDESCAT.

#### Indicador 5: **Instalações e serviços no domicílio**

---

**Definição:** Número de domicílios individuais e monoparentais que dispõem de água quente, banheira ou chuveiro, gás, telefone, elevador (onde é

preciso), tendo em conta se a pessoa de referência é mulher ou homem.  
**Variáveis:** Procedência, faixas de idade, nível social e número de menores de 18 anos por moradia.

**Objetivo:** Mostrar desigualdades entre homens e mulheres no acesso à moradia de qualidade.

**Importância:** As instalações e serviços descritos podem ser considerados como indicativos de um nível mínimo de qualidade de domicílio. Poderão informar se homens e mulheres, em domicílios individuais ou em famílias monoparentais, têm acesso a situações de moradia de igual qualidade.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População, IDESCAT.

#### Indicador 6: Percepção de problemas no domicílio

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas que declaram problemas no domicílio quanto a luz natural insuficiente, ruídos produzidos por vizinhas, vizinhos ou vindos da rua, poluição ou outros problemas ambientais, delinquência ou vandalismo.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e nível social.

**Objetivo:** Mostrar desigualdades entre mulheres e homens no acesso à moradia em bairro de qualidade.

**Importância:** A percepção de insegurança e de perturbação do bem-estar dá uma dimensão da qualidade da moradia e da qualidade do entorno. Os números atuais na percepção de problemas são ligeiramente superiores para mulheres de praticamente todas as idades. Esse dado indica que seria preciso dispor de uma medida periódica para verificar a evolução de melhora da qualidade de vida das mulheres.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Condições de Vida 2004, INE. Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População, IDESCAT.

#### Indicador 7: Titularidade da moradia de proteção oficial

---

**Definição:** Relação de porcentagem de mulheres que conseguem moradia de proteção oficial em comparação com a porcentagem de homens. Seria interessante relacionar a porcentagem de pedidos feitos por mulheres com o número de moradias efetivamente concedidas.

**Variáveis:** Idade, tipologia de lar e nível social.

**Objetivo:** Mostrar possíveis desigualdades entre mulheres e homens no acesso à moradia de proteção oficial. Apontar que tipologias de família se encontram na faixa que tem prioridade para obter a moradia protegida.

**Importância:** Sabe-se que esse indicador tem importância relativa, porque atualmente a faixa de pessoas que conseguem moradia de proteção restringe-se a pessoas de renda média/baixa, mas não excessivamente baixa. Mesmo assim, o indicador poderia apontar para quais segmentos estão dirigidas as políticas sociais de moradia.

**Fontes de informação:** Departamento de Meio Ambiente e Moradia. Até esta data, não dispõem da relação e não a terão até que seja ativada a lista única para o acesso à moradia social.

### Indicador 8: Auxílio para aluguel de moradia

---

**Definição:** Relação de mulheres que solicitam ajuda para pagar o aluguel da moradia em relação com o número de homens que fazem essa mesma demanda.

**Variáveis:** Idade, tipologia de domicílio e nível de renda.

**Objetivo:** Mostrar desigualdades entre mulheres e homens nos segmentos em situação econômica e social mais precária.

**Importância:** Embora o programa de ajuda para o aluguel seja recente, o indicador seria bom para se conhecer melhor as necessidades de aluguel social e seria interessante expressar em que medida as mulheres deveriam ser objeto de políticas específicas desse programa, em especial aquelas que estão em condições mais vulneráveis, por idade ou outros fatores.

**Fontes de informação:** Direção-geral de Moradia da *Generalitat* de Catalunha.

### Indicador 9: Espaços próprios no domicílio

---

**Definição:** Relação entre mulheres e homens de 18 anos e mais que declaram dispor de espaço próprio no domicílio.

**Variáveis:** Idade, estado civil, tipologia de lar e nível de renda.

**Objetivo:** Evidenciar se existe hierarquia no uso dos espaços no domicílio e se há falta de espaço pessoal para algumas ou alguns dos moradores.

**Importância:** Nos modelos atuais de moradia, existem espaços próprios para alguns membros da família e outros espaços destinados aos serviços comuns do lar. Em linhas gerais, a divisão dos espaços reproduz a divisão sexual do trabalho e tal organização expressa relações de poder.

A disposição atual das moradias favorece a existência de espaços segregados e isolados do espaço restante como, por exemplo, a cozinha. A responsabilidade das mulheres de darem “atenção às necessidades das outras pessoas” parece que as impede de dispor de um espaço próprio. É o que se conhece como falta de espaço pessoal das mulheres. De fato, as mulheres têm espaço doméstico, mas não espaço pessoal.

O Estudo de Moradia na Catalunha 2002 mostra que 41,2% dos domicílios dispõem de estúdio/escritório/biblioteca, mas não explicita quem tem preferência no uso desse espaço.

**Fontes de informação:** Não existe informação. Poderia ser incluída uma pergunta adequada na Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População, IDESCAT.

#### Indicador 10: Responsabilidade por tarefas de reciclagem no domicílio

---

**Definição:** Relação entre o número de homens e o número de mulheres que se responsabilizam por organizar e separar o lixo doméstico para facilitar a coleta comum e a coleta seletiva.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, tipologia do domicílio.

**Objetivo:** Mostrar o grau de responsabilidade de homens e mulheres com o meio ambiente e o aumento de trabalho que essas tarefas podem representar para as mulheres, quando elas assumem sozinhas esse encargo.

**Importância:** O esclarecimento do tempo de dedicação e da sensibilidade quanto ao meio ambiente pode ajudar a mostrar melhor os trabalhos das mulheres no domicílio, sua crescente complexidade e diversificação. Conhecer o perfil das pessoas que se encarregam da maior parte da separação de resíduos nos domicílios pode ajudar a orientar as políticas de coleta seletiva e aperfeiçoar as campanhas de sensibilização.

**Fontes de informação:** Não existe a informação. Pode ser sugerida sua incorporação à Agenda 21.

#### 4. ACESSO A UM TRABALHO REMUNERADO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS

Falar de trabalho remunerado exige, antes de mais nada, examinar o próprio conceito de trabalho, que nem por ser muito antigo está livre de controvérsia. Tradicionalmente, na economia e em outras disciplinas sociais, o *trabalho* foi considerado igual à *ocupação*. Ora, uma visão mais ampla das condições de vida da população inevitavelmente leva à constatação de que, para satisfazer as necessidades humanas, pessoais e sociais, são necessários diversos tipos de trabalho. E, desses trabalhos, seguramente o mais importante não é o do mercado de trabalho, mas, sim, o chamado *trabalho de cuidados* que, como se define na capacidade de “acesso ao cuidado”, tem que ver com o cuidado direto de meninas, meninos, pessoas idosas, pessoas doentes, e também com tarefas de alimentação, higiene, relações e afetos dedicados a todas as pessoas.

No entanto, a análise do mercado de trabalho, historicamente, concentrou-se na ocupação e ignorou a existência de outros trabalhos ligados à ocupação, isto

é, ignorou a relação dinâmica que há entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução social da população e, particularmente, de reprodução da força de trabalho. Este segundo processo não se refere somente à situação do trabalhador ou trabalhadora na idade ativa (enquanto tem um trabalho), mas a seu ciclo vital completo e à reprodução das futuras gerações. Trata-se, nesse caso, de um processo humano e não técnico e é nesse sentido que a reprodução das pessoas não pode ser separada nem isolada do contexto social em que ocorre (Picchio, 2001).

Os mecanismos de funcionamento e as interdependências entre os diferentes processos de trabalho e, em particular, a estruturação do mercado de trabalho e a organização familiar, determinam uma distribuição desigual de tempo e trabalhos entre mulheres e homens e, por isso, uma situação social desigual. Mais exatamente, as relações entre mercado de trabalho, trabalho familiar doméstico e bem-estar influenciam as formas e a qualidade de vida de acordo com o sexo.

Ao analisar somente “uma parte do trabalho”, não se tem informação sobre o que acontece com o “tempo de trabalho total” e, é claro, com o bem-estar das pessoas. A qualidade de vida não depende somente da quantidade de bens e serviços de que se pode dispor, mas também, entre outras coisas, de quantos tipos de trabalho se tem que fazer para consegui-los (Carrasco *et al.*, 2004, Mayordomo, 2004).

Além disso, as relações de trabalho também se basearam, tradicionalmente, em formas de organização que levam em conta somente os processos de produção mercantil. Centraram-se nas condições de trabalho-ocupação e não nas condições de vida. Foi colocada como única contradição a que se dá entre o salário e o lucro e é por isso que não fica explícito aquilo que constitui o núcleo do trabalho assalariado, isto é, o conflito entre os lucros empresariais e o nível de vida de toda a população.

A limitada definição que iguala trabalho a ocupação não só acarretou problemas conceituais, mas também teve consequências importantes na elaboração e implementação de políticas públicas. Levar em conta somente os efeitos no lado visível da economia (o mercantil) e esquecer ou ocultar os efeitos que esse lado pode ter na economia dos cuidados não mercantis (invisível), significa correr um duplo risco, tanto de injustiça como de ineficiência.

Em consequência, analisar o “acesso a um trabalho remunerado” significa levar em conta vários aspectos do assunto. O mais importante é a perspectiva de análise: trata-se de estudar a participação no trabalho mercantil, sem perder de vista que as pessoas podem ser responsáveis por outras atividades, basicamente pelas tarefas de cuidados. O trabalho (mercantil e não mercantil), sua realização, as jornadas, as responsabilidades e a dedicação são aspectos fundamentais que explicam as diferentes condições de vida de mulheres e homens em nossa sociedade.

A estatística oficial do trabalho esquece sistematicamente do trabalho de cuidados e isso impede que se capte o universo de atividades que as pessoas realizam e que se observe que o tempo de trabalho (individual e social) se reparte necessariamente

entre a ocupação e o trabalho de cuidados; uma partilha de tempo e trabalho que, historicamente, se estruturou segundo o gênero e que contribuiu, em parte, para delinear as estratégias e oportunidades de participação de mulheres e homens tanto no mercado de trabalho como no âmbito familiar doméstico. Por isso é tão importante construir indicadores que levem em consideração os diferentes trabalhos. Em relação às estatísticas oficiais há ainda um outro problema: as categorias habitualmente utilizadas de *atividade*, *inatividade*, *ocupação* e *desemprego*, aparentemente neutras, na realidade apresentam um perfil androcêntrico marcante, porque foram definidas para uma atividade tradicionalmente masculina (Carrasco e Mayordomo, 2000).

Ora, através de indicadores quantitativos dificilmente se poderá captar um dos aspectos chave da realização simultânea dos dois trabalhos: a tensão profunda entre o objetivo do lucro – próprio do mercado de trabalho – e o dos cuidados da vida – próprio do trabalho não remunerado realizado nos lares. Tensão que se traduz e se concretiza no campo individual, na experiência vivida das pessoas que assumem a responsabilidade do lar – as mulheres; tensão que tem consequências para elas tanto na maneira como participam no mercado de trabalho em determinados períodos do ciclo vital como em aspectos de sua saúde física e emocional. O desgaste de energias físicas e psíquicas gerados pela *dupla jornada* manifesta-se atualmente em vários tipos de problemas de saúde na população feminina. Esse é um aspecto básico em que os indicadores de saúde se relacionam com os do trabalho.

Outra dimensão do trabalho remunerado vem de sua própria definição: permite obter rendimentos monetários, absolutamente necessários em nossa sociedade capitalista para ter acesso a uma série de recursos vitais. Precisamente pela importância da disponibilidade de dinheiro, neste estudo esse aspecto foi tratado em separado (na capacidade “Acesso à obtenção de rendimentos monetários”). Isso não quer dizer que as duas capacidades são analisadas de forma independente, mas que, ao contrário, os indicadores dessas duas capacidades estão totalmente interligados.

De fato, é possível que para uma parte da população (o tempo todo ou durante períodos específicos do ciclo vital) o trabalho remunerado se apresente como uma obrigação, pela necessidade monetária. Contudo, ter acesso a um trabalho remunerado adequado também pode incluir aspectos que vão além do rendimento em dinheiro: socialização, participação, realização de uma atividade criativa etc. Isso dependerá, principalmente, das características da ocupação, aspecto em que talvez o nível educativo tenha influência considerável. É por isso que é preciso ter indicadores que reflitam as condições de ocupação e de trabalho: estabilidade, tipo de jornada, de contrato, etc.

Finalmente, outro aspecto importante do trabalho remunerado é o tempo de trabalho. Em nossa sociedade, a jornada de trabalho determina o restante dos horários. A população não tem condições de ajustar a satisfação de suas necessidades ao tempo de trabalho. Ocorre exatamente o oposto: os horários e as jornadas das várias

atividades básicas da vida e das relações têm que se adaptar às exigências dos horários do trabalho remunerado. Além disso, para o tempo de mercado de trabalho não existe um tempo de trabalho ótimo. O tempo ótimo, que seria o tempo desejado de dedicação ao trabalho, pode ser visto como um assunto de decisões e preferências individuais – completamente restringidas pelas necessidades de rendimentos monetários, e afetadas por certas variáveis que influem de maneira diferente nas decisões de mulheres e homens. É provável que as decisões das mulheres sobre o tempo desejado de dedicação ao trabalho remunerado sejam mais influenciadas pelo momento do ciclo vital, a necessidade de cuidar de pessoas dependentes ou as possibilidades de contar com rendimentos que não sejam seu próprio salário. Já as decisões masculinas sobre o tempo ótimo de trabalho remunerado estarão mais condicionadas por seu papel de trabalhadores assalariados, nível de rendimentos ou possibilidades de promoção, sem que tais decisões sejam afetadas sensivelmente pela necessidade de realizar cuidados familiares (Carrasco *et al.*, 2003, Carrasco *et al.*, 2005). É por isso que a leitura de indicadores de tempo de trabalho teria que incluir alguns tipos de informação qualitativa que ajudassem a interpretar os valores quantitativos.

Os indicadores que se definem a seguir tentam incluir os diversos aspectos do trabalho remunerado. Os três primeiros referem-se a aspectos de tempo e de ocupação, tendo em conta o trabalho remunerado e o trabalho de cuidados. Os três indicadores seguintes (5, 6 e 7) referem-se à ocupação no mercado de trabalho e à maneira de integrar-se nesse trabalho. A seguir, definem-se indicadores de precariedade e de desemprego (8 a 12) e, finalmente, há dois indicadores de segregação horizontal (12 e 13).

## ***Indicadores***

### **Indicador 1: Relação de tempo total de trabalho**

---

**Definição:** Relação entre o tempo total de trabalho de cuidados realizado por toda a população (média social do trabalho de cuidados, multiplicada pela população considerada) e o tempo total de mercado de trabalho realizado por toda a população (média social do mercado de trabalho multiplicada pela população de 16 a 65 anos).

**Objetivo:** Permite observar as necessidades sociais de trabalho independentemente de quem faça as diferentes atividades. Além disso, permite comparar o tempo total necessário do trabalho de cuidados em relação ao do mercado de trabalho.

**Importância:** Como já se comentou, o termo *trabalho* identificou-se com *ocupação* ou *trabalho remunerado*. Por isso, no campo social, político e acadêmico, o trabalho de cuidados manteve-se como atividade marginal, sem reconheci-

mento nem valorização social. A importância deste indicador está no fato de que – ao menos em termos quantitativos – rompe a imagem do trabalho de cuidados como atividade marginal e demonstra a enorme quantidade de tempo que o conjunto da sociedade requer para realizar atividades básicas da vida cotidiana.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

### Indicador 2: Relação de tempo médio de trabalho

---

**Definição:** Relação entre o tempo médio social de trabalho de cuidados e o tempo médio social de mercado de trabalho de mulheres e de homens.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil e tipologia do domicílio.

**Objetivo:** Permite observar as possíveis desigualdades entre mulheres e homens na dedicação de tempo aos dois tipos de trabalhos. As subdivisões permitem comparar mulheres entre si e homens entre si, de acordo com as variáveis consideradas. Dessa maneira podem ser observadas diferenças por ciclo vital entre pessoas do mesmo sexo.

**Importância:** Ao estabelecer uma relação entre o tempo que mulheres e homens dedicam a cada trabalho, a comparação entre os indicadores de ambos os sexos reflete o grau de implantação dos papéis sociais, isto é, o grau de especialização das mulheres em trabalhos de cuidados e o dos homens em trabalhos do mercado. As comparações, de acordo com as variáveis estabelecidas, permitem observar se, ao longo do ciclo vital, as diferenças entre mulheres e homens acentuam-se nos momentos críticos de cuidados, o que poderia sugerir que as diferenças básicas entre sexos se mantêm.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

### Indicador 3: Dupla jornada

---

**Definição:** Relação entre a porcentagem de homens e porcentagem de mulheres que fazem os dois trabalhos, ao menos em tempo parcial.

**Variáveis:** faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

Em relação ao que se considera *tempo parcial*, é preciso fazer um comentário. A expressão *ocupação em tempo integral* não é um conceito técnico, mas um conceito sócio-histórico, aceito por uma determinada sociedade e definido pelo número de horas trabalhadas pela maioria das pessoas. Tem relação, entre outras, com o desenvolvimento tecnológico e com os benefícios alcançados por trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, e usando um critério seme-

lhante, a ocupação em tempo parcial em trabalhos de cuidados pode ser considerada como “mais de 10 até 20 horas semanais” (Carrasco *et al.*, 2004).

**Objetivo:** Mostrar as desigualdades entre mulheres e homens nas situações mais críticas do ciclo vital: pessoas idosas ativas que fazem os dois trabalhos. Pedir que a ocupação seja ao menos em tempo parcial nos dois tipos de trabalho, exige que se assuma a responsabilidade pelo trabalho e elimina situações em que só se “colabora” nas tarefas de cuidados.

**Importância:** A realização dos dois trabalhos em tempo parcial é uma das situações conflitivas da organização do tempo de trabalho que, geralmente, causa fortes tensões nas pessoas que os realizam. Por isso, a interdependência dos dois trabalhos demonstra, como nenhum outro indicador, profundas desigualdades que podem ocorrer na organização da vida cotidiana nos domicílios. O indicador pode ainda mostrar se a dupla jornada continua sendo característica mais feminina que masculina e se a integração das mulheres no mercado de trabalho e a contribuição de ganhos similares para o lar eliminaram as desigualdades nos trabalhos.

**Fonte de informação:** Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

#### Indicador 4: Taxas de ocupação

---

**Definição:** Relação entre a população ocupada e a população de 16 a 64 anos.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Mostrar a ocupação feminina em relação à masculina. As subdivisões estabelecidas oferecem diversos tipos de informação. As variáveis de ciclo vital permitem comparar as variações que se produzem na ocupação feminina e masculina nos momentos de mais necessidade de trabalhos de cuidados no lar. A divisão pelo nível social mostra as possíveis diferenças entre mulheres e homens entre si. A variável “nível de estudos concluídos” relaciona a capacidade “acesso ao estudo” com a de “acesso ao trabalho”. Trata-se de ver se, efetivamente, um nível de escolaridade mais elevado facilita a ocupação no mercado. Finalmente, a divisão por tipo de população permite observar as desigualdades específicas das mulheres migrantes.

**Importância:** As taxas de ocupação são indicadores básicos, utilizados para analisar o mercado de trabalho. Não têm nenhuma relação, ao menos na definição, com o trabalho de cuidados. Refletem a integração das mulheres no mercado de trabalho em termos agregados. A importância reside no fato de estabelecer comparações entre as taxas globais e as segmentadas de acordo com as variáveis estabelecidas. As variáveis do ciclo vital mostram, além das possíveis variações

segundo o momento do ciclo, as mudanças geracionais que estão acontecendo entre as mulheres de diferentes gerações na Catalunha (e no Estado espanhol). A divisão por nível de estudos oferece informação sobre se o nível de estudos afeta da mesma maneira mulheres e homens em relação com sua situação na ocupação. A divisão segundo o tipo de população, além de refletir desigualdades específicas da população migrante feminina, tendo em conta os fluxos migratórios crescentes, é um indicador importante para analisar sua evolução no tempo.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT), Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

#### Indicador 5: Taxas de ocupação em situação específica de cuidados

---

**Definição:** Taxa de ocupação a tempo completo e com presença de crianças de até 10 anos (em relação com o total de domicílios em que há crianças de até 10 anos).

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Permite observar as desigualdades entre mulheres e homens na participação no mercado de trabalho, considerando dois aspectos relevantes inter-relacionados: um do domicílio – a presença de menores, e o outro da ocupação – o tipo de jornada. As subdivisões oferecem informação, nesse novo contexto, parecida à do indicador anterior.

**Importância:** Diferente do indicador anterior, que é o habitual nos estudos do mercado de trabalho, este indicador relaciona as características da jornada na ocupação com uma situação específica do ciclo vital. Em idades intermediárias, quando se têm filhos e filhas pequenos, normalmente é quando se apresentam as situações mais conflitantes na organização do tempo e surgem mais claramente as diferenças de dedicação aos dois tipos de trabalhos, por parte de mulheres e homens. São esses tipos de situações as que refletem melhor se realmente existem condições de “igualdade” no mercado de trabalho.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT), Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

#### Indicador 6: Tempo de trabalho remunerado

---

**Definição:** Relação entre o tempo médio por participante, dedicado a trabalho de mercado por parte das mulheres e o tempo médio por participante, dedicado a trabalho de mercado por parte dos homens.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Observar as possíveis desigualdades em tempo de dedicação ao mercado de trabalho entre mulheres e homens, já que uma coisa é a taxa de ocupação e outra, muito diferente, é o tempo que se dedica à atividade.

**Importância:** O tempo de trabalho remunerado permite detectar diferenças entre a participação de mulheres e homens, mas dificilmente se pode obter conclusões normativas. Já foi mencionado que não existe um tempo ótimo de trabalho de mercado. Habitualmente, o salário ou o processo de promoção no local de trabalho está vinculado ao número de horas trabalhadas e, por isso, as pessoas optam por trabalhar mais horas, sem que isso reflita um desejo ou uma preferência; a escolha pode estar refletindo uma simples necessidade. É importante ver as diferenças entre mulheres e homens para detectar como umas e outros ajustam o tempo de trabalho remunerado nos momentos críticos de necessidades de cuidados no lar.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT), Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

#### Indicador 7: Preferência de ocupação do tempo

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e homens que gostariam de dedicar mais tempo a determinadas atividades: trabalho remunerado, trabalho de cuidados, relações pessoais, lazer, atividades comunitárias etc.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Permite captar, de maneira indireta, a possível satisfação das pessoas com seu tempo de trabalho. A subdivisão pelas variáveis assinaladas oferece informação sobre as diferenças nos diversos momentos do ciclo vital.

**Importância:** Trata-se de um indicador subjetivo sobre o tempo de trabalho. Uma pergunta indireta, já que, normalmente, a uma pergunta direta, as pessoas costumam responder que sua organização do tempo está bem; porque de fato é o que estão fazendo, dadas suas condições sociais e pessoais. É por isso que perguntar o que querem pode oferecer mais informação.

**Fontes de informação:** Não existem. Poderia ser acrescentada uma pergunta na Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

#### Indicador 8: Ocupação em cargos de responsabilidade

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas (por sexo) que ocupam postos de responsa-

bilidade (cargos de direção) em relação com o total de pessoas ocupadas.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio.

**Objetivo:** O indicador informa sobre um recorte da ocupação no mercado de trabalho (os cargos de direção) em que as mulheres costumam estar pouco representadas, situação que significa uma forma de segregação vertical. A divisão pelas três variáveis assinaladas permite observar se a citada segregação tem relação com o ciclo vital das mulheres, isto é, com aquelas situações em que os trabalhos de cuidados mais “chamam por elas”.

**Importância:** O indicador permite observar as dificuldades que as mulheres ainda podem encontrar para atingir cargos de responsabilidade, situação que costuma se denominar *teto de cristal*: barreiras invisíveis que as impedem de chegar a postos de poder. Atualmente, as mulheres estudam mais que os homens e, anualmente, mais mulheres que homens titulam-se em estudos superiores. É por isso que seria interessante observar a evolução deste indicador para comprovar se o acesso a cargos de direção tem relação com o nível de estudos ou se é preciso buscar as razões em outro fator.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

## Indicador 9: Taxa de temporalidade

---

**Definição:** Relação entre a população ocupada com contrato temporário e o total da população assalariada.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Mostrar um tipo de precariedade crescente no mercado de trabalho: a ocupação com contrato temporário. Por ser uma modalidade de contrato que se foi implantando de forma crescente nas últimas décadas, será importante a subdivisão por faixas de idade.

**Importância:** O contrato temporário parece ser um tipo de precariedade juvenil e feminina; as mulheres mostram-se como um grupo particularmente vulnerável a esse tipo de contrato. O contrato temporário, por sua própria definição, cria grandes inseguranças, que dificultam o planejamento e a organização da vida, situação que se torna crítica em lares monoparentais, especialmente os chefiados por mulheres, já que elas são a maioria nesse tipo de domicílio. O contrato temporário pode ser justificado nos grupos de população cuja atividade principal não é o trabalho remunerado e que desejam trabalhar somente em períodos específicos, como é o caso de estudantes em período de férias.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

## Indicador 10: Taxa de parcialidade

---

**Definição:** Relação entre a população ocupada com contrato de tempo parcial e o total da população ocupada.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Os contratos em tempo parcial são outra forma de precariedade no mercado de trabalho, por mais que, de forma análoga ao indicador anterior, possam ser justificados em grupos de população cuja atividade principal não é o trabalho de mercado (estudantes).

**Importância:** Tradicionalmente, considerava-se que o contrato de tempo parcial era uma modalidade de contrato preferida pelas mulheres para poder “conciliar” trabalho remunerado e trabalho de cuidados. No entanto, estudos sobre o tema desmentiram essa afirmação. Assim, é possível que mulheres em idades intermediárias e com rendimentos domiciliares médios/altos possam querer reduzir, temporariamente, seu tempo de trabalho. É importante observar as diferenças entre mulheres e homens precisamente nessas etapas do ciclo vital em que aumenta o trabalho de cuidados. Por outro lado, sabe-se que embora a taxa de jornada de tempo parcial esteja crescendo na Catalunha e no Estado espanhol, ainda está muito abaixo das taxas da maioria dos países europeus. Isso também explica o interesse em observar a evolução deste indicador.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

## Indicador 11: Taxa de desemprego

---

**Definição:** Relação entre a população desempregada e a população ativa.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Mostrar o nível de desemprego feminino em relação com o masculino. As subdivisões apontadas são fundamentais para determinar os níveis de desemprego segundo as características da população.

**Importância:** De forma semelhante ao trabalho temporário, o desemprego é um fenômeno basicamente juvenil e feminino. É importante observar, particularmente, o desemprego feminino em mulheres de idades intermediárias, tanto nas que haviam estado anteriormente no mercado de trabalho como nas que buscam seu primeiro emprego. Esta última situação é especificamente feminina e abarca um setor da população com sérias dificuldades de incorporação ao trabalho remunerado.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

## Indicador 12: Taxa de desemprego oculto

---

**Definição:** O desemprego oculto faz referência a grupos de população que podem ser considerados desempregados, mas que, habitualmente, não são considerados como tais. Os mais significativos são as pessoas que não buscam trabalho por razões familiares, mas que, se as condições mudassem, poderiam modificar sua atitude. Estão nesse grupo as trabalhadoras e os trabalhadores que desistiram de procurar trabalho e as pessoas que trabalham em jornada parcial porque não encontraram emprego de jornada completa (pessoas desempregadas em tempo parcial). A taxa de desemprego oculto seria a relação entre essa população apontada e a população ativa.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, estado civil, tipologia do domicílio e nível social.

**Objetivo:** Tornar visível uma força de trabalho potencial que é principalmente feminina. Uma interpretação mais realista do desemprego pode ajudar a criar e executar políticas mais apropriadas para corrigir as desigualdades entre mulheres e homens.

**Importância:** Fazer aflorar o desemprego oculto responde a razões de equidade e eficiência além de responder a razões de justiça. A leitura oficial dos dados sobre desemprego não permite observar que o desemprego (visível) feminino se enfrenta num nível de concorrência não expressa (o desemprego oculto) que aumenta a insegurança no emprego e a expectativa de prolongamento do desemprego. O reconhecimento explícito do fenômeno levaria a tentar satisfazer as demandas femininas de ocupação que exigiriam de saída uma oferta adequada de serviços de cuidados para meninas, meninos, pessoas incapacitadas ou idosas e uma nova organização do tempo de trabalho.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

## Indicador 13: Taxa de ocupação em setores majoritários do “outro sexo”

---

**Definição:** Taxas de ocupação de um sexo em um setor tradicionalmente majoritário do outro sexo. Por exemplo, taxa de ocupação feminina na construção e taxa de ocupação masculina em educação primária e enfermagem.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade e nível social.

**Objetivo:** Trata-se de um indicador de segregação horizontal. Em vez de medir a concentração feminina e masculina nos diferentes setores, este indicador reflete o grau de integração de um sexo em um setor em que foi tradicionalmente minoritário. As subdivisões assinaladas permitem observar se as novas gerações expressam modelos diferentes de integração nos diferentes setores.

**Importância:** O indicador reflete o possível acesso a ocupações majoritárias do

“outro sexo”, isto é, as possíveis mudanças culturais que definem o que são “ocupações femininas” e “ocupações masculinas”. Oferece informação sobre rupturas nos papéis mais tradicionais do mercado de trabalho.

**Fontes de informação:** Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

#### Indicador 14: Taxa de feminização da ocupação remunerada no serviço doméstico e de cuidados

---

**Definição:** Relação entre a porcentagem de mulheres e a porcentagem de homens no serviço doméstico e em outros tipos de cuidados remunerados (babás, pessoas cuidadoras de idosos etc.).

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível de escolaridade, tipologia do domicílio, nível social e tempo de trabalho.

**Objetivo:** O objetivo do indicador é duplo. Em primeiro lugar, permite mostrar a segregação num setor tradicionalmente feminizado e com relações de trabalho geralmente mais precárias que em outros tipos de ocupação, já que não estão reguladas pelo regime geral de Seguridade Social. Em segundo lugar, o indicador reflete um mecanismo específico do “acesso aos cuidados”: ir ao mercado, o qual permite comparar o tempo de cuidados remunerado com o tempo de cuidados não remunerado.

**Importância:** A importância do indicador também é dupla. Por um lado, mostrar que a feminização do trabalho de cuidados não remunerado se mantém quando a ocupação se mercantiliza, e que, simultaneamente, por ser considerado um “trabalho de mulheres”, é subestimado e tem piores condições de trabalhos além de salários normalmente mais baixos que os da maioria das ocupações. Por outro lado, a segregação de acordo com a origem da população que faz esse tipo de trabalho é um indicador de como nossa sociedade está resolvendo a questão do cuidado dos idosos: recorrer a uma população migrante, disposta a aceitar condições de ocupação mais precárias. Em qualquer caso, é um trabalho de cuidados remunerado, feito basicamente por mulheres que, por definição, tem relação estreita com a capacidade de “acesso aos cuidados”.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Emprego de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT), Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT), Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População (IRMB – I Run My Body, IDESCAT).

## 5. ACESSO À OBTENÇÃO DE RENDIMENTOS MONETÁRIOS

No tipo de sociedade capitalista em que vivemos é necessário dispor ao menos de certa quantidade de dinheiro para ter acesso a determinados bens e serviços. Dispor de dinheiro também aumenta as possibilidades de tomar decisões sobre a própria vida,

permite ampliar as margens de liberdade. Além disso, o dinheiro representa poder em todos os âmbitos sociais, dos mais públicos aos mais domésticos.

O dinheiro pode ser adquirido por diferentes vias: basicamente, obtém-se diretamente da produção social e toma a forma de salário, benefício, lucros ou rendas; ou provém de transferências realizadas pelo setor público (pensões, aposentadorias, seguro-desemprego, rendas mínimas, etc.). Nas sociedades capitalistas, a principal via é a primeira – a participação no processo de produção social; a segunda via depende do grau de desenvolvimento do Estado do bem-estar.

O acesso ao dinheiro foi sempre muito desigual para mulheres e homens. Os papéis tradicionais, que situavam as mulheres no trabalho não remunerado e os homens, no remunerado, já definiam o acesso ao dinheiro proveniente da produção social. É por isso que se considera que as mulheres foram “dependentes” dos homens. No caso das transferências monetárias que representam um direito, elas passam pelo trabalho de mercado. Uma pessoa só tem direito a uma pensão de aposentadoria ou a um seguro de desemprego se tiver, antes, participado do mercado de trabalho e em determinadas condições. As transferências não são universais, para todas as pessoas. Dessa forma, as pessoas que mantêm uma relação mais frágil com o mercado de trabalho (as mulheres) têm acesso mais limitado às transferências. As transferências que não representam um direito (como a renda mínima) são concedidas por “necessidade” e são ainda mais reduzidas que as outras (Sainsburyb, 1994; Carrasco *et al.*, 1997).

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho deu a elas mais acesso ao dinheiro. Não abandonar a responsabilidade dos cuidados e alternar com o trabalho remunerado tem diversas consequências para as mulheres: uma trajetória de trabalho mais irregular, menos dedicação ao trabalho remunerado em determinados momentos do ciclo vital, menos possibilidades de promoção, etc. Tudo isso representa, normalmente, reduções monetárias em relação com os valores recebidos pelos homens, que têm mais disponibilidade de tempo para o trabalho remunerado (González *et al.*, 2002). Isso nos remete, novamente, ao conflito do tempo. O trabalho de cuidados limita a participação no trabalho remunerado. A rigidez da jornada, ou a flexibilidade de acordo com as necessidades da empresa e não das pessoas, são causa de fortes tensões que as mulheres suportam e o principal motivo pelo qual, em determinadas ocasiões, as pessoas não recebem todo o cuidado necessário, a começar pelas próprias mulheres.

Ora, conceder as transferências públicas de acordo com o mercado de trabalho foi a forma mais clara de não reconhecer o trabalho de cuidados como trabalho necessário. O trabalho de cuidados, diferente do de mercado de trabalho, não dá direitos (de licença por doença ou por maternidade, de aposentadoria, etc.), não é reconhecido como trabalho. Assim, as pessoas que o assumem e o realizam – seja em tempo completo ou compartilhado com o mercado de trabalho – são duplamente castigadas e não reconhecidas: tanto pelas menores possibilidades de relação direta com a produção social como pela perda de direitos em relação às transferências públicas (CES 2000). As

vias através das quais se concedem as transferências e a quantia destas refletem o tipo de Estado do bem-estar existente, isto é, até que ponto as mulheres e os homens não dependem exclusivamente do mercado (Carrasco *et al.*, 1997; Sainsburyb, 1994).

As afirmações anteriores não pretendem ser normativas, senão somente informativas. Constata-se uma situação de desigualdade, mas dela não se infere que se deva imitar o modelo masculino. Provavelmente, enquanto não se consiga um reconhecimento social do trabalho de cuidados como básico e necessário, um primeiro passo para este objetivo seria começar a propor a universalidade das pensões, independentemente do trabalho ou trabalhos que as pessoas tenham realizado durante sua vida.

É evidente que ter dinheiro não é uma capacidade em si mesma. O dinheiro, como conjunto de bilhetes e moedas, não satisfaz nenhuma necessidade humana, não é uma finalidade a conquistar. No entanto, em nossa sociedade, o dinheiro é um meio, recurso essencial que facilita o acesso a uma série de capacidades: moradia adequada, condições de alimentação e saúde, etc. É por isso que, embora o acesso a rendimentos monetários não seja uma capacidade em si mesma, inclui-se como tal pela importância que tem em nossa sociedade, tanto como meio para ter acesso a outras capacidades como pelas maiores possibilidades que permite para tomar decisões sobre modos de vida.

Contudo, quando se trata do dinheiro, são igualmente importantes os aspectos relacionados aos rendimentos e os aspectos relacionados às despesas. Diversos estudos demonstram que, em geral, as mulheres gerenciam a despesa quando os rendimentos são reduzidos, isto é, gerenciam a pobreza. Ao contrário, quando os rendimentos do domicílio são grandes, as mulheres gerenciam a despesa da vida cotidiana (o dinheiro pequeno), mas são os homens que tomam decisões sobre as despesas financeiras, de poupança, etc. (Pahl, 1989). O problema é que essas são informações praticamente inexistentes em nível agregado.

Os seis primeiros indicadores que se definem a seguir procuram refletir os vários aspectos apontados quanto aos rendimentos e os dois últimos são uma primeira aproximação a alguns aspectos significativos da despesa.

## ***Indicadores***

### **Indicador 1: Relação de salários mensais**

---

**Definição:** Salário médio bruto mensal das mulheres em relação ao salário médio bruto mensal dos homens.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível de escolaridade, setor de atividade e categoria profissional.

Verificar também a relação entre os salários da população do país e da população migrante.

**Objetivo:** Observar as possíveis desigualdades entre mulheres e homens em relação à fonte básica de obtenção de rendimentos. As subdivisões permitem comparar situações equivalentes entre sexos e oferecem informação mais específica sobre as condições em que ocorrem as desigualdades extremas.

No caso da população migrante, trata-se de observar as desigualdades entre ambos os sexos de população migrante, bem como entre as próprias mulheres.

**Importância:** As desigualdades de acesso ao rendimento salarial determinam, em boa parte, o nível de vida das pessoas, já que a grande maioria da população conta com esse rendimento para dispor de dinheiro e o dinheiro dá acesso à obtenção de bens e serviços. Além do mais, dispor de dinheiro próprio dá mais flexibilidade na hora de tomar decisões sobre a própria vida. Por isso, é importante demonstrar até que ponto ainda persiste a discriminação salarial entre mulheres e homens. Também é importante observar as desigualdades salariais em situações específicas em que há igualdade de nível educacional ou especialização profissional.

Os indicadores salariais das mulheres migrantes oferecem informação sobre as possíveis desigualdades entre elas e a população masculina. Além disso, a comparação com as mulheres do país permite tornar visível uma segregação de etnia.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Estrutura Salarial 2002 (INE – Instituto Nacional de Estadística/ IDESCAT – Institut d’Estadística de Catalunya), Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População (IRMB – I Run My Body, IDESCAT).

## Indicador 2: Relação de salário bruto por hora

---

**Definição:** Salário médio bruto por hora das mulheres em relação com o salário médio bruto dos homens.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível de escolaridade, setor de atividade e especialização profissional.

**Objetivo:** Corrigir o indicador anterior, referido ao salário mensal total, calculando o salário hora, para evitar o efeito que o período de trabalho pode ter sobre o salário. Trata-se de levar em conta as horas efetivas de trabalho remunerado e comparar os rendimentos de mulheres e homens por hora trabalhada.

**Importância:** Embora geralmente seja mais difícil conseguir a informação do salário por hora que a do salário mensal, essa informação é importante porque elimina a possibilidade de argumentos que expliquem as desigualdades salariais mensais das mulheres por causa das jornadas reduzidas de muitas delas. As desigualdades salariais por hora trabalhada não permitem justificativas baseadas nos papéis estereotipados das mulheres.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Estrutura Salarial 2002 (INE/IDESCAT).

### Indicador 3: Pessoas que recebem pensões contributivas (aposentadorias e pensões por viuvez)\*

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas que recebem aposentadoria em relação com o total da população de 65 anos ou mais por sexo e porcentagem de pessoas que recebem pensão por viuvez em relação com o total da população de 65 anos ou mais por sexo.

**Objetivo:** Mostrar as diferenças entre sexos em relação à população que recebe pensões contributivas de aposentadoria e de viuvez. À medida que as mulheres se integrem cada vez mais no mercado de trabalho, este indicador deixará de ser significativo, mas atualmente ainda é importante.

**Importância:** A diferença no nível de rendimentos é uma das razões para a diferença nas condições de vida na velhice entre mulheres e homens. Por isso, é importante ver, em primeiro lugar, as diferenças entre as pensões contributivas. Essas pensões são concedidas a partir do trabalho de mercado e isso explica por que entre os que recebem aposentadoria a proporção de homens é bem maior do que a de mulheres. Em contraposição, as mulheres representam uma porcentagem maior entre as pessoas que recebem pensão por viuvez. Socialmente, a aposentadoria – que reconhece um trabalho realizado – tem um valor diferente do da pensão por viuvez – que é um direito derivado. Tradicionalmente, as pensões por viuvez (majoritariamente femininas) foram um reflexo da visão social que leva em conta a dependência financeira das mulheres em relação aos homens: elas não recebem uma pensão por direito próprio, mas através do trabalho de seu marido. Novamente, trata-se do não reconhecimento do trabalho de cuidados. A evolução deste indicador será um bom reflexo de mudanças sociais – reais e simbólicas – nesse campo.

**Fontes de informação:** IDESCAT.

### Indicador 4: Valor relativo das pensões contributivas (aposentadorias e pensões por viuvez)

---

**Definição:** Valor médio bruto das pensões por viuvez em relação ao valor médio bruto das aposentadorias.

**Objetivo:** O objetivo do indicador é complementar a informação do indicador anterior, mostrando as possíveis desigualdades entre mulheres e homens na quantia que recebem.

---

\* Nota do editor. Na Espanha, as pensões contributivas são aquelas concedidas a pessoas que fizeram contribuições ao sistema de seguridade social. São elas: aposentadoria, pensão por invalidez, pensão a familiares após morte do segurado.

**Importância:** Demonstrar como têm consequências nas condições de vida das mulheres mais velhas as desigualdades entre mulheres e homens que têm como origem o reconhecimento social do trabalho de mercado e o não reconhecimento do trabalho de cuidados. Tradicionalmente, a relação das mulheres com o mercado de trabalho tem sido mais frágil que a dos homens por causa do seu papel de “cuidadoras universais”. Por essa razão, é menor a possibilidade delas de conseguirem aposentadoria e, por isso, também é maior a situação de pobreza entre as mulheres mais velhas.

**Fontes de informação:** IDESCAT, Instituto Nacional de la Seguridad Social.

#### Indicador 5: Pessoas que recebem pensões não contributivas\*

**Definição:** Porcentagem de pessoas que recebem uma pensão não contributiva em relação com o total da população de 65 anos ou mais.

**Objetivo:** Mostrar as diferenças entre sexos em relação com a população maior de 65 anos que recebe uma pensão não contributiva. As possíveis diferenças entre sexos refletirão, novamente, a diferente participação no mercado de trabalho de mulheres e homens e a não valorização do trabalho de cuidados.

**Importância:** Este indicador é importante porque aponta outro tipo de desigualdade entre mulheres e homens, decorrente das justificativas para que obtenham uma pensão. O valor social das pensões contributivas não é igual ao valor social das pensões não contributivas. As primeiras, além de terem um nome (contributivas) que se refere a “ter contribuído”, também significam que foi feita uma contribuição real em trabalho à sociedade. As segundas, ao contrário, têm o nome de “não contributivas” que faz referência ao fato de “não ter contribuído”, mas, simbolicamente, têm o significado de que não houve contribuição com esforço e trabalho para a sociedade. É importante destacar que a maioria das pessoas que recebem esse tipo de pensão – com exceção de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência – são mulheres que, sim, contribuíram socialmente de forma importante através do trabalho não remunerado, mas esse trabalho não lhes dá direitos. De fato, uma pensão não contributiva não é um direito, ela é concedida por necessidade.

**Fontes de informação:** Departamento de Bem-estar e Família.

\* Nota do editor. Na Espanha, são benefícios pagos a pessoas que se encontram em situação de necessidade e que não tenham recursos suficientes para sua subsistência, mesmo que não tenham feito as devidas contribuições ao sistema de seguridade social. Entre essas pensões estão aposentadoria e pensão por invalidez.

## Indicador 6: Valor relativo das pensões não contributivas e das pensões contributivas de aposentadoria

---

**Definição:** Valor médio bruto das pensões não contributivas que pessoas de 65 anos ou mais recebem em relação com o valor médio bruto das pensões contributivas de aposentadoria.

**Objetivo:** O objetivo do indicador é completar a informação do indicador anterior, mostrando as diferenças, em dinheiro, entre receber uma pensão não contributiva ou uma aposentadoria justificada por contribuição anterior.

**Importância:** Já se disse que parte das condições de vida das pessoas idosas depende da possibilidade de acesso a rendimentos em dinheiro. Entre as pessoas que recebem pensões menores, as mulheres são bem mais numerosas do que os homens. Esse fato restringe o acesso das mulheres ao dinheiro, o que é fator importante na pobreza específica em que muitas mulheres vivem. A quantia das pensões não contributivas é importante porque reflete o valor que a sociedade dá ao bem-estar das pessoas idosas que não tiveram uma relação mais ou menos estável com o mercado de trabalho, nem própria nem derivada. Isso também estabelece requisitos de situação civil.

**Fontes de informação:** Departamento de Bem-estar e Família, Instituto Nacional da la Seguridad Social.

## Indicador 7: Controle das finanças do domicílio

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e porcentagem de homens que controlam as finanças no domicílio, em lares constituídos por casais, com ou sem outras pessoas.

**Variáveis:** Situação de ocupação dos dois membros do conjunto.

**Objetivo:** Verificar quem controla o dinheiro no domicílio e comparar com os domicílios em que as duas pessoas têm rendimentos próprios e os domicílios em que somente uma pessoa do casal tem rendimentos próprios (normalmente é o homem).

**Importância:** Como já se disse, em uma sociedade como a nossa, dinheiro é poder e, portanto, quem controla o dinheiro representa o verdadeiro poder dentro do lar. É interessante observar como muda a situação quando a mulher tem rendimentos próprios.

**Fontes de informação:** Não há. Seria preciso incorporar perguntas adequadas, por exemplo, na Pesquisa de Condições de Vida e hábitos da população, IDESCAT.

## Indicador 8: Decisões sobre as despesas no domicílio

**Definição:** Porcentagem de mulheres e porcentagem de homens que tomam a decisão de comprar determinados bens duradouros: geladeira, congelador, máquina de lavar roupa, lava-louças, micro-ondas, computador pessoal, televisor, aparelho de videocassete, automóvel.

**Variáveis:** Tipologia do domicílio e situação de trabalho.

**Objetivo:** Demonstrar as desigualdades entre mulheres e homens quanto às decisões sobre a aquisição de bens duradouros para o domicílio, segundo o grau de importância desse tipo de bens no desenvolvimento das tarefas de cuidados e manutenção do lar.

**Importância:** Por informação disponível em outros estudos, a presença de computadores pessoais nos domicílios é superior à de lava-louças, o uso do computador e o acesso à internet por parte dos homens é superior ao das mulheres, o número de motoristas homens de veículos motorizados é superior ao de motoristas mulheres e, quando só há um veículo familiar, é habitual que seja usado pelo homem. É possível que a importância que se concede aos bens do domicílio, dependendo de quem os utiliza ou do fato de serem associados a tarefas de maior ou menor prestígio social, esteja relacionada com quem toma as decisões de comprá-los. Nesse sentido, o indicador é importante para se saber em que medida os estereótipos sociais – que associam as mulheres com determinados bens que têm que ver com os cuidados e a manutenção do lar e os homens com outro tipo de bens de mais prestígio ou representação social (automóvel, computador) –, se manifestam na tomada de decisões e no estabelecimento de prioridades entre os bens adquiridos para o domicílio.

**Fontes de informação:** Não há. Seria preciso acrescentar perguntas adequadas, por exemplo, na Pesquisa de Condições de Vida e Hábitos da População, IDESCAT.

## 6. ACESSO À MOBILIDADE E AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL ADEQUADOS

De maneira geral, pode-se dizer que a mobilidade das mulheres e dos homens é diferente quanto aos motivos, aos meios de deslocamento utilizados e também quanto aos trajetos que percorrem. Além disso, também varia a posição subjetiva em que tendem a se posicionar entre os polos pedestre e condutor.

Essa mobilidade diferenciada, segundo a pesquisa EMEF'05 – Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil 2005 (Enquesta de Movilitat en Día Feiner), em geral se caracteriza pelos elementos expostos a seguir. Os deslocamentos das mulheres correspondem a um amplo leque de motivações, enquanto na mobilidade mascu-

lina os deslocamentos por trabalho e estudos superam os que são feitos por outros motivos. A mulher é a principal usuária do deslocamento a pé e do transporte público e seus deslocamentos se dão em uma área mais próxima ao lugar de residência. As mulheres se posicionam mais como pedestres que como condutoras, mas, cada vez mais, tendem a valorizar mais positivamente o modelo dos homens, o que demonstra o sentimento de exclusão gerado por esse modelo predominante de mobilidade.

Há diversos elementos que produziram a mobilidade diferenciada entre homens e mulheres, embora um elemento fundamental possa ser citado: a situação socioeconômica das mulheres faz com que atualmente tenham que assumir mais tarefas, além das tradicionais da casa. Além do papel das mulheres na sociedade, existem outros fatores que agravam essa diferenciação:

1. O planejamento territorial incentivou o desenvolvimento de um uso funcional do território, o que causou o aumento dos deslocamentos em veículo particular, já que a principal infraestrutura de ligação entre as diferentes funções se materializou através da extensão da rede viária interurbana e urbana.
2. O planejamento urbano incentivou o desenvolvimento de soluções urbanísticas com áreas de baixa densidade de edificação e poucos serviços de uso cotidiano nas proximidades.
3. O planejamento do espaço público baseou-se no automóvel, fato que provocou uma perda progressiva do espaço destinado aos pedestres e criou ruas inseguras, congestionadas e barulhentas. Assim, a vida cotidiana nas ruas foi perdendo importância e isso contribuiu para a redução do dinamismo comercial urbano, da presença de equipamentos e serviços públicos, de espaços para brincar e para o lazer.
4. O planejamento da mobilidade foi feito principalmente para atender demandas de mobilidade em grande escala e para os deslocamentos ao trabalho ou aos estudos, de modo que não foram cobertas necessidades em espaços de menor densidade populacional nem para deslocamentos cotidianos não relacionados ao estudo ou ao trabalho.

Todos esses elementos contribuíram para o fato de que, no momento, o “princípio de acessibilidade”, previsto na Lei 9/2003 sobre mobilidade, não está garantido a todos os setores da população. Segundo essa Lei, “a mobilidade tem que garantir os direitos dos cidadãos à acessibilidade em condições de mobilidade adequadas e seguras, já que quando a acessibilidade não é universal, torna-se um elemento de exclusão social”.

Trabalhar para que a mobilidade não se torne um fator de exclusão social para as mulheres significa priorizar as ações para melhorar o abastecimento, tornar

mais universal o serviço dos meios de acesso e, ao mesmo tempo, evitar a redução de subsídios nos recursos orçamentários referentes aos diferentes meios de transporte e territórios. Além disso, devem ser universalizados os meios de acesso ao trabalho, já que este é um dos principais mecanismos de integração à sociedade moderna.

Este novo modelo deve dar prioridade ao trabalho, decidindo entre administração e agentes implicados, investindo na transversalidade e em subsídios entre administrações e, ao mesmo tempo, desenvolvendo mecanismos que possibilitam o uso de uma visão não androcêntrica nos diferentes instrumentos de planejamento da mobilidade. Essa é a indicação do Decreto 466/2004, de desdobramento da Lei sobre mobilidade, a que se incorpora o requerimento específico de incluir “indicadores de controle na perspectiva de gênero”.

Com o avanço na criação de indicadores desse tipo será possível desenvolver e avaliar as políticas, os projetos e os programas propostos, atendendo ao princípio de integração social pelo qual deve zelar o novo modelo de mobilidade.

Com a Lei sobre mobilidade, quase todos os novos instrumentos de planejamento da mobilidade para os diversos âmbitos territoriais terão que incorporar indicadores para avaliação e monitoramentos ajustados de acordo com uma visão não androcêntrica.

De início, encontramos um primeiro tipo de indicadores, que permitirão verificar qual é a situação em matéria de mobilidade, segundo os princípios da mobilidade sustentável, entre os quais encontramos o princípio de integração social, relacionado com a acessibilidade territorial das mulheres.

Em seguida, apresentam-se indicadores de diagnóstico que trazem informação sobre como o sistema de mobilidade está desempenhando seu papel e que, em primeira instância, não dão informação direta sobre qual é nossa situação de partida quanto à mobilidade sustentável.

O conjunto selecionado de indicadores de diagnóstico poderá ajudar a conhecer qual é essa mobilidade diferenciada entre homens e mulheres, e a entender quais são as dificuldades das mulheres para ter acesso a bens e serviços, dificuldades que fazem com que, em certa medida, não esteja garantido o princípio de integração social.

## *Indicadores*

### Indicador 1: Titulares de novas licenças para dirigir

---

**Definição:** Relação entre o número anual de licenças para dirigir concedidas às mulheres e as concedidas aos homens.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas e tipo de licença para dirigir.

**Objetivo:** Conhecer a variação no número de novas mulheres habilitadas para

dirigir, no decorrer do tempo, e observar se a tendência é para o equilíbrio entre homens e mulheres.

**Importância:** A posse de licença para dirigir é um bom indicador para conhecer a autonomia das pessoas. No modelo de mobilidade predominante, baseado no uso do veículo particular, ter a licença significa, em muitos casos, poder ter acesso de forma autônoma a um maior número de bens e serviços.

O indicador mostra uma clara diferenciação por sexo, já que a porcentagem de homens costuma superar os 65%. Geralmente, é na faixa etária entre 25 e 45 anos que as porcentagens de homens são maiores.

No caso das mulheres migrantes, muitas delas tinham licença para dirigir em seu país de origem, licenças que não são válidas na Catalunha. Para ir às autoescolas, elas têm o problema da língua.

**Fontes de informação:** Anuário Estatístico Geral (Censo de Condutores); Direção Geral de Trânsito (DGT).

## Indicador 2: Índice de motorização

---

**Definição:** Distribuição dos proprietários de veículos por sexo, por cada mil habitantes.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e tipos de veículo.

**Objetivo:** Conhecer a variação e a tendência do número de mulheres proprietárias de veículos particulares motorizados.

**Importância:** Dentro do grupo de pessoas que têm licença para dirigir observam-se desequilíbrios quanto ao sexo, de modo que os homens são os que obtêm maiores índices de motorização.

**Fontes de informação:** Imposto Municipal de Veículos de Tração Mecânica.

## Indicador 3: Acesso ao veículo particular

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e de homens que consideram poder dispor de um veículo particular de maneira autônoma.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, situação de trabalho e tipo de veículo.

**Objetivo:** Conhecer a disponibilidade de veículo privado que as mulheres têm, independentemente de serem proprietárias de algum veículo.

**Importância:** As mulheres costumam ter acesso mais restrito ao veículo privado, de modo que conhecer esse acesso pode nos indicar as possibilidades de acessibilidade territorial das mulheres, tendo presente que, nos domicílios, as mulheres costumam fazer uso secundário do veículo particular.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil, Pesquisa de Mobilidade Cotidiana.

#### Indicador 4: **Motivos dos deslocamentos**

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas que realiza habitualmente deslocamentos para trabalho, estudos, atividades relacionadas com a gestão do lar e o cuidado das pessoas.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, situação e modo de trabalho.

**Objetivo:** Conhecer a distribuição da mobilidade segundo os motivos dos deslocamentos das mulheres em relação aos dos homens.

**Importância:** As mulheres geralmente distribuem seus deslocamentos entre mais motivos que os homens e, ao mesmo tempo, realizam mais deslocamentos relacionados com as compras cotidianas e também para acompanhar outras pessoas (crianças e idosos). O homem, por sua vez, faz mais deslocamentos para ir estudar e trabalhar.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil, Pesquisa de Mobilidade Cotidiana.

#### Indicador 5: **Meio utilizado nos deslocamentos**

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas que se desloca habitualmente a pé, em bicicleta, em transporte público, em veículo particular (como motorista ou acompanhante).

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, situação de trabalho e motivo.

**Objetivo:** Conhecer os desequilíbrios existentes entre homens e mulheres quanto ao uso dos diferentes meios de transporte.

**Importância:** As mulheres costumam deslocar-se em transporte público e a pé, enquanto os homens o fazem quase sempre em veículo particular.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil, Pesquisa de Mobilidade Cotidiana. Os Censos de População dão essa informação, mas apenas para os deslocamentos por trabalho ou estudos (não se sabe, porém, se no próximo Censo de População esses dados serão coletados).

#### Indicador 6: **Distância dos deslocamentos**

---

**Definição:** Relação entre a distância média dos deslocamentos das mulheres e a dos homens.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e situação de trabalho.

**Objetivo:** Conhecer o alcance territorial da mobilidade das mulheres comparado ao dos homens.

**Importância:** As mulheres, ativas ou não, costumam concentrar seus deslocamentos nas proximidades da residência, seja por motivos de trabalho ou não.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil, Pesquisa de Mobilidade Cotidiana. Os Censos de População dão essa informação, mas apenas para os deslocamentos por trabalho ou estudos (não se sabe, porém, se no próximo Censo de População esses dados serão coletados).

#### Indicador 7: **Autoposicionamento segundo o modo de deslocamento**

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas que se identifica basicamente como pedestre e porcentagem de pessoas que se identifica basicamente como motorista.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e situação de trabalho.

**Objetivo:** Conhecer o modo de deslocamento com o qual as mulheres se identificam.

**Importância:** O lado subjetivo da mobilidade é um aspecto importante, já que, individualmente, os cidadãos e cidadãs costumam se identificar como: somente pedestres, mais pedestres que motoristas, tanto pedestres quanto motoristas, mais motoristas que pedestres ou somente motoristas.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil, Pesquisa de Mobilidade Cotidiana.

#### Indicador 8: **Índice de segurança percebida em estações e veículos de transporte público**

---

**Definição:** Porcentagem de pessoas que declaram se sentir inseguras em horários de menor movimento em estações e veículos de transporte público.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e nível social.

**Objetivo:** Conhecer os locais onde as mulheres se sentem inseguras.

**Importância:** As mulheres e idosos demonstram sentir-se inseguros, sobretudo fora do horário de pico e quando já está escuro, o que, em determinados casos, pode ser um elemento que reduza o uso de transporte público.

**Fontes de informação:** Atualmente não se conhece nenhuma fonte com essa informação. Seria possível incluir a pergunta adequada na Pesquisa Anual de Segurança Pública da Catalunha.

#### Indicador 9: **Avaliação dos modos de deslocamento**

---

**Definição:** Índice de satisfação com os vários meios de transporte.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e nível social.

**Objetivo:** Conhecer a avaliação de mulheres e homens sobre os vários meios de transporte.

**Importância:** Muitas vezes as mulheres avaliam positivamente o transporte público simplesmente por que são usuárias mais frequentes que os homens.

Por outro lado, o sentimento de exclusão do modelo de mobilidade predominante, baseado no uso do veículo particular, faz com que as mulheres prefiram qualificar como melhor o veículo particular, já que o consideram como símbolo de liberdade individual.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Mobilidade em Dia Útil, Pesquisa de Mobilidade Cotidiana.

---

#### Indicador 10: Estações de metrô e trem adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida na Catalunha

---

**Definição:** Porcentagem de estações de metrô e ferroviárias que dispõe de elevador ou escadas rolantes.

**Objetivo:** Conhecer em que situação se encontra o processo de eliminação de barreiras arquitetônicas nos serviços de transporte público na Catalunha.

**Importância:** As mulheres são as principais usuárias do transporte público na cidade e a maioria dos deslocamentos que elas fazem tem a ver com tarefas de cuidados de outras pessoas. Com frequência, elas se locomovem com carrinho de bebê, carrinho de compra, ou acompanham pessoas com mobilidade reduzida. Assim, depois das pessoas com mobilidade reduzida, as mulheres são as principais interessadas na eliminação de barreiras arquitetônicas no transporte público. A Lei de promoção da acessibilidade e supressão de barreiras arquitetônicas da Catalunha estabeleceu o final de 2006 como meta para atingir a plena acessibilidade a todos os bens e serviços públicos.<sup>9</sup>

**Fontes de informação:** Indicadores Sintéticos de Mobilidade do Observatório Catalão da Mobilidade.

---

#### Indicador 11: Investimento público em transporte público e transporte privado na Catalunha

---

**Definição:** Relação entre o investimento público em infraestrutura viária e o investimento público em ferrovias e em serviços de transporte por rodovias, pela administração de transporte público e de transporte privado. Os investimentos realizados em portos e aeroportos estão excluídos deste indicador por sua maior relação com a distribuição de mercadorias.

9. Este estudo é de setembro de 2006. A meta não foi atingida, mas o investimento em acessibilidade nos transportes públicos continua.

**Objetivo:** Conhecer a distribuição e a evolução da alocação dos investimentos segundo as administrações de transporte público e de transporte privado.

**Importância:** Já que as mulheres são as principais usuárias do transporte público, deve-se conhecer, por meio da análise dos investimentos, quais são as políticas nessa área por parte dos diferentes órgãos encarregados de planejar e gerir os transportes.

**Fontes de informação:** Estatísticas de Investimentos do Observatório Catalão da Mobilidade (através de fontes do Ministério de Promoção e do Departamento de Política Territorial e Obras Públicas).

### Indicador 12: Espaço público destinado ao trânsito de veículos e ao trânsito de pedestres nas capitais catalãs

---

**Definição:** Porcentagem do espaço público que se destina ao tráfego de veículos comparado com o espaço destinado ao trânsito de pedestres nas cidades de Barcelona, Tarragona, Lérida, Gerona e Tortosa, entendendo como espaço público todo o espaço urbano não construído (calçadas, ruas, praças, parques e jardins).

**Objetivo:** Saber como se distribui o espaço público urbano entre o trânsito de veículos e o de pedestres.

**Importância:** Já que as mulheres são as que, majoritariamente, se locomovem a pé pelas cidades, e com frequência o fazem com carrinho de bebê, carrinho de compras, pacotes, e acompanhando pessoas com mobilidade reduzida, é interessante conhecer a porcentagem da superfície urbana de que dispõem as pessoas que andam a pé. Da mesma forma, como os homens, majoritariamente, se locomovem com veículo particular, a relação entre os dois espaços pode ilustrar de que maneira as mulheres e os homens se dividem no espaço público. Assim, o indicador pode refletir também a importância que os órgãos públicos dão às atividades básicas da vida cotidiana.

**Fontes de informação:** Planos de Ordenação Urbanística Municipal dos municípios de Barcelona, Tarragona, Lérida, Gerona e Tortosa.

### Indicador 13: Novas moradias em loteamentos afastados e novas moradias no centro urbano

---

**Definição:** Porcentagem que representam as novas moradias construídas em loteamentos afastados em relação com as novas moradias construídas no centro urbano, nas comarcas de Vallés Oriental, Tarragonés, Segarra, Alto Ampurdán e Bajo Ebro, nos últimos dez anos.

**Objetivo:** Saber como o modelo de cidade dispersa (espalhada) evolui no conjunto da Catalunha.

**Importância:** O modelo de cidade dispersa é questionável sob a perspectiva de sustentabilidade tanto social como ecológica. Nesse modelo, o isolamento é muito negativo para as mulheres e as obriga a deslocar-se com veículo particular para acessar os serviços básicos e atender às necessidades das pessoas que estão sob sua responsabilidade (escola, centro de saúde, comércio etc.). Esse isolamento as torna ainda mais vulneráveis frente à violência doméstica e aumenta sua dificuldade para ter vida própria além da família. Saber como evolui esse modelo urbanístico é necessário para antecipar, de uma perspectiva urbanística, cenários de futuro mais favoráveis às mulheres.

**Fontes de informação:** Planos Parciais aprovados nos últimos dez anos, Direção Geral de Urbanismo, Departamento de Política Territorial e Obras Públicas.

## 7. ACESSO AO TEMPO LIVRE E ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Para falar de “tempo livre” há que se começar com uma breve reflexão genérica sobre o tempo. A análise do uso do tempo como elemento fundamental no bem-estar ou na qualidade de vida permite observar que nem todo tempo é homogêneo: existe um tempo destinado a satisfazer as necessidades pessoais (como o tempo de sono) e outro para satisfazer as necessidades de outros (normalmente, o tempo dedicado a trabalhar satisfaz em parte nossas necessidades e, em parte, as necessidades de outras pessoas). Existem ainda: um tempo mais rígido e outro mais flexível, e também um tempo que se pode utilizar sozinho e outro (o de relação) que é preciso compartilhar.

Em nossa sociedade costuma-se definir cinco grandes categorias para o uso do tempo: tempo de trabalho de mercado, tempo de trabalho de cuidados, tempo de necessidades pessoais, tempo de participação cidadã e tempo livre ou tempo de ócio (descanso e lazer). Cada um desses tipos de tempo apresenta algumas características próprias que lhes conferem diferentes graus de flexibilidade, possibilidade de substituição ou necessidade (Carrasco, 2001).

O *tempo de trabalho mercantil* depende, naturalmente, do desenvolvimento tecnológico, mas depende também, e possivelmente em maior medida, de outros aspectos de ordem social e institucional: da organização do trabalho, das relações de poder entre trabalhadores (e trabalhadoras) e empresários (e empresárias), do papel do setor público, dos modelos sociais de consumo, da situação sociopolítica geral e da cultura masculina do mercado de trabalho. Normalmente, a jornada negociada ou imposta pelas relações trabalhistas é bastante rígida, no sentido de

que a pessoa, individualmente, não pode optar à vontade por certo número de horas de trabalho, assim como não pode escolher a distribuição das horas ao longo da semana, do mês ou do ano. Se tem havido certo grau de flexibilidade, esse tem sido definido, em geral, pela empresa. Dessa forma, em nossa sociedade, o tempo de trabalho mercantil determina em boa parte o restante do tempo pessoal e social (Carrasco *et al.*, 2003).

O *tempo de trabalho de cuidados* inclui não só uma série de atividades, mas também um componente de relacionamento que é inseparável da própria atividade e que, portanto, não tem substituto de mercado. Esse tempo de cuidados não pode ser diminuído para menos que o mínimo estritamente necessário sem afetar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento integral das pessoas.

O *tempo de necessidades pessoais* é indispensável e bastante rígido, no sentido de que existe um tempo que, ainda que se possa reduzir ao mínimo (dormir, comer e fazer higiene pessoal), é indispensável. Portanto, não cumprir esse mínimo pode afetar sensivelmente a qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, o *tempo de participação cidadã* é bastante flexível e inclui atividades diversas, muitas das quais são necessárias para o desenvolvimento pessoal e, sem dúvida, necessárias para a construção de redes de integração e coesão social.

Finalmente, o chamado *tempo livre ou de ócio*, ainda que seja um aspecto importantíssimo na qualidade de vida das pessoas, tem alto grau de flexibilidade, já que, de fato, costuma ser usado como “variável de ajuste” do tempo de cuidados, isto é, um aumento deste último reduz rapidamente o tempo de ócio. O tempo livre geralmente é considerado residual, é “o que sobra” depois de cumpridas as exigências do restante dos outros tempos (Vantaggiato, 2001). Nesse sentido, os vários tipos de tempo classificam-se por ordem de importância, estando em primeiro lugar o tempo de trabalho mercantil (porque é o que se troca por dinheiro) e, sendo considerado o de menor importância, o tempo livre. Esta classificação não explícita reflete a escassa valorização que se dá ao tempo livre. Apesar disso, dispor de um tempo de não trabalho começa a ser considerado, hoje em dia, como fator de maior qualidade de vida.

Esse tempo livre pode ser entendido como “tempo próprio” ou tempo para si mesmo, definido como aquele que não é dedicado a satisfazer necessidades, e sobre cujo emprego cabe a cada um decidir. Ainda que a ideia de “tempo próprio” seja um pouco ambígua, já que as decisões sobre o emprego do tempo não estão livres de pressões culturais e sociais, essa pode ser uma boa maneira de olhar para o tempo livre como indicador de bem-estar. Essa ideia de tempo próprio pode significar que o tempo em si mesmo não é um valor, já que pode acontecer de não existir liberdade ou possibilidades reais de se apropriar dele, de ocupá-lo em uma coisa que seja de interesse da pessoa. Por exemplo, determinados grupos populacionais,

como as mulheres idosas que vivem sós ou os mendigos, talvez não considerem o tempo como um valor e, ao contrário, não saibam “o que fazer com o tempo”.

É preciso lembrar que o emprego do tempo nessas várias categorias não é neutro nem pode se expressar exclusivamente em termos quantitativos. Com relação ao primeiro aspecto, da neutralidade, sabe-se que a distribuição do tempo tem uma forte marca de sexo/gênero. O campo de ação de cada pessoa, sua capacidade para desenvolver uma vida satisfatória quanto à organização do tempo, está limitado não só pelo tempo disponível para além de sua jornada de trabalho mercantil (segundo o número de horas e sua distribuição) mas também pela responsabilidade que a pessoa assume em outras atividades – questão em que há grandes diferenças entre mulheres e homens. Por outro lado, o aspecto quantitativo do tempo – o tempo medido, o tempo do relógio – tira seu significado do tempo de trabalho mercantil, transformado, em nossa sociedade industrializada, em tempo-dinheiro, significado que predomina no conjunto do tempo com sua lógica organizativa produtivista e masculina. Sob essa lógica, desaparecem as dimensões mais qualitativas do tempo, as mais próprias da experiência feminina, ligadas ao ciclo de vida e ao correspondente cuidado das pessoas (Adam, 1999; Torns, 2001; Torns, 2004). É por isso que é importante desenvolver indicadores de tempo não quantitativos. Não levar em conta os vários sentidos do tempo e destacar somente sua dimensão quantificável seria, quase por definição, uma manifestação a mais da desigualdade entre mulheres e homens.

São várias as atividades de lazer, culturais ou desportivas que podem ser realizadas no tempo livre e para as quais seria possível definir indicadores, mas, no caso deste estudo, se fez uma opção por indicadores de atividades desportivas. Essa escolha foi motivada por três considerações básicas. Em primeiro lugar, uma atividade desportiva se faz principalmente fora de casa e, portanto, dificilmente pode ser realizada simultaneamente com outras atividades. Assim, dedicar um tempo específico a uma atividade desportiva exige tomar uma decisão clara nesse sentido, questão importante no caso das mulheres responsáveis por tarefas de cuidados. Em segundo lugar, as atividades desportivas geralmente estão relacionadas com o cuidado do corpo e da saúde, aspecto importante e, muitas vezes, decisivo para a qualidade de vida. Em terceiro lugar, os estudos mostram que a prática desportiva das mulheres é muito diferente da dos homens, tanto pelo tipo de atividade como pelos motivos pelos quais a realizam. A dificuldade das mulheres para praticar determinados esportes reside no fato de que as regras dos esportes – estabelecidas no princípio para os homens – não variaram nem se adaptaram em quase nada para a prática feminina. Assim, se quiserem praticar determinados esportes, novamente as mulheres têm que se incorporar a um mundo regulamentado pelos homens. Quanto à motivação, os homens estão mais representados em esportes competitivos e as mulheres, em atividades desportivas relacionadas com o lazer e a saúde.

Também seria interessante analisar o possível viés masculino no gasto público com instalações esportivas, mas é praticamente impossível realizar essa análise. A rede básica de instalações esportivas é de instalações polivalentes que, em princípio, podem ser utilizadas para diversas atividades, mas a questão é que a gestão dessas instalações normalmente é privada, de modo que o setor público perde a opção de utilizar o espaço. Seria interessante, portanto, poder influir sobre o setor público em algumas cláusulas dessa questão de concessão da direção ao setor privado.

Dos indicadores apresentados a seguir, o primeiro é um indicador subjetivo, que torna possível começar a compreender a percepção que as pessoas têm de seu tempo. Os três indicadores seguintes referem-se a taxas de realização de diversas atividades que podem ser consideradas atividades de tempo livre. Em seguida, há um indicador que informa sobre o tempo dedicado a essas atividades de tempo livre e, finalmente, os últimos três indicadores referem-se a tipos diversos de práticas desportivas.

### *Indicadores*

#### Indicador 1: **Percepção de angústia por falta de tempo**

---

**Definição:** Proporção de pessoas que declaram falta de tempo para as atividades que têm que realizar na vida cotidiana.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologias do domicílio, situação de trabalho e nível social.

**Objetivo:** Captar a sensação que as pessoas têm do tempo de que dispõem. Seguramente, a subdivisão por ciclo vital mostrará diferenças importantes, particularmente entre as mulheres.

**Importância:** A importância desse tipo de indicador qualitativo é que expressa algo além do “número de horas trabalhadas”. Pode refletir a sensação das pessoas de estar ou não fazendo todas as atividades que queriam e de estar ou não fazendo tais atividades como gostariam. A possível “falta de tempo” normalmente se deve a razões de trabalho (mercantil ou não mercantil), razões que, indiretamente, mostram que não há tempo livre ou que esse tempo é escasso.

Não dispor de tempo livre, ou perceber que não o tem, produz consequências na saúde e na qualidade de vida da pessoa. Além disso, pode afetar áreas como a da aquisição de conhecimentos de forma continuada, entre outras. Em resumo, a organização do tempo é um aspecto fundamental relacionado com o restante das capacidades.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE – Instituto Nacional de Estadística/ IDESCAT – Institut d’Estadística de Catalunya), Painel de Desigualdades Sociais na Catalunha 2001/2006.

## Indicador 2: Taxa de realização de atividades culturais e de lazer

---

**Definição:** Proporção de pessoas que realizaram de forma ativa alguma atividade cultural, pelo menos uma vez durante o último mês.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio, situação de trabalho e nível social.

**Objetivo:** Ter informação sobre o tempo livre de que a população dispõe para esse tipo de atividade e observar as possíveis diferenças entre mulheres e homens.

**Importância:** Esse tipo de atividade é desenvolvido basicamente fora de casa, sendo assim um bom indicador do tempo livre de que as pessoas dispõem. O tempo dedicado a essas atividades é muito flexível e geralmente elas são residuais, isto é, são realizadas depois que forem cumpridas todas as outras tarefas, atividades ou obrigações. Por isso, são importantes como indicador de tempo livre.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Consumo e Práticas Culturais 2001 e 2006, Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

## Indicador 3: Taxa de realização de atividades desportivas

---

**Definição:** Proporção de pessoas que realizaram atividade desportiva pelo menos uma vez durante o último mês.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio, situação de trabalho e nível social.

**Objetivo:** Ter informação do tempo livre de que a população dispõe para esse tipo de atividade e observar as possíveis diferenças entre mulheres e homens.

**Importância:** Diferente do anterior, uma pessoa pode realizar esse tipo de atividade em casa, mesmo que tenha ali pessoas dependentes sob sua responsabilidade, embora seja preciso ter tempo para fazê-la. Além disso, significa relacionamento, já que são atividades que não se fazem isoladamente, o que também envolve algum tipo de disposição para querer realizá-las.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

## Indicador 4: Taxa de realização de atividades desportivas

---

**Definição:** Proporção de pessoas que realizaram atividade desportiva ao menos uma vez durante o último mês.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio, situação de trabalho e nível social.

**Objetivo:** Ter informação sobre o tempo livre de que a população dispõe para esse tipo de atividade e observar as possíveis diferenças entre mulheres e homens. São de grande interesse as subdivisões por idade e ciclo vital. Ver as diferenças entre pessoas, principalmente mulheres, que estão na metade do ciclo de vida e a população que está nos extremos do ciclo: jovens e idosos de ambos os sexos.

**Importância:** A importância do indicador é tripla: fazer atividades desportivas, além de significar que se dispõe de tempo livre, também tem relação com o fato de cuidar de si mesmo e com o estado de saúde. É interessante comparar esse indicador com os dois anteriores para observar as decisões das pessoas sobre o tempo livre disponível.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESC-CAT), Pesquisa sobre a Prática de Atividade Físico-desportiva na Catalunha 2004, Departamento de Cultura; Direção Geral de Esporte.

#### Indicador 5: Tempo de atividades de lazer, culturais e desportivas

---

**Definição:** Média do tempo semanal dedicado a atividades de lazer, culturais ou desportivas.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio, situação de trabalho e nível social.

**Objetivo:** Ver as possíveis desigualdades entre homens e mulheres com relação à quantidade de tempo livre: uma coisa é fazer uma atividade e outra é o tempo disponível para se dedicar a ela.

**Importância:** Como foi dito anteriormente, dispor de tempo livre é um indicador de qualidade de vida, é um indicador de “cuidar de si mesmo”, de se preocupar com o próprio bem-estar. É interessante ver, além das diferenças por sexo, se o conjunto da população desfruta de tempo livre. Em nível individual, esse tempo deve estar muito limitado pelas restrições de tempo global de trabalho.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESC-CAT).

#### Indicador 6: Pessoas associadas e federadas a entidades desportivas

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e homens do total de pessoas associadas e de pessoas federadas a entidades desportivas.

**Variável:** Faixas de idade significativas.

**Objetivo:** Observar se há diferenças entre homens e mulheres na hora de “se associar”

ou “se federar” a uma entidade desportiva, já que a opção pela associação está ligada ao lazer ou à saúde e a escolha da federação, ao esporte competitivo.

**Importância:** O indicador oferece informação sobre os motivos para fazer esporte e as possíveis diferenças entre mulheres e homens nesse campo. A divisão por faixas de idade pode revelar se as mulheres modificam sua federação a entidades desportivas quando estão nos períodos do ciclo vital que requerem mais tarefas de cuidados.

**Fontes de informação:** Pesquisa sobre a Prática de Atividade Físico-desportiva na Catalunha 2004, Departamento de Cultura; Direção Geal de Esporte. Seria interessante fazer algum tipo de pesquisa periódica nesse sentido para poder observar as possíveis mudanças de atitude das mulheres com relação ao esporte.

#### Indicador 7: Esporte de acompanhamento

---

**Definição:** Número de mulheres e homens que acompanham filhos e filhas que praticam algum esporte escolar e, entre eles, a porcentagem de quem pratica algum esporte no horário do acompanhamento.

**Variáveis:** faixas de idade significativas, nível social.

**Objetivo:** Saber se o “esporte de acompanhamento” está se tornando mais frequente e quem o pratica.

**Importância:** Em primeiro lugar, o indicador fornece informação sobre quem acompanha habitualmente os filhos e as filhas que praticam esporte escolar. Em segundo lugar, se essas pessoas praticam alguma atividade esportiva no tempo de acompanhamento. É interessante ver se há diferenças entre mulheres e homens, já que o tipo de esporte que pode ser feito nessas condições será basicamente de lazer ou saúde.

**Fontes de informação:** Não há.

#### Indicador 8: Esporte de ócio/lazer

---

**Definição:** Número de mulheres e homens filiados a uma academia ou centro esportivo.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, faixas de horário, titularidade do centro (se público ou particular).

**Objetivo:** Verificar que parte da população está praticando algum tipo de atividade esportiva. As idades e faixas de horário fornecerão informação sobre o perfil dessa população.

**Importância:** Esse tipo de atividade esportiva está normalmente relacionado com objetivos de promoção e manutenção da saúde. É importante ver se a prática do esporte de lazer, pelas mulheres, é afetada no período intermediário do ciclo vital e quais são as possíveis diferenças em relação aos homens. Também é interessante observar o comportamento das pessoas com mais de 65 anos e, nesse caso, ver a evolução do indicador, para verificar se está aumentando a integração das pessoas idosas à prática esportiva de manutenção.

**Fontes de informação:** Não há.

## 8. ACESSO AOS CUIDADOS

Ter acesso aos cuidados significa que todas as pessoas – independentemente do sexo, idade, condição civil ou tipo de domicílio a que pertençam – deveriam poder satisfazer suas necessidades diretas, tanto biológicas como sociais e emocionais. Estar cuidada ou cuidado representa poder satisfazer necessidades do corpo, que incluem as físico-biológicas, e as afetivas e de relacionamento. Justamente porque essa capacidade incorpora aspectos subjetivos e é realizada em relação com outras pessoas, seria importante dispor de indicadores qualitativos sobre ela.

Tradicionalmente, a organização, a gestão e a realização dos cuidados foram assumidas principalmente pelas mulheres e essa tarefa permaneceu oculta, sem reconhecimento social nem político, fato que tem sido uma fonte importantíssima de desigualdades entre mulheres e homens. Contudo, “estar cuidada ou cuidado” é uma capacidade básica, necessária para poder desenvolver outras atividades da vida como, por exemplo, a participação no mercado de trabalho. “Estar cuidada ou cuidado” tem a ver com o processo de reprodução social ou de sustentabilidade humana, que abrange toda a complexidade da reprodução de pessoas multifacetadas em certo ambiente e em relacionamento com outras pessoas. E tem a ver, sobretudo, com a qualidade de vida e o bem-estar.

O cuidado se organiza a partir do espaço doméstico dos domicílios, e se desenvolve através da combinação de quatro meios: mercado, setor público, rede familiar ou comunitária e trabalho não remunerado, ou seja, nos âmbitos público, privado, comunitário e doméstico.

No setor do mercado, o trabalho remunerado permite obter rendimento e esse é um modo para adquirir serviços de cuidado por meio do mercado. Esse tipo de cuidado não substitui os cuidados realizados no lar, mas pode ser de grande ajuda, especialmente para o cuidado de pessoas dependentes por razões de saúde ou idade. As desigualdades de rendimento (salários, pensões etc.) entre grupos sociais e entre mulheres e homens limitam de maneira diferente, para umas e outros, as possibilidades de adquirir serviços de cuidados.

Participar no mercado de trabalho também requer um tempo de dedicação, tempo de que já não se pode dispor para fazer o trabalho de casa. O tempo dedicado ao trabalho remunerado limita o tempo de cuidados e, juntos – como tempo total de trabalho –, definem as possibilidades de dispor de tempo livre. É por isso que a análise do uso do tempo é importante.

Nos trabalhos de cuidados a partir dos domicílios estão incluídos: todo o trabalho doméstico – limpar, cozinhar, lavar, passar etc. –, que são atividades necessárias para a subsistência e a qualidade de vida; as atividades de providências e de compras fora de casa e todas as atividades que significam cuidado direto do corpo e dos aspectos emocionais, afetivos e de relacionamento. Todas essas atividades requerem tempo e energia da parte de quem as realiza.

Participar no mercado de trabalho e fazer trabalhos de cuidado não é somente uma questão de horas de trabalho, mas um problema bem mais profundo que – como se especifica na capacidade de “acesso a um trabalho remunerado” – está relacionado com os objetivos de cada um desses trabalhos: o objetivo do primeiro é conseguir rendimentos e benefícios e, o do segundo, o bem-estar das pessoas (Picchio, 2001). Esses objetivos se contrapõem e representam maneiras diferentes de trabalhar e diferentes condições de trabalho, responsabilidades e dedicação, criando profundas tensões nas pessoas que os realizam e os assumem, na maioria mulheres. Essas tensões permaneceram ocultas, na medida em que o trabalho não remunerado é considerado como uma coisa doméstica, do mundo privado, separada do mundo público e não reconhecida como aspecto fundamental para a sustentabilidade humana e para o bem-estar das pessoas (Carrasco, 2001). É por isso que o tempo total ou global de trabalho (mercantil e de cuidados), embora possa ser utilizado como indicador, não consegue expressar o problema de fundo: a relação estrutural entre os dois tipos de trabalho e as tensões contínuas entre eles.

O tempo dedicado aos trabalhos de cuidado também limita as possibilidades de tempo livre para realizar outras atividades e desenvolver outras capacidades; sempre considerando o aspecto pessoal, individual, subjetivo, difícil de medir, que tem a ver com o desejo de cuidar, com o relacionamento e os afetos que se estabelecem nos processos de cuidado. Nesse sentido, é preciso insistir em que medir o tempo das atividades de cuidado significa necessariamente uma quantificação em tempo-relógio, uma concepção do tempo como elemento homogêneo, própria da produção mercantil. Esse tipo de medida ignora o conteúdo, considera as horas idênticas e intercambiáveis e nele se tornam invisíveis os aspectos mais subjetivos e fundamentais do trabalho de cuidados (Adam, 1999). Essa dimensão subjetiva – dificilmente mensurável – engloba aspectos mais intangíveis, representados pela subjetividade da própria pessoa, materializados na experiência vivida. São aspectos relacionados aos desejos empenhados na organização da vida e nos relacionamentos e que dão sentido à vida cotidiana. Por isso é necessário desenvolver também indicadores qualitativos.

Naturalmente, realizar os trabalhos de cuidados não garante a capacidade “ter acesso a cuidados” para a pessoa que os faz. Ao contrário, essa pessoa está oferecendo recursos e possibilidades para que outra ou outras pessoas estejam mais bem cuidadas. Tradicionalmente, as mulheres, como grupo humano, dedicaram bem mais tempo ao cuidado que os homens e, como resultado, eles têm sido mais bem cuidados que elas, pelo menos no que se refere aos cuidados obtidos no lar (Bosch *et al.*, 2005). À diferença entre o cuidado recebido e o cuidado dado, as autoras chamam “pegada civilizadora”. E é por isso que também é importante a ideia de “cuidar de si mesma”.\*

Atualmente, está crescendo a necessidade de cuidado de pessoas idosas devido ao envelhecimento demográfico. Por enquanto, a resposta a essa demanda crescente está sendo dada principalmente pela família ou, dito em termos mais apropriados, pelas mulheres da família. Como disse uma autora, as cuidadoras são do “gênero feminino, número singular” (Rodríguez, 1998). O cuidado de pessoas idosas com dependência severa exige um nível de dedicação e de dispêndio de energia que tem gerado graves consequências físicas e psíquicas nas cuidadoras não remuneradas.

Finalmente, temos o *setor público*, que participa no cuidado de duas maneiras: oferecendo serviços de cuidado diretamente ou fazendo transferências em dinheiro, que é um meio de adquirir serviços de cuidado no mercado. As transferências de dinheiro mais importantes passam pelo trabalho de mercado e, sendo assim, as mulheres cuidadoras profissionais – por terem um vínculo mais frágil com o trabalho de mercado – dispõem de uma média de transferências mais baixa (Carrasco *et al.*, 1997). Como resultado do não reconhecimento do trabalho de cuidados como trabalho, essa é uma atividade que não dá direitos (aposentadoria, seguro-desemprego etc.). Os serviços de cuidado direto oferecidos pelo setor público são um recurso – em muitas situações, determinante – para a participação das mulheres no trabalho de mercado. Dada sua importância, o cuidado direto deveria tender para a universalização, ao menos nos setores sociais em que a renda não permite que se recorra à solução de mercado.

Para o setor público, deveria ser um objetivo fundamental que as pessoas estivessem bem cuidadas – o que representa bem-estar e qualidade de vida. Isso significa que o cuidado não deveria ser considerado um assunto privado e, menos ainda, um assunto de mulheres. Se o cuidado fosse considerado um assunto social, o setor público não deveria atuar como subsidiário da família, isto é, atuar aonde a família “não chega”. Certamente seria necessário um debate social democrático para analisar as opções de cuidados, reorganizar o tempo de trabalho de acordo

\* N. T.: A pegada civilizadora é definida como o tempo, o afeto e as energias amorosas necessárias para a obtenção de qualidade de vida, segurança emocional e equilíbrio psicoafetivo para que um grupo humano tenha garantida sua continuidade. Atualmente, pode-se dizer que em geral os homens consomem mais tempo e mais energias amorosas e cuidadoras para manter seu próprio modo de vida do que para o cuidado que dão.

com as necessidades das pessoas (e não conforme as necessidades das empresas) e, assim, manter uma verdadeira flexibilidade, que permita opções e escolhas pessoais e individuais.

Em síntese, para analisar a fundo a complexidade da realidade do acesso aos cuidados, seria preciso diferenciar os vários aspectos que afetam direta ou indiretamente o acesso aos cuidados ou aos serviços e trabalhos que os cuidados englobam, aspectos esses que, mesmo estando inter-relacionados, não podem ser confundidos uns com os outros. Em primeiro lugar, seria necessário examinar o que se cuida, isto é, em que áreas são necessários os cuidados para que o conjunto da população possa satisfazer suas necessidades diretas, sejam biológicas, sociais ou emocionais.

Em segundo lugar, seria preciso ver quem é a pessoa ou as pessoas principais que realizam as tarefas de cuidado da casa, como, por exemplo, o trabalho doméstico, as atividades de providências e de compras fora de casa ou as atividades que significam cuidado direto do corpo ou cuidados emocionais, afetivos e relacionais. Em terceiro lugar, seria necessário identificar quais os serviços de cuidado disponíveis, no mercado ou no setor público, que facilitam, simplificam ou melhoram a organização das tarefas de cuidado, principalmente as que são feitas em casa e para pessoas, sobretudo para crianças e idosos dependentes. E, em quarto e último lugar, seria preciso estudar o perfil da pessoa cuidada e as possibilidades ou oportunidades que as pessoas têm de poder ser cuidadas de acordo com as características pessoais, que não sejam só a de dependência.

Os indicadores propostos para a capacidade de “acesso a cuidados” estão relacionados basicamente com o segundo e o terceiro aspectos: a) as pessoas ou cuidadoras que fazem as tarefas de cuidado no lar; e b) a disponibilidade de serviços de cuidado oferecidos pelos setores público e privado. De fato, esses dois aspectos de acesso aos cuidados podem ser quantificados e, portanto, é possível elaborar indicadores que permitam demonstrar seu conteúdo. Mas é difícil examinar os perfis do conjunto das pessoas que são cuidadas, embora possam ser obtidos dados sobre perfis de pessoas de mais de 65 anos dependentes que recebem atenção e cuidado. Geralmente, essas são pessoas que não têm condições físicas ou psíquicas necessárias para desenvolver as atividades básicas da vida e sobre elas estão disponíveis vários dados.

## *Indicadores*

### Indicador 1: Tempo de trabalho de cuidados

---

**Definição:** Relação entre o tempo médio de trabalho de cuidados realizado nos domicílios pelas mulheres comparado ao realizado pelos homens.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio e grupos sociais.

**Objetivo:** Mostrar a desigualdade entre mulheres e homens quanto à realização do trabalho de cuidados, ou seja, a desigualdade para oferecer “cuidado”. As subdivisões por idade, tipo de domicílio e estado civil permitem observar os momentos críticos do ciclo vital, quando as pessoas requerem mais cuidados. As subdivisões por grupos sociais permitem observar desigualdades entre as próprias mulheres.

**Importância:** A importância do indicador é dupla. Por um lado, permite observar a relevância social, em termos quantitativos, do trabalho de cuidados e assim destaca-se um aspecto fundamental desse trabalho não remunerado: seu profundo envolvimento nos processos de sustentabilidade social. Essa atividade faz com que a vida continue em condições de humanidade e é a principal responsável pelos cuidados com a vida humana e, particularmente, com seus aspectos relacionais e afetivos. Por outro lado, mostrar a desigualdade entre mulheres e homens no tempo que dedicam ao trabalho de cuidados permite, de maneira indireta, constatar qual o setor da população que está mais bem cuidado, qual a diferença entre o que se dá e o que se recebe, e sobre qual setor da população recai uma parte importante dos processos de reprodução humana e social. Consequentemente, destacar o tempo dedicado ao trabalho de cuidados ajuda a recuperar e nomear uma experiência feminina, fazendo ressaltar seu valor humano e social.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE – Instituto Nacional de Estadística/ IDESCAT – Institut d’Estadística de Catalunya).

## Indicador 2: Tempo de cuidado direto

---

**Definição:** Relação entre o tempo de cuidado direto realizado por mulheres e o realizado por homens, nos lares em que vivem pessoas de 75 anos ou mais, ou crianças de 10 anos ou menos.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e situação de trabalho.

**Objetivo:** Mostrar as desigualdades entre mulheres e homens com relação ao tempo dedicado ao cuidado direto. De forma semelhante à do indicador anterior, este não mede o “acesso a cuidados”. Ao contrário, observa quem oferece cuidado a outras pessoas, principalmente a pessoas que fisicamente não poderiam sobreviver sem cuidado direto, já que não estão em condições de realizar as atividades básicas da vida cotidiana.

**Importância:** Ressaltar quem são as “cuidadoras” e o tempo que o trabalho de cui-

dado requer. Evidenciar a enorme quantidade de tempo que é necessária para atender às necessidades de pessoas que precisam de atenção continuada ou intensiva, por razões de saúde ou idade. Tornar visíveis as desigualdades entre mulheres e homens na realização de uma atividade tão básica para que a vida possa continuar em condições de humanidade: cuidar das necessidades vitais de determinados grupos da população.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

### Indicador 3: Ocupação no trabalho de cuidados

---

**Definição:** Relação entre a porcentagem de homens e a porcentagem de mulheres que realizam trabalho de cuidados com uma dedicação mínima de 20 horas semanais.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, estado civil, tipologia de domicílio e grupos sociais.

**Objetivo:** Trata-se de mostrar a desigualdade entre mulheres e homens com relação à realização do trabalho de cuidados, mas sob uma perspectiva diferente: destacar a duração da jornada de trabalho de cuidados. Neste caso, as divisões estabelecidas permitem observar com mais especificidade as situações críticas do ciclo vital.

**Importância:** A importância deste indicador é que permite demonstrar a situação das pessoas que assumem as tarefas de cuidados como uma coisa absolutamente necessária que deve ser feita para o bem-estar geral e a situação daquelas que somente “ajudam”, isto é, que consideram o cuidado como algo secundário ou como algo que não é de sua responsabilidade. Por outro lado, as pessoas que fazem trabalho de cuidados com uma jornada de no mínimo 20 horas semanais terão conflitos de tempo para participar do mercado de trabalho, o que influi em seu tempo de lazer, em tensões de organização e em sua qualidade de vida.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

### Indicador 4: Ocupação em atividades de limpeza e de cozinha

---

**Definição:** Relação entre a porcentagem de homens e a porcentagem de mulheres que faz, pelo menos, 80% do total de trabalhos de limpeza e de cozinha do lar.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, estado civil, tipologia do domicílio, situação de trabalho e grupos sociais.

**Objetivo:** Evidenciar um tipo de “segregação” feminina em trabalhos de cuidados, já

que as atividades de limpeza e de cozinha (que incluem atividades relacionadas com lavar e passar roupas, limpeza da casa e cozinhar) estão entre as ações domésticas mais feminizadas.

**Importância:** Ressaltar a importância de um tipo de atividade que se realiza em casa, normalmente muito desvalorizado. As atividades de limpeza e de cozinha são importantes tarefas de cuidado não direto, que contribuem para o bem-estar e para a qualidade de vida melhor. A alimentação é uma necessidade humana, mas viver em uma casa limpa e dispor de roupa em estado aceitável são condições básicas do bem-estar. Limpeza e cozinha são atividades tão básicas para que se tenha uma vida cotidiana em condições adequadas que se naturalizam com mais facilidade e, por isso, tornam-se invisíveis. Essas são as atividades mais profundamente assumidas como responsabilidade das mulheres, no mundo simbólico.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

#### Indicador 5: Cuidado de pessoas com problemas de saúde

---

**Definição:** Relação entre a média de tempo social dedicado ao trabalho de cuidados entre homens e mulheres que não têm problemas de saúde, mas que vivem em lares onde há ao menos uma pessoa que os tem.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, situação de trabalho e grupos sociais.

**Objetivo:** Mostrar a dedicação aos cuidados por parte de mulheres e de homens em uma situação específica: a atenção a pessoas com problemas crônicos de saúde. Essa é uma situação da qual os homens costumam estar ausentes.

**Importância:** Permite observar as desigualdades entre mulheres e homens em um trabalho de cuidados que os homens geralmente não assumem. Dadas as características desse tipo de pessoa doente, a situação tende a se manter no tempo, com graves efeitos sobre a saúde e o trabalho de mercado da pessoa cuidadora. E é por isso que se trata de um indicador importante para mostrar se há ou não evolução nas desigualdades entre mulheres e homens.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT).

#### Indicador 6: Pessoas cuidadoras não remuneradas

---

**Definição:** Relação entre o número de mulheres que atuam, no lar, como cuidadoras principais não remuneradas de algum membro da família com mais de 65 anos com dificuldades para realizar as atividades básicas da vida cotidiana e o número de homens na mesma atividade.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, tipologia do domicílio, situação de trabalho e grupos sociais.

**Objetivo:** Mostrar a desigualdade entre mulheres e homens no cuidado de pessoas idosas, cuidado que se apresenta como uma necessidade crescente em nossa sociedade e que, de fato, está sendo assumido de forma absolutamente majoritária pelas mulheres.

**Importância:** A importância do indicador é dupla. Por um lado, ressaltar a necessidade de cuidados exigida pelas pessoas idosas. É indispensável que a sociedade tenha alguma solução para essa problemática. Por outro lado, mostrar a atual feminização das pessoas “cuidadoras”, aspecto que não tem nada de insignificante. Diversos estudos mostram a consequência negativa na qualidade de vida das cuidadoras não remuneradas e os problemas de saúde física e psíquica que as estão acometendo. Se o objetivo social é o bem-estar de todas as pessoas, nessa situação se estaria conseguindo o bem-estar das pessoas idosas à custa do “mal-estar” das cuidadoras. O envelhecimento demográfico crescente naturalmente torna o problema ainda mais grave.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Utilização de Tempo 2002/2003 (INE/IDESCAT), IMSERSO.

#### Indicador 7: Taxa de escolarização no primeiro ciclo de educação infantil (de 0 a 3 anos)

---

**Definição:** Proporção de meninos e meninas de 0 a 3 anos escolarizados em centros educacionais públicos com relação ao total de meninos e meninas de 0 a 3 anos.

**Variáveis:** Tipologia do domicílio, situação de trabalho, titularidade do centro (pública ou privada) e procedência da mãe.

**Objetivo:** Mostrar a extensão da cobertura das creches públicas para o conjunto da população de 0 a 3 anos e detectar a importância que se dá, com base nas políticas educacionais, à escolarização dos meninos e meninas nas primeiras etapas de vida. Examinar se há uma verdadeira colaboração pública na organização das tarefas de cuidados, especialmente para as crianças pequenas ou se, pelo contrário, são serviços que essencialmente precisam ser delegados à família, sobretudo às mães, ou então ser comprados no mercado.

**Importância:** A importância do indicador é dupla, sobretudo se ele constatar uma baixa taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos. Por um lado, porque evidencia o descaso e o pequeno interesse das políticas públicas pela tarefa de cuidado das crianças pequenas. Essa circunstância leva diretamente a pensar que a concepção ainda dominante é a de que as famílias, e especialmente as

mulheres, são as que devem se encarregar das crianças pequenas no seio do lar. Por outro lado, esse indicador é importante porque mostra que a falta de oferta pública desses serviços de cuidado dificulta a participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como diminui a possibilidade de terem mais tempo livre para desfrutar de serviços de cuidados próprios, ou seja, de serviços para “serem cuidadas”.

**Fontes de informação:** Departamento de Educação.

### Indicador 8: Cobertura das bolsas-alimentação

---

**Definição:** Oferta em relação à demanda de bolsas-alimentação na escola pública para meninos e meninas de 3 a 12 anos.

**Variáveis:** Titularidade da escola (pública ou privada subvencionada) e procedência.

**Objetivo:** Trata-se de estudar a proporção de centros educacionais públicos e privados subvencionados com serviços de alimentação que oferecem bolsas-alimentação para meninos e meninas de 3 a 12 anos e, dessa forma, demonstrar as facilidades ou dificuldades que as famílias têm, em especial as mães, para poder organizar seu tempo de trabalho e pessoal ao longo da jornada, sem interrupções, principalmente no meio do dia.

**Importância:** A importância deste indicador é que permite mostrar se as famílias, e sobretudo as mulheres, têm possibilidades ou obstáculos para organizar o “tempo” do dia e para desfrutar de autonomia suficiente para definir como querem a distribuição de seu tempo de trabalho. Para isso, a disponibilidade de bolsas-alimentação nas escolas públicas pode ser um recurso importante para que as mulheres tenham participação continuada no mercado de trabalho. Além disso, como no indicador anterior, a oportunidade de dispor de tempo no meio do dia pode ajudá-las a dispor de mais tempo livre para “se cuidar”.

**Fontes de informação:** Departamento de Educação

### Indicador 9: Cobertura da atenção residencial

---

**Definição:** Número de vagas em centros residenciais públicos e privados para pessoas dependentes de 65 anos ou mais em relação à demanda por essas vagas.

**Variáveis:** Grupos de idade (mais de 65 anos e mais de 75 anos) e titularidade do centro (público ou privado).

**Objetivo:** Mostrar a vontade da administração pública para colaborar nas tarefas de cuidado a pessoas idosas e, dessa maneira, substituir ou diminuir a par-

ticipação das mulheres nessas tarefas. Examinar as diferenças entre oferta e procura dos serviços residenciais e de cuidados a pessoas idosas. Além disso, o desdobramento do indicador nas diversas variáveis permite esclarecer qual é a cobertura de centros públicos residenciais para as pessoas idosas.

**Importância:** Da mesma forma que os indicadores anteriores, este e os dois seguintes permitem mostrar a ajuda e os recursos oferecidos às famílias, especialmente às mulheres, para que elas possam dividir ou delegar os serviços de cuidado de pessoas dependentes, tanto crianças como pessoas mais velhas. Além disso, os resultados obtidos fornecem uma medida indireta da disponibilidade de tempo que as mulheres têm para se envolver no mercado de trabalho e para ter tempo próprio e cuidar de si.

**Fontes de informação:** Departamento de Bem-estar e Família.

#### Indicador 10: Cobertura de centros-dia

---

**Definição:** Proporção de pessoas dependentes de 65 anos ou mais atendidas em centros-dia, públicos e privados, em relação ao total de pessoas com as mesmas características.

**Variáveis:** Grupos de idade (mais de 65 anos e mais de 75 anos) e titularidade do centro (público ou privado).

**Objetivo:** O objetivo do indicador é complementar a informação do indicador anterior mostrando a abrangência da assistência dada à população idosa, em um segundo nível de atenção.

**Importância:** A mesma do indicador anterior.

**Fontes de informação:** Departamento de Bem-estar e Família.

#### Indicador 11: Cobertura da atenção domiciliar

---

**Definição:** Proporção de pessoas dependentes atendidas em domicílio em relação ao total das pessoas que solicitam esse atendimento.

**Variáveis:** Grupos de idade (mais de 65 anos e mais de 75 anos) e número de horas de atenção por semana.

**Objetivo:** O objetivo do indicador é avaliar os recursos existentes para os cuidados das pessoas idosas em casa. As subdivisões permitem comparar a situação entre sexos, tipo de recursos, grupos de idade e, além disso, dar informação mais específica sobre o número de horas oferecidas por semana, dado esse que permite avaliar a qualidade do atendimento.

**Importância:** No mesmo sentido que os indicadores anteriores, este indicador per-

mite ver o grau de intervenção das políticas públicas em tarefas de cuidado, tradicionalmente realizadas pelas mulheres e pelas quais elas se responsabilizam. Além disso, este indicador é especialmente relevante por mostrar que o âmbito privado e o âmbito público se sobrepõem, já que a maioria das tarefas de cuidado é realizada em casa e, sendo assim, poder contar com esses recursos rompe a lógica de atribuir exclusivamente ao espaço privado a responsabilidade do cuidado das pessoas dependentes.

**Fontes de informação:** Departamento de Bem-estar e Família.

### Indicador 12: Demanda de vagas em residências e centros-dia ou para atenção domiciliar

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres cuidadoras principais e porcentagem de homens cuidadores principais de pessoas de mais de 65 anos que solicitam vagas privadas ou públicas em residências e centros-dia, ou para atenção domiciliar.

**Variáveis:** Nível de dependência, vínculo familiar e titularidade do centro (público ou privado)

**Objetivo:** Observar se há desigualdades entre mulheres e homens na hora de solicitar algum tipo de ajuda para o cuidado de uma pessoa dependente.

**Importância:** Segundo estudos realizados, sabe-se que, em casos em que um membro do casal é dependente e exige cuidado especial, as mulheres tendem a cuidar dos maridos um tempo mais longo que no caso dos maridos quando as dependentes são as mulheres. De maneira que, neste caso, os homens são os que pedem antes o apoio de residências, centros-dia ou atenção domiciliar. Quando se trata de uma filha que cuida dos pais, é mais provável que peça apoio antes, devido à dificuldade de conciliar o cuidado com o trabalho remunerado.

Acompanhar este indicador permitirá verificar se os homens começam a assumir o trabalho de cuidados.

**Fontes de informação:** Não existem.

### Indicador 13: Utilização de licenças-paternidade

---

**Definição:** Porcentagem de homens ocupados no mercado de trabalho, com filhos e filhas com menos de 3 anos, que utilizaram, nos últimos anos, algum tipo de licença à qual têm direito para se dedicar ao cuidado de filhos e filhas.

**Variáveis:** Duração média da licença e tipo de licença.

**Objetivo:** O objetivo do indicador sobre as licenças parentais remuneradas é examinar o tempo protegido e remunerado de que fazem uso os pais para atender aos filhos e às filhas nas primeiras etapas do crescimento.

**Importância:** Essas licenças permitem que os homens com trabalho remunerado tenham um tempo protegido e remunerado para se dedicar ao cuidado de filhos e filhas nas primeiras etapas da vida e para que, nesse sentido, facilitem as tarefas de cuidado, ao menos por um breve período. Por isso é importante saber quantos homens fazem uso desse direito.

**Fontes de informação:** Instituto Nacional de la Seguridad Social.

**Fontes de informação:** Não há.

## 9. ACESSO A UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA

O direito a viver com segurança está diretamente relacionado ao direito à vida, em suas duas vertentes: direito à existência e direito à sobrevivência. O direito à vida é único e dele dependem todos os outros direitos: sem o direito à vida não podemos desfrutar de nenhum outro.

Realizar o direito à vida significa ter condições de subsistência física, psicológica e social para manter um equilíbrio biológico que torne possível assumir plenamente o exercício de todos os demais direitos.

A palavra segurança desperta certo medo, porque historicamente foi entendida como algo relacionado com o Estado, com a segurança do território frente a uma agressão externa ou com a segurança cidadã em sentido policial e de ordem pública. Contudo, o Informe sobre Desenvolvimento Humano de 1994 (ONU) acrescenta um novo sentido ao conceito de segurança: relaciona a segurança com as preocupações das pessoas e com sua maneira de viver na sociedade e aí poder exercer várias opções; vincula a segurança com a paz e com as oportunidades sociais.

Em resumo, a segurança humana se expressa em uma criança que não morre, em uma doença que não se difunde, em um emprego que não se elimina, uma tensão étnica que não explode em violência, um dissidente que não é silenciado. A segurança humana não é uma preocupação com as armas: é uma preocupação com a vida e com a dignidade humana. (Informe sobre Desenvolvimento Humano, 1994)

Neste estudo, referimo-nos, portanto, a esse conceito de segurança, centrado nas capacidades das mulheres, em suas percepções e vivências, em suas possibilidades de construir um espaço de vida próprio e digno.

Viver com segurança é viver sem violências. As mulheres estão mais expostas a sofrer violências, especialmente nos relacionamentos familiares. A violência

familiar ou doméstica é a forma de violência mais visível. Embora a família continue sendo o principal foco de violência, a violência contra as mulheres afeta todos os âmbitos, públicos e privados, e suas causas não devem ser procuradas nos relacionamentos familiares, mas na estrutura patriarcal, nos modelos sociais muito arraigados e na distribuição desigual de poder entre homens e mulheres. As violências contra as mulheres abarcam todos os atos que as controlam, coagem, discriminam, submetem, subordinam ou ignoram, em todos os aspectos de sua existência. O que existe de específico na violência contra as mulheres é que essa é uma violência sexualizada, que se inflige à mulher pelo único fato de ser mulher.

A insegurança cotidiana das mulheres também está no espaço público: o espaço urbano é pensado e organizado para os homens, sem levar em conta a segurança das mulheres. Há certas situações relacionadas com o projeto das cidades e dos transportes, como algumas pontes, túneis, praças, paradas de ônibus ou metrô, estacionamentos, que provocam temor e insegurança nas mulheres (Massolo, 2005). Um modelo de cidade segura tem que englobar a perspectiva das mulheres no planejamento, na segurança, no transporte e nos equipamentos.

Desde que a violência contra as mulheres saiu do âmbito privado para invadir o espaço público, seja pelo noticiário policial ou pelo espetáculo dos meios de comunicação, produziu-se uma mudança de local social da violência, como se ela tivesse sido domesticada, convertida em algo que pode ser tolerado e consumido. Por sua vez, os poderes públicos tentaram combatê-la a partir de um modelo generalizador e punitivo, reduzindo a violência contra as mulheres somente à violência doméstica ou familiar.

Os poderes públicos intervêm quando o processo de violência torna-se socialmente visível, ou seja, quando a violência é muito aguda e intensa. A insistência em recorrer a um direito penal mais severo é uma opção pouco refletida e de eficácia duvidosa. De fato, e apesar do notável aumento de punições, as mulheres continuam sofrendo violências cotidianas e, de forma particularmente brutal, violência familiar: a realidade nos sacode com um *continuum* de assassinadas ou agredidas por seus companheiros ou ex-parceiros afetivos.

Na Lei orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero, o título de “tutela penal” identifica as mulheres com pessoas e situações de especial vulnerabilidade. Tratar as mulheres como pessoas vulneráveis, equiparando-as com a infância e com a população idosa, confirma o discurso patriarcal e não contribui para promover sua autonomia nem sua capacidade de decisão. As mulheres precisam de espaços e não de uma proteção jurídica que pode chegar a invadir esferas cada vez mais amplas. O sistema penal apenas admite e regula os casos individuais de violência (quantas vezes?, como?, quando?), e dilui a responsabilidade coletiva, social e institucional.

O Direito é uma ferramenta que pode ser utilizada para dar novo significado a determinadas condutas enraizadas no modelo patriarcal, mas uma definição limitada de violência não é suficiente. É preciso conceituar e nomear todas as formas de violência, para que sejam reconhecidas e se tornem visíveis.

É preciso analisar também como o próprio caráter do aparelho judicial tem um papel de dissuasão ao receber denúncias. Os processos judiciais fundamentam-se em fatos objetivos e demonstráveis, não consideram as subjetividades e não respeitam nenhuma intimidade para chegar à verdade dos fatos. A mulher presente ao julgamento contra seu agressor tem que tornar públicos, diante de pessoas desconhecidas, muitos detalhes íntimos, e tem que reviver publicamente toda a dor da agressão (pior ainda se foi agredida por uma pessoa conhecida e querida), sem ter nenhuma certeza de conseguir uma resolução favorável. Até que se defina a sentença, a agredida e o agressor – pela presunção da inocência – são tratados pela Justiça com a mesma consideração. Essa hipótese deveria ser levada em conta se se quiser descobrir os motivos pelos quais muitas mulheres não apresentam queixa. Também deve ser considerada a questão das mulheres migrantes sem permissão de residência e que estarão sob ameaça de expulsão se forem fazer uma denúncia.

A informação sobre as violências contra as mulheres melhorou nos últimos anos, quando foram surgindo novas suspeições de violência, mas a visibilidade continua sendo parcial e incompleta. Quase todas as estatísticas são policiais e judiciais e referem-se à violência criminalizada, isto é, à violência que pode ser denunciada como crime, e, dentro dessa categoria, os dados limitam-se à violência familiar e às formas limite e visíveis de violência física: as que atentam contra a vida ou a integridade física das mulheres, as que as deixam feridas, com contusões, fraturas.

Em menor escala, os dados se referem a outras manifestações da violência contra as mulheres, inclusive às que acompanham a violência física dentro do âmbito familiar: o ambiente violento em casa, abusos emocionais, abusos e agressões sexuais, coações etc.

Finalmente, há uma grande falta de dados sobre a violência estrutural, como a feminização da pobreza, a discriminação salarial, a segregação sexual do mercado de trabalho, a falta de acesso à educação, o tráfico de mulheres, entre outros.

As estatísticas não podem dar conta da dimensão quantitativa e qualitativa das violências contra as mulheres, mas tentaremos iniciar um sistema de indicadores que, em uma primeira fase, e partindo dos modelos de medição e avaliação existentes, permita detectar e tornar visíveis as situações de violência. Um sistema de indicadores que, posteriormente, englobe elementos que prevejam a insegurança das mulheres no sentido amplo do bem-estar, da liberdade, da plenitude de direitos, das possibilidades de ter acesso a um projeto próprio de vida.

O Observatório contra a Violência Doméstica e de Gênero é um organismo constituído no seio do Conselho Geral do Poder Judiciário espanhol, que tem como objetivo fundamental acompanhar as sentenças e resoluções judiciais no campo da violência doméstica ou familiar. O serviço de relatórios do Observatório publica regularmente as estatísticas judiciais com relação à violência familiar em toda a Espanha, separadas por regiões e por mulheres nativas ou estrangeiras. Esses relatórios também contêm dados sobre o número de mulheres assassinadas, as denúncias apresentadas, as medidas cautelares civis e penais concedidas, as denúncias retiradas e as formas como têm sido encerrados os procedimentos.

Na Catalunha, o principal instrumento para medir a segurança da cidadania é a Pesquisa de Segurança Pública da Catalunha, apresentada anualmente. O fundamento teórico da pesquisa é a definição social da delinquência, isto é, as pessoas é que definem quais e quantos de seus relacionamentos sociais representam delinquência, tenham elas denunciado ou não tais fatos à polícia ou à justiça. Para essa pesquisa, as pessoas entrevistadas é que atribuem o caráter de delito às diversas agressões que viveram. Mesmo com a elevada percepção social da violência contra as mulheres, essa não é reunida em uma seção específica. Algumas condutas que têm relação com a violência contra as mulheres, como *agressão física ou tentativa de agressão física, ameaças, coações e intimidações*, aparecem somente no âmbito denominado *segurança pessoal*.

Nos indicadores propostos a seguir, quando se fala de violência contra as mulheres faz-se referência a todas as formas de violência e, mais concretamente, às formas apontadas no anteprojeto de Lei dos Direitos das Mulheres para a Erradicação da Violência Machista. Os cinco primeiros indicadores referem-se à violência contra as mulheres no âmbito doméstico e os três últimos referem-se ao âmbito público e se ligam aos indicadores de “acesso à mobilidade adequada”. Também é importante considerar as mulheres com deficiência, para saber qual a incidência real de violência nesse segmento, que padece de maneira mais aguda de violências contra as mulheres.

## ***Indicadores***

### **Indicador 1: Autopercepção das violências**

---

**Definição:** Número de mulheres que declaram ter sofrido violência, independentemente de terem ou não denunciado os atos de violência.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, existência ou não de filhas e filhos, nível social e distribuição geográfica.

**Objetivo:** Detectar a autopercepção das mulheres que sofreram violências: se atribuíram ou não caráter delituoso ao fato ou fatos que sofreram, e se os de-

nunciaram. Conhecer o índice crescente ou decrescente de denúncias e o índice de vitimização.<sup>10</sup>

**Importância:** Os dados de que dispomos tornam visíveis apenas as violências denunciadas. É importante conhecer os dados de violências contra as mulheres na Catalunha a partir de suas próprias percepções e vivências, o que nos dará uma visão mais exata do fenômeno. Quando são as próprias mulheres que atribuem, ou não, caráter violento aos atos que sofreram, isso confere um valor significativo aos dados. A possibilidade de introduzir a violência contra as mulheres como um campo específico de análise, na Pesquisa anual de Segurança Pública da Catalunha, faz com que a violência sofrida pelas mulheres seja vista como uma questão de segurança cidadã.

**Fontes de informação:** Não existem. Propomos introduzir perguntas nesse sentido na Pesquisa anual de Segurança Pública da Catalunha.

## Indicador 2: Dimensão das violências contra as mulheres

---

**Definição:** Número e porcentagem de mulheres submetidas à situação de violência, tanto as que se autotransformam como maltratadas quanto as que, apesar de se encontrarem em uma situação objetiva de violência, não reconhecem sua situação.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, existência ou não de filhas e filhos, nível social e distribuição geográfica.

**Objetivo:** Conhecer, tornar visível e quantificar a realidade oculta da violência e suas modalidades; detectar a percepção subjetiva da violência e a resistência pessoal e social aos maus tratos, especialmente nas situações de violência familiar.

**Importância:** Os dados que temos sobre a violência contra as mulheres são escassos e fragmentados. Uma boa maneira de superar a falta de informação é recorrer a *pesquisas de vitimização*. Essa ferramenta é importante porque permite identificar as situações de violência por que passam as mulheres, estejam elas conscientes ou não de que as sofrem, dado que descrevem situações concretas e objetivas de violência, sem as classificar como tais.

**Fontes de informação:** Macropesquisa de “Violência contra as Mulheres” (âmbito familiar), do Instituto da Mulher, realizada, de maneira pontual, em 2002.

10. Quando falamos de “vitimização”, estamos utilizando a terminologia de uso corrente. O termo, porém, contém contradições. O conceito de vítima conota desvalorização, já que define a pessoa por aquilo que perdeu (valor, integridade física, etc.), ao mesmo tempo em que contém um estigma que acompanhará a pessoa para sempre. O conceito aplicado às mulheres reforça ainda mais a visão que as apresenta como fracas e necessitadas de proteção. A palavra “vítima” oculta a coragem que a mulher agredida e violentada tem para superar a situação e seguir em frente. Se morreu por causa da agressão, chamá-la vítima deixa em segundo plano o que foi e fez na vida.

### Indicador 3: Grau de satisfação com o sistema policial e o judiciário

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres que declaram satisfação em sua experiência com o sistema policial e o judiciário.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, existência ou não de filhas e filhos, nível social e distribuição geográfica.

**Objetivo:** Mostrar as experiências que tiveram com o sistema policial e o judiciário as mulheres que denunciaram violências e sua percepção sobre a qualidade do serviço recebido; o tratamento, a informação e a atenção dispensados a elas; a rapidez; a segurança transmitida; o estado das instalações e dos serviços; as barreiras arquitetônicas; o tempo de espera; a compreensão da linguagem jurídica; a informação sobre sua denúncia ou sobre o procedimento judiciário e o tratamento e o profissionalismo da advogada ou advogado que a defendeu.

**Importância:** Diversos estudos mostraram reivindicação crítica da cidadania sobre o Poder Judiciário. O atendimento às vítimas em geral, e às mulheres que sofreram violências, em particular, é uma das matérias não resolvidas do Judiciário. Citaremos apenas um exemplo: os dois novos juizados de violência contra a mulher criados na cidade de Barcelona não têm uma sala de espera separada para as vítimas, de maneira que a mulher tem que aguardar na mesma sala que o acusado, com o agravante de que o tempo de espera nesses juizados supera a média de outros juizados.

**Fontes de informação:** O indicador proposto poderia ser agregado como variável à Pesquisa sobre a Opinião do Judiciário da Catalunha, Departamento de Justiça e *Síndic de Greuges de Catalunya* (defensor popular).

### Indicador 4: Detecção dos abusos emocionais e físicos pelos centros de atenção primária (serviços sociais e serviços de saúde)

---

**Definição:** Número de mulheres que, tendo sofrido abuso e violência física, têm esses fatos detectados, indiretamente, nos centros de atenção primária.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível social e distribuição geográfica.

**Objetivo:** Que os profissionais da atenção primária avaliem os sinais de suspeita de maltrato e possam detectar precocemente as situações de violência, para poder intervir junto à mulher nas fases iniciais da violência, garantir o conhecimento da realidade, definir e mobilizar recursos sociais. Este indicador permite ir além dos índices relacionados com a mortalidade, que são apenas a ponta do iceberg desse problema de saúde pública.

**Importância:** A violência contra as mulheres é um dos problemas de saúde pública mais importantes, por sua crescente incidência e mortalidade. Aproximadamente, um terço das mulheres do mundo são vítimas de maus-tratos, violações, estupro e assassinatos. Esse problema reduz anos de vida e a qualidade de vida, em consequência de lesões físicas e psicológicas irreversíveis, ou da própria morte, em alguns casos. Os abusos emocionais, sexuais e físicos deixam graves sequelas psicossomáticas, como depressão, ansiedade, síndrome de estresse pós-traumático, fadiga, gastrite, cefaleia e outros, e isso constitui um grave problema de saúde pública. A ONU reconhece que a violência contra as mulheres é um obstáculo para atingir a igualdade de oportunidades e promover o avanço das mulheres e, consequentemente, para o desenvolvimento da sociedade. Como a imensa maioria da população passa pelos serviços de atenção primária, isso os converte em locais privilegiados para identificar precocemente situações de violência. Este indicador está diretamente vinculado à capacidade “acesso à saúde”.

**Fontes de informação:** Informe sobre a Violência de Gênero na Catalunha, do Departamento de Saúde. No caso dos serviços sociais não há um único registro que permita obter a informação.

### Indicador 5: Vitimização a médio prazo

---

**Definição:** Proporção de mulheres que não sofrem mais sequelas da violência, passados quatro anos desde que apresentaram a primeira denúncia.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível social e distribuição geográfica.

**Objetivo:** Mostrar a vitimização secundária, as dificuldades do sistema legal em dar satisfação às mulheres que sofreram violências e o funcionamento dos recursos sociais para reparar os danos sofridos pelas mulheres e promover sua recuperação integral.

**Importância:** A vitimização secundária é a que deriva do próprio sistema, ou seja, da relação da vítima com os sistemas policial, jurídico e social. Como sabemos, a violência provoca danos em todas as áreas da personalidade, sequelas físicas, psíquicas e de relacionamento, isolamento, o empobrecimento, entre outros transtornos. Sendo assim, a recuperação da mulher envolve a reparação dos danos sofridos em todas essas áreas, para que ela possa readquirir todas as capacidades que a violência lhe retirou.

Este indicador tem, portanto, uma dupla importância. De um lado, tornará possível detectar a satisfação da mulher com o sistema legal, a médio prazo, após o fim do processo judicial: verificar como a mulher se sentiu nas diversas fases do

procedimento judicial, se foi dada uma sentença condenatória e se essa sentença foi executada, se o sistema penal serviu para intimidar o agressor e para acabar com os abusos e as agressões. Por outro lado, também será possível avaliar a resposta dos órgãos públicos, isto é, verificar se, além da oferta de serviços de emergência, acolhimento e assistência, há também recursos e programas destinados ao restabelecimento, ao ressarcimento e à recuperação integral das mulheres.

**Fontes de informação:** Não existem. Seria importante fazer esse acompanhamento.

#### Indicador 6: Percepção da violência segundo o bairro de residência

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres que declaram se sentir inseguras no bairro em que vivem.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível social, distribuição geográfica.

**Objetivo:** Mostrar a ligação entre o planejamento e o desenho urbanos e a percepção de segurança ou insegurança pelas mulheres.

**Importância:** O entorno e as características estruturais dos bairros são fatores importantes na hora de explicar o medo e a percepção de insegurança das mulheres. Quando a pessoa tem a percepção de que seu bairro é desagradável, é maior sua possibilidade de sentir medo de delitos. O espaço não é neutro, uma boa disposição pode aumentar a sensação de segurança. A importância do contexto comunitário também influi no sentimento de segurança. Ter os dados subdivididos por bairros ajudará a reforçar a identidade do bairro e a planejar as melhorias urbanísticas, sociais, econômicas e ambientais.

**Fontes de informação:** Pode-se elaborar uma questão pertinente na Pesquisa anual de Segurança Pública na Catalunha, IDESCAT.

#### Indicador 7: Número de porteiros eletrônicos nos edifícios e visibilidade das partes internas dos edifícios

---

**Definição:** Porcentagem de agressões sexuais cometidas contra as mulheres, por parte de desconhecidos, no saguão de entrada de edifícios urbanos com falta de segurança e sem porteiro eletrônico sobre o total de mulheres agredidas no espaço público.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível social, distribuição por bairros e por faixas horárias.

**Objetivo:** Evidenciar o perigo que representam para as mulheres a falta de visibilidade na entrada dos edifícios, os cantos e ângulos escondidos nos saguões e a ausência de porteiros eletrônicos.

**Importância:** Um dos lugares mais perigosos para a segurança das mulheres é a via de acesso ao domicílio: grande parte das agressões sexuais se produzem perto da entrada dos edifícios. Não existe nenhuma norma de segurança que evite os ângulos ou espaços sem visibilidade no planejamento dos saguões. Alguns estudos apontam que a existência de porteiros eletrônicos diminuiria o risco de agressões sexuais.

**Fontes de informação:** Não existem, mas o Departamento de Meio Ambiente e Habitação é o único que poderia levantar esses dados ou poderia ser feita uma pergunta adequada em alguma pesquisa específica.

### Indicador 8: Violência contra as mulheres nos espaços públicos

---

**Definição:** Proporção de agressões sexuais cometidas contra as mulheres em corredores das estações de metrô, pontos de ônibus, estacionamentos, parques ou áreas não urbanizadas.

**Variáveis:** Procedência, faixas de idade significativas, nível social, distribuição por bairros e por faixas horárias.

**Objetivo:** Demonstrar que o planejamento dos espaços públicos se fez sem levar em conta a segurança das mulheres e que nas cidades existem espaços de alto risco para elas, como as passarelas e corredores do metrô, os pontos de ônibus mal localizados e pouco visíveis, os estacionamentos e outras áreas não urbanizadas.

**Importância:** O metrô provoca muita insegurança nas mulheres, especialmente durante a noite, nas conexões entre estações com longos corredores e sem vigilância; alguns pontos de ônibus têm uma localização perigosa, isolada, com pouca visibilidade e escassa circulação de pessoas. A falta de luz e de vigilância noturna completam esse panorama de alta insegurança para as mulheres, panorama que seria muito útil relacionar ao indicador de crimes que está sendo proposto.

**Fontes de informação:** O Departamento de Justiça e o Departamento de Interior podem identificar o número de denúncias e o espaço concreto onde as agressões foram cometidas, ainda que se considere que os dados do Departamento de Interior sejam parciais, dado que a implantação dos Mossos (polícia catalã) não é completa.<sup>11</sup>

## 10. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NA COMUNIDADE

Na palestra apresentada pela Ca la Dona (Casa da Mulher) no Congresso das Mulheres de Barcelona (Ca la Dona, 1998), a participação é definida como

11. Desde 1994, a corporação policial Mossos d'Esquadra tem funções de polícia judiciária e polícia ostensiva na Catalunha. A partir de 2005, a corporação passou a assumir várias funções de policiamento (como polícia do meio ambiente, controle do trânsito e unidades de segurança cidadã), começando por Barcelona.

“qualquer atividade, ação e decisão que tenha influência na construção da sociedade”. Essa maneira de entender a participação inclui formas, planos e âmbitos muito diversos, e põe em dúvida a afirmação de que as pessoas somente participam quando fazem parte de instituições do Estado (órgãos de administração pública, partidos, sindicatos etc.), de movimentos sociais ou de associações da sociedade civil. É certo que nesses âmbitos são tomadas decisões que afetam a vida das pessoas, porque organizam a sociedade, definem seus valores e desenvolvem capacidades coletivas para utilizar os recursos materiais. Em síntese, definem as condições socioeconômicas em cujos limites se darão a criação e recriação da vida. Se as condições sociais são favoráveis, isso facilitará a tarefa de garantir a continuidade das gerações.

No entanto, a vida das pessoas não depende apenas dessas decisões. A vida depende, fundamentalmente, do trabalho de cuidados que se realiza no âmbito doméstico, onde são atendidas as necessidades físicas, psíquicas e emocionais, da infância até a velhice, na saúde e na doença. Nem o mercado nem o Estado poderiam assumir os custos dessa enorme tarefa – chamada *civilizadora* por algumas correntes do pensamento feminista (Livraria de Mulheres de Milão, 1996) –, tanto por seu alcance quanto pela impossibilidade de mercantilizar os afetos incorporados às tarefas de cuidado. Esse âmbito doméstico é considerado parte do espaço privado, entendido como espaço-tempo onde podem ser tomadas decisões individuais.

Se as atividades e ações realizadas no âmbito privado são tão importantes para construir a sociedade, é um contrassenso deixá-las de lado quando nos preocupamos com a participação das pessoas na sociedade e só levar em conta os espaços considerados públicos. Mas a concepção dicotômica público/privado – tratada na primeira parte deste estudo –, proposta pela ideologia liberal, divide a sociedade humana em duas esferas separadas, das quais somente a pública tem valor, enquanto a outra permanece invisível e desvalorizada. Essa concepção corresponde à experiência masculina, que pode desempenhar livremente suas atividades no âmbito público porque suas necessidades físicas e emocionais são satisfeitas no âmbito privado, às custas do trabalho invisível das mulheres.

O pensamento feminista, baseado na experiência das mulheres, demonstrou que, na vida humana, não existem compartimentos estanques, porque a realidade é bem mais fluida e resiste a que lhe ponham limites. A vida das mulheres é um constante transitar entre os diversos espaços privados e os diversos espaços públicos, em experiências contínuas que confirmam a permeabilidade desses espaços. Mais ainda, essas experiências fazem duvidar de que tais espaços sejam compartimentados e independentes um do outro. A maior ou menor participação das mulheres nos vários espaços e as dificuldades que elas têm que superar para poder transitar de uns a outros são muito diferentes, dependendo de seu nível econômico e de sua procedência, e mesmo assim passam por mudanças nas dife-

rentes etapas da vida. Há algo que Remei Sipi (Sipi, 2004) explica em relação às mulheres migrantes e que pode ser estendido à grande maioria das mulheres: elas não têm acesso a um espaço privado pessoal, podem transitar livremente somente pelo espaço doméstico, e, com limitações, pelo espaço público. Por isso, se querem dispor de um pequeno espaço privado pessoal têm que o construir dentro do espaço doméstico. Apenas as mulheres com alto nível de rendimentos têm possibilidade de conseguir um espaço privado pessoal.

Da experiência feminina aprendemos que a sociedade humana se caracteriza por um conjunto de espaços inter-relacionados (privado, pessoal, doméstico, público) que se modificam e reforçam reciprocamente. Da mesma maneira que as decisões políticas e econômicas afetam as condições de vida das pessoas, as decisões tomadas no âmbito pessoal, doméstico e privado afetam o conjunto da sociedade e modificam as políticas institucionais e as econômicas. Os partidos políticos e as instituições estão sempre pendentes da chamada opinião pública, que é a soma das opiniões privadas. Embora sejam influenciadas pela propaganda e a publicidade, essa influência só é eficaz se estiver ligada à própria experiência, que é a base da opinião individual. O consumo, por exemplo, é o resultado de todas as pequenas e grandes decisões tomadas na vida doméstica, e essas decisões podem afundar empresas muito poderosas.

Os valores coletivos são transmitidos no âmbito privado, tanto os valores que fazem parte da cultura dominante como os valores das subculturas que se desenvolvem paralelamente, em situações de ditadura ou de ocupação militar, ou entre minorias oprimidas. Ao mesmo tempo, as vontades coletivas são o resultado dos desejos, decisões e necessidades individuais que surgem do âmbito privado e se projetam em um sujeito coletivo.

Tal como se diz no texto citado acima, de Remei Sipi, é preciso romper definitivamente a dicotomia entre público e privado e deixar que a complexidade da vida humana se manifeste. Por isso, é preciso que as mulheres possam aplicar, nos espaços tradicionais de decisão, sua experiência e o conhecimento obtido no âmbito privado. O reconhecimento desse saber terá que incluir uma mudança substancial no caráter das instituições públicas, estatais e cidadãs. Ao mesmo tempo, para que as mulheres tenham acesso aos espaços públicos de decisão, será preciso torná-los flexíveis, do ponto de vista do tempo e do espaço, para que a movimentação possa fluir em todas as direções.

A modificação desses espaços públicos deve trazer como consequência a modificação dos espaços pessoais e privados, na recuperação de seu valor social, no compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres, na repartição mais equitativa para as mulheres do tempo e do espaço pessoais.

Indicadores que pretendam acompanhar o grau de participação das mulheres – com toda sua diversidade – no conjunto de nossa sociedade, deveriam

refletir, como ponto de partida, a realidade que se dá nos diversos âmbitos (privado, pessoal, doméstico, público), e como essa realidade vai se modificando. Seria preciso também esclarecer como interagem os diferentes espaços e de que maneira a revalorização dos espaços privado e doméstico modifica os demais.

Como no conjunto deste trabalho já foram elaborados indicadores relativos ao espaço doméstico, ao espaço pessoal e alguns relacionados ao espaço público, aqui vamos tratar de indicadores referentes aos aspectos do espaço público que não foram abordados nos itens anteriores, e, mais especialmente, nos pontos de interseção entre os diferentes espaços.

Será necessário conhecer, em termos quantitativos, a menor participação das mulheres nas instituições do Estado (administração, partidos, sindicatos etc.), nos movimentos sociais ou nas associações da sociedade civil, e acompanhar como evolui essa participação. Sabemos, no entanto, que os indicadores quantitativos não demonstram os motivos que explicam a menor participação. Sendo assim, será preciso ter indicadores para ver qual a importância de outros fatores que poderiam influir nessa questão, sem ser somente aquele da recusa dos homens em compartilhar espaços que sempre controlaram com exclusividade. De saída, uma hipótese evidente é a da falta de tempo disponível devida ao ônus extra das tarefas domésticas e de cuidados. Dessa maneira, o fator tempo deverá ter papel fundamental nesses indicadores.

Mas o tempo não é tudo. Virgínia Woolf (Woolf, 1999), na primeira metade do século XX, já explicitou que o poder, tal como o conhecemos, é uma construção feita na medida para os homens, e frente ao qual as mulheres se sentem estranhas. Desde então, e até agora, o debate continua aberto e nos oferece uma hipótese bastante sugestiva, que vale a pena considerar na hora de elaborar indicadores de participação feminina no espaço público. Deveríamos verificar, então, qual é o grau de identificação das mulheres em relação a uma lógica de funcionamento baseada na experiência masculina. Para isso, deveríamos saber, em termos qualitativos, se teriam algum efeito de dissuadir os modelos de atuação das instituições, movimentos ou associações, que devem ser aceitos pelas mulheres como seus, caso queiram participar. No mesmo sentido, seria conveniente verificar se, em sua experiência de participação, as mulheres que optaram por participar encontraram alguma margem para modificar esses modelos com base em seu próprio conhecimento.

Embora coloquemos em um mesmo saco as instituições do Estado, os movimentos sociais e as associações da sociedade civil, para poder situar o espaço público, é claro que as diferenças entre umas e outros são notáveis, e o são exatamente em função do poder político que têm. As instituições do Estado, por definição, exercem o poder político, enquanto os movimentos sociais atuam no controle e contraponto sobre esse poder. Já a atividade das associações da sociedade civil localiza-se mais à margem do poder. No primeiro caso, a responsabilidade adquirida

por eleição democrática obriga a prestar contas ao eleitorado; nos outros dois casos a responsabilidade é estritamente individual. As dinâmicas de funcionamento das instituições do Estado são inflexíveis e exigentes, submetidas constantemente à luta pelo poder, enquanto o funcionamento dos movimentos sociais e das associações da sociedade civil permitem mais flexibilidade, porque dependem totalmente da vontade das pessoas que as constituíram. Seria interessante comparar o grau de participação das mulheres em todos esses âmbitos, porque as diferenças que possamos detectar nos darão uma ideia sobre se a flexibilidade no funcionamento facilita, ou não, a incorporação feminina.

Dissemos antes que o tempo disponível seria um elemento fundamental para que as mulheres pudessem decidir sobre participar, ou não, em atividades públicas, e essa é uma hipótese que seria preciso demonstrar e controlar. Assim, seria interessante um indicador que estabelecesse uma correlação entre a maior participação das mulheres nos três âmbitos apontados com sua disponibilidade de tempo, e que também comparasse os âmbitos, para verificar se dispor de mais ou menos tempo modifica as preferências das mulheres na hora de decidir em qual dos níveis querem participar.

As formas de participação das mulheres são muito diversas e se adequam a suas necessidades. Entre elas destacam-se, por sua singularidade, as redes informais de solidariedade entre vizinhas, parentes ou amigas, que permitem aumentar o tempo disponível e ajudam a cobrir os momentos mais apertados, quando a demanda de cuidados por parte de terceiros ou a demanda profissional exigem mais que o habitual. As características fundamentais dessas redes são a flexibilidade, o intercâmbio de serviços gratuitos e a confiança.

Os espaços de mulheres tiveram e têm papel muito importante na elaboração do pensamento feminista e de estratégias para tornar visíveis o saber e a experiência femininos. Alguns desses espaços se situaram nos marcos dos movimentos sociais (sindicatos, grupos ecologistas e pacifistas, associações de moradoras e moradores com o objetivo de poder atuar dentro do movimento, partindo da experiência própria das mulheres para enriquecê-lo e contribuindo com a especificidade feminina. Essa tarefa ambiciosa, embora não obtenha resultados imediatos, está abrindo caminhos à medida que obriga os homens que militam nos movimentos sociais a olhar de frente a diferença feminina. As mulheres que fizeram essa opção assumiram duplicar sua dedicação pública e isso significa para elas grandes custos em detrimento do espaço pessoal e doméstico.

Há outros espaços de mulheres, independentes de qualquer atividade, que dão lugar para a reflexão coletiva e também para a experimentação coletiva de formas organizativas próprias. Precisamente porque esses espaços foram construídos pelas mulheres, de forma apropriada para elas, supõe-se que seu funcionamento seja mais compatível com o transitar constante da esfera pública à privada e vice-versa.

Por isso, é necessário um indicador que permita comparar a permeabilidade desses espaços na esfera privada com a permeabilidade de outros grupos dos movimentos sociais mistos nessa mesma esfera privada.

Como se comentou ao início, a dificuldade para definir indicadores qualitativos é muito grande. Assim, os indicadores descritos a seguir são quantitativos, mas algumas comparações são possíveis e podem nos dar algumas pistas para fazer avaliações de qualidade e avançar no entendimento dos mecanismos que permitem superar a dicotomia público/privado, para que o mundo comum seja impregnado com a experiência das mulheres e de forma que isso modifique positivamente todos os âmbitos da vida humana.

### *Indicadores*

#### **Indicador 1: Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Mães e Pais (AMPAs)**

---

**Definição:** Relação entre o número total de mães e o número total de pais que participam nos órgãos de decisão e trabalho das AMPAs (Associações de Mães e Pais) das escolas públicas da Catalunha. Será complementado com a porcentagem de associados das AMPAs por sexo sobre o número total de estudantes matriculados nas escolas públicas da Catalunha.

**Variável:** Procedência.

**Objetivo:** Mostrar o grau de participação das mulheres em uma atividade de caráter público que se encontra muito ligada ao âmbito doméstico e que conta com alto grau de participação social.

**Importância:** A busca de indicadores de qualidade que nos permitam conhecer quais são os mecanismos através dos quais as mulheres participam, ou não, nas tarefas sociais públicas, pode nos ajudar a reunir elementos sobre como se dá essa participação em um âmbito social tão importante como a educação. Especialmente, porque as atividades das AMPAs geralmente são realizadas pelas mulheres, incluindo as mulheres migrantes, para as quais as AMPAs são o único ponto de contato com a sociedade de acolhimento. A característica mais importante das AMPAs é que sua atividade se encontra mais vinculada aos horários e ao funcionamento domésticos, de maneira que facilita conciliar a dinâmica do âmbito privado e a do público. A hipótese é a de que, para as mulheres, a escola representa uma extensão de seu âmbito doméstico, já que elas são, majoritariamente, as que asseguram o contato entre família e escola, em todos os aspectos.

A comparação com o indicador número 2: “Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Bairro e de Moradores” trará dados que poderemos interpretar em termos qualitativos.

**Fontes de informação:** Departamento de Educação, Registro de Associações e Entidades Cidadãs, Departamento de Justiça.

## Indicador 2: Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Bairro e de Moradores

---

**Definição:** Relação entre o número total de mulheres e o número total de homens que fazem parte dos órgãos de decisão e participam nas atividades diretas das Associações de Bairro e de Moradores da Catalunha. Será complementada com as porcentagens de associados dessas Associações, por sexo, sobre o número total de habitantes dos bairros e povoados que têm Associações ativas.

**Variável:** Procedência.

**Objetivo:** Conhecer o grau de participação das mulheres no funcionamento e nas atividades do movimento de bairro e de moradores, já que o bairro – local onde se desenvolve a atividade – é o primeiro degrau do espaço público, o mais próximo do espaço doméstico. Esse indicador será comparado com o indicador número 1: “Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Mães e Pais”.

**Importância:** Embora o bairro se encontre próximo do espaço doméstico, e as atividades de moradores sejam, frequentemente, a expressão de problemáticas, necessidades e aspirações dos habitantes de uma comunidade urbana ou rural, a comunicação entre o espaço privado doméstico e o espaço público associativo tem características diferentes das que encontramos na atividade das AMPAs. A hipótese é a de que, neste caso, a participação das mulheres é muito inferior à dos homens. Por isso é interessante comparar esses resultados com os do indicador número 1: “Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Mães e Pais”. Aqui poderemos ver se a proximidade entre o espaço doméstico e o espaço público é suficiente para facilitar a participação das mulheres nas organizações da sociedade civil. A variável procedência também nos dará o grau de atração do movimento de bairro e de moradores sobre as mulheres migrantes. Em todo caso, a comparação entre os dois indicadores nos permitirá refletir sobre quais são as diferenças de funcionamento, de objetivos, de relação com o poder etc., entre AMPAs e Associações de Bairros e de Moradores, e sobre como essas diferenças afetam a participação das mulheres.

**Fontes de informação:** Registro de Associações e Entidades Cidadãs, Departamento de Justiça.

### Indicador 3: Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979

---

**Definição:** Número de prefeitas eleitas em relação ao número de prefeitos eleitos na Catalunha desde 1979 até a atualidade.

**Variáveis:** Por nível social, a fim de poder ver se a procedência social condiciona o acesso à Prefeitura; por grupos segundo o número de habitantes dos municípios (até 1.000; de 1.001 a 5.000; de 5001 a 15.000; de 15.001 a 30.000; de 30.001 a 60.000; de 60.001 a 100.000; de 100.001 a 500.000; mais de 500.000), mandato e partidos políticos.

**Objetivo:** Conhecer a porcentagem de prefeitas eleitas em relação ao número de prefeitos e ver se isso varia em função do número de habitantes do município.

**Importância:** As instituições municipais são as mais próximas de cidadãs e cidadãos, e, tanto nos povoados como nas pequenas cidades, as pessoas eleitas para a Prefeitura são conhecidas por quem as elegeu. Assim, a pessoa eleita para a Prefeitura personifica o poder institucional que se encontra mais próximo da população, o que faz com que seja mais fácil fazer cobranças. Por suas características, a Prefeitura é um cargo que exige grande dedicação de tempo e disponibilidade. Com frequência, o prefeito ou prefeita vê-se na necessidade de atender diretamente as pessoas que encontra pela rua; as tarefas de representação se multiplicam nos feriados e somam-se às longas jornadas de trabalho. Sair à rua implica encontrar-se cara a cara com os problemas que afetam o município. A Prefeitura é um dos cargos públicos mais exigentes na comparação, por exemplo, com ocupar uma cadeira no Parlamento da Catalunha, onde os horários são dados pelo calendário de sessões e as necessidades políticas do grupo parlamentar; e onde o contato com as pessoas representadas é organizado de acordo com os horários e a disponibilidade do deputado ou deputada. Por outro lado, a pessoa que é eleita para a Prefeitura costuma ser a cabeça da chapa mais votada, de maneira que, na competição eleitoral, tenha um papel decisivo para o sucesso da candidatura.

Este indicador será comparado com os seguintes indicadores:

- a. Indicador 4, “Encargos familiares de prefeitas e prefeitos”: Trata-se de ver e comparar as responsabilidades de cuidados que a família do prefeito ou prefeita tem que assumir enquanto a pessoa exerce o cargo público;
- b. Indicador 5, “Mulheres e homens cabeça de chapas municipais com representação desde 1979”: Trata-se de comparar porcentagens para detectar se ter mulheres como cabeças de chapa aumenta ou diminui as possibilidades eleitorais de uma candidatura;
- c. Indicador 6, “Mulheres e homens eleitos para o Parlamento da Catalunha desde 1980”: Comparando as porcentagens de mulheres com as porcenta-

gens de homens nas prefeituras e no Parlamento poderemos ver as diferenças em função do grau de dedicação e de poder que decorrem de ser prefeita ou deputada.

**Fontes de informação:** Relação de Prefeitos e Prefeitas da Catalunha. Departamento de Governança, Federação de Municípios da Catalunha e Associação Catalã de Municípios.

#### Indicador 4: Encargos familiares de prefeitas e prefeitos

---

**Definição:** Número de pessoas de 10 anos ou menos e pessoas de mais de 75 anos que convivem com os prefeitos e prefeitas durante, pelo menos, um terço de seu mandato.

**Variáveis:** Idade, grupos segundo o número de habitantes dos municípios (até 1.000; de 1.001 a 5.000; de 5.001 a 15.000; de 15.001 a 30.000; de 30.001 a 60.000; de 60.001 a 100.000; de 100.001 a 500.000; mais de 500.000), mandato e partidos políticos.

**Objetivo:** Conhecer a dimensão dos encargos familiares das pessoas que estão na prefeitura enquanto exercem o cargo.

**Importância:** Relacionar os âmbitos público e privado das pessoas que exercem cargos de responsabilidade nos permite avançar no conhecimento das dificuldades inerentes a transitar de um espaço ao outro e, especialmente, de como os dois espaços se condicionam reciprocamente e de modo diferente segundo o sexo de quem exerce a representação pública na prefeitura. Este indicador será comparado ao indicador número 3 “Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979”.

**Fontes de informação:** Atualmente não existem. Seria necessário fazer uma pesquisa com prefeitas e prefeitos da Catalunha.

#### Indicador 5: Mulheres e homens cabeça de chapa municipais com representação desde 1979

---

**Definição:** Número de mulheres cabeça de chapa municipais que foram eleitas desde 1979.

**Variáveis:** Nível social, porcentagem de votos obtidos (até 5%, de 5% a 15%, de 16% a 30%, de 31% a 50%, mais de 50%), número de habitantes dos municípios (até 1.000; de 1.001 a 5.000; de 5.001 a 15.000; de 15.001 a 30.000; de 30.001 a 60.000; de 60.001 a 100.000; de 100.001 a 500.000; mais de 500.000) e partidos políticos.

**Objetivo:** O indicador propõe dois objetivos: 1) Determinar a porcentagem de

mulheres cabeças de chapa em relação a de homens cabeças de chapa; 2) Constatar se as chapas municipais encabeçadas por mulheres têm resultados parecidos ou diferentes das encabeçadas por homens.

**Importância:** A disputa eleitoral é fundamental para os partidos políticos já que está em jogo sua cota de poder nas instituições. Por isso, é presumível que apresentem em suas candidaturas, e especialmente como cabeças de chapa, pessoas que, além de contar com a confiança do partido, podem ter maior capacidade de atrair votos, seja por sua popularidade, seu prestígio ou sua capacidade de comunicação. A importância das pessoas cabeças de chapa nas eleições municipais é alta, considerando o caráter “presidencialista” das prefeituras, e aumenta quanto maior for a possibilidade de ganhar os pleitos. Trata-se de analisar até que ponto e em função de que expectativa, os diferentes partidos dão sua confiança à capacidade das mulheres para atrair votos. A outra questão é ver se o eleitorado dá mais ou menos apoio às mulheres cabeças de chapa, em comparação com o apoio que recebem os homens cabeças de chapa.

Este indicador será comparado com o indicador 3, “Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979”.

**Fontes de informação:** Proclamação dos resultados das eleições municipais. Junta Eleitoral Central.

## Indicador 6: Mulheres e homens eleitos para o Parlamento da Catalunha desde 1980

---

**Definição:** Número de deputadas no Parlamento da Catalunha desde 1980 em relação ao número de deputados no mesmo período.

**Variáveis:** Nível social, mandato e partidos políticos.

**Objetivo:** Mostrar as desigualdades entre sexos no que se refere a sua participação como representantes eleitos ao Parlamento de Catalunha.

**Importância:** O Parlamento da Catalunha é a instituição representativa mais importante da sociedade catalã. Por isso, é necessário analisar sua composição segundo o sexo, já que tal composição será indicativa do grau de participação das mulheres nas instituições que exercem poder. Se o Parlamento tem que representar a sociedade catalã, no Parlamento deveria haver uma porcentagem de mulheres correspondente aos 51,68% de mulheres contabilizadas no censo eleitoral. Mas a realidade ainda está bem longe disso.

Para ir além da quantificação do problema e seguir pesquisando as variáveis explicativas da baixa participação feminina nos órgãos de poder, a proposta é comparar este indicador com o indicador 3, “Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979”. A diferença de porcentagem de participação das

mulheres nas prefeituras e no Parlamento pode ser relacionada com o diferente grau de exigência na dedicação, com os horários e com a diferente disponibilidade que exige um cargo executivo muito próximo da cidadania, como é a Prefeitura, em comparação às características do cargo legislativo das deputadas.

**Fontes de informação:** Relação de Deputadas e Deputados no Parlamento da Catalunha. Parlamento da Catalunha. Divulgação dos resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha. Junta Eleitoral Central.

### Indicador 7: Mulheres e homens nas Secretarias Gerais de Governo desde 1980

---

**Definição:** Número de mulheres que exerceram o cargo de secretária-geral de Governo da Catalunha em relação ao número de homens nos mesmos cargos desde 1980.

**Variáveis:** Nível social, mandato e partidos políticos.

**Objetivo:** Conhecer a participação desigual de homens e mulheres nos cargos executivos do Governo.

**Importância:** Além de constatar qual foi o processo de incorporação das mulheres às tarefas executivas, este indicador é um referencial na busca de elementos qualitativos para ilustrar a participação desigual das mulheres, comparando-o com:

a. Indicador 8, “Encargos familiares de secretárias e secretários-gerais de Governo”: Constatar as características do espaço privado relativo aos membros do Governo e detectar as diferenças que possam existir em função do sexo;

b. Indicador 3, “Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979”, já que a máxima responsabilidade municipal também tem caráter executivo, e tanto as pessoas que estão na Prefeitura como as que estão nas secretarias têm o poder de decidir pessoalmente sobre muitos assuntos de Governo, são muito conhecidas pela opinião pública, são valorizadas ou criticadas por seu trabalho pessoal ou sua capacidade para resolver conflitos, e suas atuações são notícia nos meios de comunicação;

c. Indicador 3, “Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979” ao mesmo tempo com o 4, “Encargos familiares das prefeitas e dos prefeitos”, e com o 8, “Encargos familiares de Secretárias e Secretários-gerais de Governo da Catalunha”: Relacionar os quatro indicadores ao mesmo tempo permitirá observar se há mais semelhanças que diferenças nas características do espaço privado das pessoas que estão na Prefeitura e nas secretarias;

d. Indicador 6, “Mulheres e homens eleitos para o Parlamento da Catalunha desde 1980”: Observar como as diferenças de caráter e de exigência entre a função executiva municipal e a legislativa parlamentar podem favorecer ou dificultar a participação das mulheres.

**Fontes de informação:** Relação de Secretárias e Secretários-gerais de Governo, Departamento da Presidência.

### Indicador 8: Encargos familiares de Secretárias e Secretários-gerais de Governo

---

**Definição:** Número de pessoas de 10 anos ou menos e de pessoas de 75 anos ou mais que convivem com as secretárias e os secretários-gerais de Governo da Catalunha durante, pelo menos, um terço de seu mandato.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas, nível social, mandato e partidos políticos.

**Objetivo:** Conhecer a dimensão dos encargos familiares das pessoas que estão nas secretarias enquanto exercem esse cargo.

**Importância:** Relacionar os âmbitos público e privado das pessoas que exercem cargos de responsabilidade nos permite avançar no conhecimento das dificuldades de transitar de um espaço ao outro, e, especialmente, de como os dois espaços se condicionam reciprocamente e de maneira diferente segundo o sexo da pessoa que está na secretaria. Diante da exigência de dedicação que essa tarefa exige, é presumível que a dedicação ao espaço familiar seja muito limitada.

**Fontes de informação:** Atualmente não existem. Seria necessário fazer uma pesquisa junto às secretárias e secretários-gerais de Governo.

### Indicador 9: Mulheres e homens nos órgãos de direção dos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres que participam dos órgãos de direção de centrais sindicais (Comisiones Obreras e Unión General de Trabajadores), em relação ao número de homens dirigentes. Também, porcentagem de mulheres e homens que participam nos órgãos diretivos das duas centrais, em relação com o total de mulheres e homens filiados.

**Variáveis:** Procedência.

**Objetivo:** Detectar a participação diferente de homens e mulheres nos cargos diretivos dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, um terreno que

foi pouco permeável à incorporação das mulheres, situação que ocorreu no período em que se dava a incorporação massiva das mulheres no mundo do trabalho.

**Importância:** Os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, apesar de suas origens como movimentos sociais, tornaram-se instituições mais vinculadas aos Estados que à sociedade civil, devido a sua dependência da legislação que lhes atribui recursos para poderem desenvolver suas atividades. Ao mesmo tempo, o funcionamento dos sindicatos está estreitamente vinculado ao funcionamento do mundo do trabalho, de maneira que os sindicatos estão imersos em uma cultura do trabalho absolutamente alheia à vida privada das pessoas. Por essa razão, o mundo sindical é um dos espaços de participação social que apresentam mais dificuldades à incorporação feminina. Por isso interessa ver qual é o grau de participação das mulheres e comparar com o grau de participação em outras instituições e movimentos sociais. Neste caso, o indicador será comparado com outros, de forma conjunta:

- a. Indicador 1, “Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Mães e Pais”;
- b. Indicador 2, “Participação nos órgãos de decisão e trabalho das Associações de Bairro e de Moradores”;
- c. Indicador 3, “Mulheres e homens nas prefeituras desde 1979”;
- d. Indicador 6, “Mulheres e homens eleitos para o Parlamento da Catalunha desde 1980”;
- e. Indicador 7, “Mulheres e homens nas Secretarias-gerais de Governo desde 1980”.

A comparação entre todos esses indicadores nos mostrará o grau diferente de participação das mulheres, que poderemos relacionar com as características da cada âmbito de participação para obter mais elementos qualitativos da participação ou da ausência feminina nos espaços públicos.

Finalmente, terá que ser comparado com o indicador 10, “Encargos familiares de dirigentes sindicais”, para observar a conciliação dos espaços público e privado, segundo o sexo, nas pessoas que detêm cargos sindicais.

**Fontes de informação:** Confederación Sindical de Comisiones Obreras. Sindicato Unión General de Trabajadores.

### Indicador 10: Encargos familiares de dirigentes sindicais

**Definição:** Número de pessoas de 10 anos ou menos e de pessoas de mais de 75 anos que convivem com mulheres e homens dirigentes sindicais durante, pelo menos, um terço de seu mandato.

**Variáveis:** Faixas de idade significativas e procedência.

**Objetivo:** Conhecer a dimensão dos encargos familiares das pessoas que participam dos órgãos de direção da Comisiones Obreras e do Unión General de Trabajadores enquanto exercem o cargo.

**Importância:** O funcionamento dos sindicatos está vinculado, estreitamente, ao funcionamento do mundo do trabalho, de modo que os sindicatos estão imersos em uma cultura do trabalho absolutamente alheia à vida privada das pessoas. Se os horários de trabalho são exigentes, o trabalho sindical condicionado por esses horários é pouco compatível com dedicar tempo a outros âmbitos da vida. Conhecer os encargos familiares das pessoas que dirigem os sindicatos deve facilitar uma aproximação à dificuldade que as mulheres têm, quando querem participar do mundo sindical.

Será interessante comparar este indicador com os outros indicadores de encargos familiares, para detectar semelhanças e diferenças entre os diferentes âmbitos de participação:

- a. Indicador 4, “Encargos familiares de prefeitas e prefeitos”;
- b. Indicador 8, “Encargos familiares de Secretárias e Secretários-gerais de Governo”.

**Fontes de informação:** Presumivelmente, não há fonte alguma. Seria necessário elaborar uma pesquisa para mulheres e homens dirigentes da Comisiones Obreras e do Unión General de Trabajadores.

### Indicador 11: Mulheres organizadas em grupos de mulheres

---

**Definição:** Número de mulheres que participam em qualquer tipo de grupos de mulheres que têm alguma atividade na Catalunha (culturais, feministas, homossexuais, de bairro, de afinidade, pacifistas, profissionais, festivos, migrantes, sindicalistas, ecologistas etc.), em relação com a população feminina total da Catalunha.

**Variáveis:** Procedência (se isso não for possível, seria necessário buscar dados sobre o número e a porcentagem de mulheres migrantes que se agrupam em organizações femininas).

**Objetivo:** Conhecer em termos absolutos a importância quantitativa dos grupos de mulheres da Catalunha, e, em termos relativos, a porcentagem de mulheres que participam sobre o total da população feminina.

**Importância:** Os grupos de mulheres foram e são fundamentais no processo de tornar visível e dar sentido à existência feminina. Tiveram um papel determinante no movimento feminista que denunciou e enfrentou a dominação patriarcal no campo político. Mas também foram fundamentais para a reflexão e a criação

de pensamento próprio, capaz de repensar o mundo e oferecer outro olhar para enriquecer o pensamento daquilo que Hannah Arendt (Arendt, 1993) chama “o mundo comum”. Os grupos de mulheres foram também instrumentos para tornar públicas problemáticas específicas e defender os interesses de grupos tão diversos como podem ser as migrantes, as lésbicas ou as prostitutas. Da mesma forma, demonstraram ser bons instrumentos para as mulheres que, participando em partidos, instituições, movimentos ou associações mistas, quiseram ter espaços para elaborar uma visão própria de seus problemas comuns. Os grupos de mulheres também serviram e servem para abrir um pequeno espaço público às mulheres fechadas exclusivamente no espaço privado. Quando foi necessário atenuar a ausência de serviços públicos, a auto-organização permitiu abrir caminhos em temas como o planejamento familiar, o aborto em condições seguras ou a proteção a mulheres em situação de violência.

Como os grupos de mulheres têm um funcionamento flexível, muito adaptado às condições concretas e conjunturais, é muito ambicioso querer contabilizar sua existência em um dado momento. Apesar da confiabilidade discutível desses dados, ainda assim vale a pena tentar uma aproximação quantitativa.

**Fontes de informação:** Relação de Grupos de Mulheres da Catalunha. Instituto Catalão das Mulheres. Relação de Grupos de Mulheres da Catalunha aderidos à Rede Feminista. Registro de Associações e Entidades Cidades. Departamento de Justiça.

### **AS MULHERES MIGRANTES: A DIFERENÇA NA DIFERENÇA**

Tem sido longo o caminho percorrido pelas mulheres migrantes na Catalunha para lutar contra a invisibilidade e contra a vitimização (que é outra maneira de ser invisível). A imigração sempre foi tratada a partir do imaginário masculino: considera-se o migrante como um homem. É a partir desse pressuposto que são planejadas e aplicadas as políticas públicas.

A experiência feminina migratória difere da masculina e também situa as mulheres migrantes em contraste com as mulheres “nativas”, tanto no que se refere às capacidades como às necessidades que devem ser atendidas. Ao mesmo tempo, com relação à experiência feminina em geral, as mulheres migrantes incorporam estratégias e experiências diferenciadas que, com frequência, servem de espelho às diversas situações das mulheres em geral.

Por outro lado, a imigração constitui hoje em dia um fato social que gera diversas situações de vida, tanto para o presente como para o futuro. Da importância desse fato social também deriva a necessidade de conhecer muito bem a realidade dele para poder programar políticas mais adequadas. De fato, há poucos dados sobre a imigração na Catalunha que expressem a historicidade desse fenô-

meno social. Por exemplo, sabe-se pouca coisa sobre o significado do processo e das experiências específicas das mulheres da imigração vinda da Andaluzia, do noroeste da Espanha e da região de Murcia.

Em razão, fundamentalmente, das contribuições e críticas feitas pelas mulheres migrantes na região e com o apoio do movimento de mulheres, foram sendo incorporados indicadores (de igualdade) para recolher dados sobre as mulheres migrantes. Mas esse tipo de indicadores é insuficiente para nosso objetivo. Os indicadores não androcêntricos, ao se basear nas experiências das mulheres, as tornam significativas, fundamentais na sustentabilidade da vida e apresentam vantagens para dar conta da história das mulheres e, muito concretamente, das mulheres migrantes, já que a imigração não é uma constante congelada no tempo e tem diversas variáveis temporais. Além disso, utilizar indicadores não androcêntricos também permite considerar a diversidade das mulheres, a diferença na diferença quando se trata de descrever as experiências das mulheres migrantes na Catalunha.

Os indicadores propostos são de dois tipos. Em primeiro lugar, os expostos anteriormente, nas diferentes capacidades, subdivididas pelas variáveis “procedência”, já que, como mulheres, as mulheres migrantes compartilham com as mulheres em geral a diversidade de situações geradas pelo sistema patriarcal.

O segundo tipo são indicadores específicos da situação das mulheres migrantes. O objetivo principal desse tipo de indicadores é duplo: por um lado, tornar visíveis tanto as diferenças como as contribuições das mulheres migrantes sobre suas estratégias no projeto migratório e, por outro, gerar informação para a implementação de políticas públicas adequadas a sua situação social específica.

### *Indicadores específicos da população migrante*

#### Indicador 1: Obtenção de permissão de trabalho

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e porcentagem de homens que têm direito a trabalhar (legalmente e com os respectivos direitos sociais).

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência (não anos de residência legal).

**Objetivo:** Identificar as desigualdades relacionadas a poder trabalhar com direitos sociais. Normalmente há um elemento discriminatório, já que muitas mulheres têm permissão para reagrupamento familiar, o que as impede de poder trabalhar legalmente; ou não têm nenhuma permissão. Ao contrário, os homens têm acesso mais fácil ao mercado, mesmo que tenham um início de reagrupamento familiar.

**Importância:** Mostrar, por um lado, a porcentagem de mulheres que obrigatoriamente dependem dos homens (por imperativo legal) e, por outro, o benefí-

cio do mercado por utilizar mão de obra barata, com salários mais baixos e sem custos sociais trabalhistas. O fato de estar em uma situação irregular faz com que muitas mulheres busquem trabalho no serviço doméstico, situação em que é mais fácil se incorporar sem ter direito legal ao trabalho.

**Fontes de informação:** Licenças de trabalho para estrangeiros, Subdireção Geral de Estatísticas (MTAS).

## Indicador 2: Prazo para a obtenção de licenças administrativas

---

**Definição:** Média de tempo que mulheres e homens esperam até conseguir poder trabalhar regularmente e com direitos sociais.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência (não anos de residência legal), situação de trabalho anterior.

**Objetivo:** Visibilizar as estratégias das mulheres em seus projetos migratórios. Considerar o projeto migratório como processo com diferentes períodos temporais.

**Importância:** O indicador é importante por partir do fato de que a grande maioria das mulheres migrantes vem com a motivação de trabalhar; ou, em qualquer caso, uma vez na Espanha se veem na obrigação de fazê-lo por causa da precariedade da ocupação masculina. O tipo de ocupação que normalmente podem ter e que o mercado solicita – como foi dito anteriormente – são serviços domésticos (cuidado de meninos e meninas, de pessoas idosas etc.). Portanto, nos deparamos com a situação de que não só as mulheres migrantes vêm realizar as tarefas de cuidados que nossa sociedade não resolve, mas, também, que o fazem em condições de “não direitos”. Conhecendo sua situação trabalhista anterior à obtenção da licença, pode ser feita uma aproximação ao tempo em que trabalharam em situação irregular. Para ter uma ideia da fragilidade da situação das mulheres migrantes, basta lembrar que trabalhar sem licença de trabalho é motivo de expulsão do país, inclusive se se tem uma permissão de residência por reagrupamento familiar.

**Fontes de informação:** Não há informação.

## Indicador 3: Renovação das licenças

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e porcentagem de homens que conseguem renovar suas licenças iniciais (que são de um ano).

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência (não de residência legal).

**Objetivo:** Mostrar a insegurança jurídica e as possíveis diferenças entre mulheres e homens migrantes nos momentos de renovação das licenças administrativas que exigem requisitos como, por exemplo, um novo contrato de trabalho de um ano de duração.

**Importância:** Nas diversas estratégias para realizar seus projetos migratórios, as mulheres migrantes encontram barreiras legais e vivenciam a insegurança decorrente dessas barreiras. É importante ter informação sobre a renovação de licenças para as mulheres, porque muitas aproveitam essa ocasião para sair dos *nichos trabalhistas*, como o serviço doméstico, e tentar buscar trabalhos mais adequados a sua formação e expectativa de trabalho. A estratégia de muitas mulheres é conseguir a primeira licença por serviço doméstico, mas somente como um estágio de seu projeto migratório, para depois buscarem outro trabalho. Além disso, poderá ser obtida informação sobre as desigualdades existentes (no mercado de trabalho) entre homens e mulheres.

**Fontes de informação:** Licenças de trabalho a estrangeiros, Subdireção Geral de Estatísticas (MTAS).

#### Indicador 4: **Tramitação da nacionalidade**

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres migrantes e homens migrantes que obtêm nacionalidade espanhola.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de residência.

**Objetivo:** Mostrar as possíveis desigualdades entre mulheres migrantes e homens migrantes na obtenção da nacionalidade espanhola e, ao mesmo tempo, verificar as desigualdades segundo os países de procedência.

**Importância:** Muitas mulheres migrantes não têm acesso à informação sobre os trâmites para obter a nacionalidade, e, se são casadas, muitas vezes se exige delas a presença dos maridos nesse momento, e, em muitos casos, até mesmo a permissão expressa deles. Também, dependendo dos países de origem, muitas mulheres podem ter atraso ou veto em seu direito a nacionalidade por residência.

**Fontes de informação:** Delegação do Governo. Ministério do Interior.

#### Indicador 5: **O trabalho sexual, o trabalho doméstico, o trabalho em serviços**

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres migrantes e porcentagem de homens migrantes que trabalham nesses setores em relação com a população total de mulheres migrantes e homens migrantes, respectivamente.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência, local de trabalho (rua ou logradouro).

**Objetivo:** Mostrar o impacto do trabalho sexual na imigração feminina e a possível existência das chamadas redes coercitivas, assim como a porcentagem de mulheres migrantes que se dedica ao setor de serviços.

**Importância:** A “vitimização” e a “criminalização” das mulheres migrantes que trabalham no setor de serviços sexuais são generalizadas. Ter dados reais e comparativos é importante para mostrar a diversidade existente. Também é importante conhecer a magnitude do trabalho de cuidados que nossa sociedade está transferindo para o setor das mulheres migrantes.

**Fontes de informação:** Instituto Catalão de Saúde. Ministério do Interior. Pesquisa de População Ativa (INE/IDESCAT).

#### Indicador 6: Luto migratório

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres e porcentagem de homens afetada pela chamada “síndrome de Ulisses”<sup>12</sup> ou consequências sobre as saúde decorrentes do processo migratório inicial.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência.

**Objetivo:** Mostrar as possíveis diferenças entre mulheres e homens relacionadas aos efeitos de seu projeto migratório inicial sobre a saúde, considerada integralmente.

**Importância:** Mostrar as possíveis desigualdades nas consequências do processo migratório para homens e mulheres e seus diferentes impactos sobre a saúde das pessoas.

**Fontes de informação:** SAPPPIR (Servicio de Atención Psicosocial y Psicopatológica a Inmigrantes y Refugiados), de Barcelona.

#### Indicador 7: Grau de satisfação com o atendimento de saúde

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres migrantes que usam o sistema de saúde e, entre elas, as que se consideram atendidas sem discriminação nesse sistema.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência, tipologia dos serviços utilizados.

**Objetivo:** Mostrar e detectar a discriminação que as mulheres migrantes sofrem (ou não) no atendimento de saúde. Verificar os recursos específicos disponíveis na

12. Os psiquiatras definem a “síndrome de Ulisses” como um transtorno mental que afeta os imigrantes ilegais. A síndrome é desencadeada, sobretudo, pela sensação de perda pela qual uma pessoa passa ao abandonar o seu local de origem

saúde pública (agentes de saúde, tradutores, entre outros) para o atendimento às mulheres migrantes.

**Importância:** Trata-se de um indicador subjetivo que pode dar conta de problemas específicos que afetam as mulheres migrantes na relação com sua tradição em saúde. A diversidade de idiomas, culturas, formas de perceber e entender a saúde, etc., deveriam ser consideradas no atendimento de saúde das mulheres migrantes.

**Fontes de informação:** Pesquisa de Saúde da Catalunha.

#### Indicador 8: Doenças derivadas das tipologias trabalhistas

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres migrantes que sofrem com doenças relacionadas aos trabalhos de serviços domésticos e de cuidados remunerados com relação ao total de mulheres migrantes que realizam esse tipo de trabalho.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência.

**Objetivo:** Mostrar um tipo de consequência do trabalho sobre a saúde que afeta, fundamentalmente, as mulheres, já que são elas as que realizam esse tipo de trabalho.

**Importância:** Tornar visível a situação, ao longo do tempo, das consequências dos chamados *nichos trabalhistas étnicos* para as mulheres migrantes.

**Fontes de informação:** Não existe informação.

#### Indicador 9: Violência institucional (expulsões, sanções, tramitações)

---

**Definição:** Porcentagem de mulheres migrantes e porcentagem de homens migrantes com procedimentos de expulsão ou sanções administrativas policiais.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência, motivo das sanções.

**Objetivo:** Mostrar os motivos diferenciados da violência institucional contra migrantes, a depender de serem mulheres ou homens.

**Importância:** Na aplicação das políticas públicas e dos regulamentos vigentes existem diferenças que geram desigualdades entre os sexos, e afetam negativamente as mulheres. Embora o indicador não mostre nem as causas nem as estratégias que as mulheres migrantes usam frente a essa violência institucional, será importante estudá-las. Da mesma forma, é importante conhecer as consequências dessa violência, que geram grave insegurança nas mulheres e sua maior dependência dos homens.

**Fontes de informação:** Ministério do Interior.

## Indicador 10: Incidência do “racismo residencial” em mulheres migrantes

---

**Definição:** Número de denúncias apresentadas por mulheres, em escritórios do Síndic de Greuges (defensor público) por terem sido vítimas de discriminação no acesso à moradia de aluguel (oferecida no mercado) pelo fato de ser migrantes.

**Variáveis:** País de procedência, nível de escolaridade, faixas de idade significativas, anos de permanência.

**Objetivo:** Mostrar o grau de discriminação no acesso à moradia de aluguel que sofrem as mulheres migrantes em razão de sua origem.

**Importância:** Explicitar a existência de preconceitos que são obstáculos no acesso à moradia como direito e o não cumprimento relativo do respeito à função social da propriedade. Seria uma base para estabelecer critérios de atuação em políticas sociais e de habitação específicas para segmentos de mulheres em situações vulneráveis (se fosse necessário).

**Fontes de informação:** Relatório Anual de Reclamações



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Bárbara (1999). “Cuando el tiempo es dinero. Racionalidades del tiempo y desafíos a la teoría y práctica del trabajo”. *Sociología del Trabajo*, n. 37. Madrid: Universidad Complutense. p. 5-39.

ADDABBO, Tindara; LANZI, D. e PICCHIO, Antonella (2003). “On Sustainable Human Development: Gender Auditing in a Capability Approach”. III International Conference on the Capability Approach. Pavia (Itália), set. 2003.

ADDABBO, Tindara e PICCHIO, Antonella (2005). “Living and Working Conditions in an Opulent Society: a Capability Approach in a Gender Perspective”. V International Conference on the Capability Approach: Knowledge and Public Action. Paris (França), set. 2005.

AGRA, María José (1999). “El alcance de la justicia y las complejas desigualdades de género”. In: ORTEGA, Margarita et al. *Género y ciudadanía*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.

ALBERDI, Inés e MATAS, Natalia (2002). *La violència domèstica. Informe sobre els maltractaments a dones a Espanya*. Barcelona: Fundació La Caixa.

ALMEDA, Elisabet (2004). *Les famílies monoparentals a Catalunya: perfils, necessitats i percepcions*. Generalitat de Catalunya, Departamento de Bienestar y Familia.

ARAYA, Mariel e SIPI, Remei (2005). *Les dones migrades. Apunts, històries, reflexions, aportacions... Quadern de l'Institut Català de les Dones*, n. 5. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Institut Català de les Dones.

ARENDT, Hannah (1993). *La condición humana*. Barcelona: Paidós. (*A condição humana*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.)

ARTAZCOZ, Lucía; ARTIEDA, Liliana; BORRELL, Carme; CORTÈS, Imma;

BENACH, Joan e GARCÍA, Vega (2004a). “Combining job and family demands and being healthy: What are the differences between men and women?”. *European Journal of Public Health*, n. 14, p. 43-48.

ARTAZCOZ, Lucía; BENACH, Joan; BORRELL, Carme; CORTÉS, Imma e ROHLFS, Izabella (2004b). “Women, family demands and health: the importance of employment status and socio-economic position”. *Social Science and Medicine*, n. 59, p. 263-74.

BIRULÉS, Fina (2004). “Les dones i la política”. *Dia Internacional de les Dones: Palau de la Generalitat, 7 de març de 2004. Quaderns de l’Institut*, n. 1. Barcelona: ICD (Institut Català de les Dones). p. 15-31.

BOFILL, Anna (2005). “Vivienda y espacio comunitario”. Comunicación presentada na Jornada Urbanismo y Género. Una visión necesaria para todo el mundo. Barcelona, 27, 28 e 29 de abril de 2005.

BORJA, Jordi (2003). *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza.

BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina e GRAU, Elena (2005). “Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo”. In: TELLO, Enric. *La historia cuenta: del crecimiento económico al desarrollo humano sostenible*. Barcelona: El Viejo Topo. p. 321-346.

CA LA DONA (Casa da Mulher), Grupo de Trabajo sobre Participación (1998). “Transformem la ciutat donant valor a la participació de les dones”. Palestra presentada no I Congreso de las Mujeres de Barcelona, 15-16 jan. 1999. Disponível em: <<http://www.bcn.es/congresdones/cponenc2.htm>>, página com última atualização em 21 dez. 1998. Acesso em: 30 set. 2011.

CARRASCO, Cristina (2001). “La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?”. *Mientras Tanto*, n. 82. Barcelona: Fundación Giulia Adinolfi-Manuel Sacristán/ Icaria Editorial. p. 43-70.

\_\_\_\_\_ (2006). “La paradoja del cuidado: necesario pero invisible”. *REC – Revista de Economía Crítica*, n. 5. p. 39-64.

CARRASCO, Cristina et al. (2005). *El treball de les dones a Catalunya: cap a una igualació creixent? Estudi a partir de la informació de l’Enquesta d’Ús del Temps, 2002-2003*. Barcelona: CTEESC (Consell de Treball, Econòmic i Social de Catalunya).

CARRASCO, Cristina et al. (1997). *Mujeres, trabajos y políticas sociales: una aproximación al caso español*. *Estudios*, n. 51, Madrid: Instituto de la Mujer.

CARRASCO, Cristina et al. (2003). *Tiempos, trabajos y flexibilidad: una cuestión de género*. *Estudios*, n. 78. Madrid: Instituto de la Mujer.

CARRASCO, Cristina et al. (2004). *Trabajo con mirada de mujer: propuesta de una encuesta de población activa no androcéntrica*. Madrid: Consejo Económico y Social.

- CARRASCO, Cristina e MAYORDOMO, Maribel (2000). “Los modelos y estadísticas de empleo como construcción social: la encuesta de población activa y el sesgo de género”. *Política y Sociedad*, n. 34. Madrid: Universidad Complutense – Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. p. 101-112.
- CES (Consejo Económico y Social) (2000). *La protección social de las mujeres*. Colección Informes, n. 4. Madrid.
- CORSI, Jorge (2003). *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico*. Barcelona: Paidós.
- “DECLARACIÓN de Montreal sobre la Seguridad de las Mujeres”. I Seminario Internacional sobre la Seguridad de las Mujeres, maio de 2002.
- DIRECCIÓN General de Vivienda (2003). *Estudio de la Vivienda en Catalunya 2002*. Departamento de Política Territorial y Obres Públicas, Generalidad de Catalunya.
- DOYAL, Lesley (2001). “Sex, gender, and health: the need for a new approach”. *British Medical Journal*, n. 323. p. 1061-1063.
- DOYAL, Lesley; PAYNE, Sarah e CAMERON, A. (2003). “Promoting gender equality in health”. Manchester: Equal Opportunities Commission.
- GENERALITAT de Catalunya (2004). *Enquesta de Seguretat Pública de Catalunya. Edició 2004*. Departamento de Justicia e Interior.
- GONZÁLEZ, Josep *et. al.* (2002). *La desigualtat salarial a Catalunya (1995-2000)*. Barcelona: Editorial Mediterrània.
- GRUPO de Trabajo sobre participación de Ca la Dona (1998). “Transformem la ciutat donant valor a la participació de les dones”. Artigo apresentado no Congr s de les Dones de Barcelona.
- HAYDEN, Dolores (1976). “¿Cómo seria una ciudad no sexista? Especulaciones sobre vivienda, diseño urbano y empleo”. In: *Ciudades para un futuro m s sostenible. Boletín CF+S 7. Especial Mujer y Ciudad*. Disponible em: <<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n7/adhay.html>>. Acceso em: 16 out. 2011.
- HOCHSCHILD, Arlie (1989). “The second shift: working parents and the revolution at home”. New York: Viking Press.
- LAURENZO, Patricia (2005). “La violencia de g nero en la ley integral. Valoración político criminal”. *Revista Electrónica de Ciencia Penal e Criminología*, n. 7. Disponible em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/40532>>. Acceso em: 16 out. 2011.
- LIBRERÍA de Mujeres de Milán (1996). *El final del patriarcado. Ha ocurrido y no por casualidad*. María-Milagros Rivera (trad.). Barcelona: Pr leg.
- MASSOLO, Alejandra (2005). “G nero y seguridad ciudadana: el papel y reto de los gobiernos locales”. Artigo apresentado no Seminario Permanente sobre Violencia do PNUD. El Salvador: Programa Hacia la Construcción de una Sociedad sin Violencia.

MAYORDOMO, Maribel (2004). *Dones, Treballs i Economia Laboral: Una proposta alternativa per analitzar el món del treball*. Colección Tesis Doctorales, n. 2. Barcelona: Consell de Treball, Econòmic i Social de Catalunya (CTESC).

MUIXÍ, Zaida e PUIGJANER, Anna (2005). Conclusiones del “Taller la casa sense gènere”. Jornadas Urbanismo y Género. Una visión necesaria para todos. Barcelona, 27-29 abril 2005. Disponible em: <www.urbanismeigenere.net>. Acceso em: 26 jan. 2006.

MURILLO, Soledad (1996). *El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio*. Madrid: Siglo XXI.

NASH, Mary (2005). *Inmigrantes en nuestro espejo. Inmigración y discurso periodístico en la prensa española*. Barcelona: Icaria.

NOLAN, M.; GRANT, G. e KEADY, J. (1996). *Understanding Family Care: A Multi-dimensional Model of Caring and Coping*. Buckingham: Open University Press.

ORTIZ, Enrique e ZÁRATE, Ma Lorena (Orgs.) (2005). *De la marginación a la ciudadanía 38 casos de producción y gestión social del hábitat*. Forum Barcelona 2004, Habitat International Coalition, Diálogos Ciudad y Ciudadanos del siglo XXI, Coalición Internacional para el Hábitat, set. 2004.

PAHL, Jan (1989). *Money and Marriage*. Basingstoke (UK): Palgrave MacMillan.

PARELLA, Sònia (2001). *Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación*. Cidade: Anthropos.

PATEMAN, Carole (1996). “Críticas feministas a la dicotomía público/privado”. In: CASTELLS, Carmen (org.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós (1ª ed. 1983). p. 31-52.

PEIRÓ, Rosana *et al.* (2004). “Sensibilidad de género en la formulación de planes de salud en España: lo que pudo ser y no fue”. *Gaceta Sanitaria*, n. 18, supl. 2, p. 36-46.

PICCHIO, Antonella (2001). “Un enfoque macroeconómico ‘ampliado’ de las condiciones de vida”. In: CARRASCO, Cristina (org.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona. p. 15-39.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (1994). *Informe sobre Desarrollo Humano 1994*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

ROBEYNS, Ingrid (2003). “Sen’s Capability Approach and Gender Inequality: Selecting Relevant Capabilities”. *Feminist Economics*, n. 9(2-3). p. 61-92.

\_\_\_\_\_ (2005). “The Capability Approach and Welfare Policies”. Conference of Gender Auditing and Gender Budgeting, Bolonha (Itália), 28 jan. 2005.

- RODRÍGUEZ, Pilar (1998). “El problema de la dependencia en las personas mayores”. *Documentación Social*, n. 112, Madrid: Caritas Española. p. 33-64.
- ROMÁN, Marta (1998). “La reconstrucción del espacio cotidiano”. In: *Ciudades para un futuro más sostenible. Boletín CF+S 7. Especial Mujer y Ciudad*. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n7/adhay.html>>. Acesso em: 16 out. 2011.
- RUIZ-CANTERO, Maria Teresa e VERDÚ-DELGADO, María (2004). “Sesgo de género en el esfuerzo terapéutico”. *Gaceta Sanitaria*, n. 18, supl. 1. p. 118-125.
- SAINSBURY, Diane (ed.) (1994). *Gendering Welfare States*. Londres: Sage Publications.
- SCHULZ, R; Visintainer, P e Williamson, G. M. (1990). “Psychiatric and physical morbidity effects of caregiving”. *Journal of Gerontology*, n. 45, p. 181-191.
- SCHULZ, R.; O’BIEN, A.; BOOKWALA, J. e FLEISSNER, K. (1995). “Psychiatric and physical morbidity effects of dementia caregiving: Prevalence, correlates, and causes”. *The Gerontologist*, n. 35, p. 771-791.
- SEN, Amartya (1985). *Commodities and Capabilities*. Amsterdam: North Holland.
- \_\_\_\_\_ (1996). “Capacidad y bienestar”. In: NUSSBAUM, Martha e SEN, Amartya (org.) *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica (1ª ed. 1993). p. 54-83.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Development as Freedom*. New York: Anchor Books. (*Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.)
- \_\_\_\_\_ (2000). “A Decade of Human Development”. *Journal of Human Development*, v. 1, n. 1. p. 17-23.
- SIPI, Remei (2004). *Inmigración y género. El caso de Guinea Ecuatorial*. Donostia-San Sebastián (ES): Gakoa.
- SORENSEN, Gloria e VERBRUGGE, Lois (1987). “Women, work, and health”. *Annual Review of Public Health*, n. 8. p. 235-251.
- TONUCCI, Francesco (2004). “Forse i bambini ci salveranno”. In: SOSSI, L.; TONUCCI, F. e ZAPPELLA, D. *La città sostenibile e i diritti delle bambine e dei bambini*. Bérgamo (Itália): Lubrina-LEB.
- TORNS, Teresa (2001). “El tiempo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad”. In: CARRASCO, Cristina (ed.) *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona. p. 133-147.
- \_\_\_\_\_ (2004). “Las políticas de tiempo: un reto para las políticas del estado del bienestar”. *Trabajo. Revista de la Asociación Estatal de Centros Universitarios de Relaciones Laborales y Ciencias del Trabajo*, 13. Huelva (Espanha): Universidad de Huelva. p. 145-164.

TREPPTE, Carmen (2005). *Aprender también quiere decir levantar puentes*. Ed. GRAMC.

TRILLA, Carme e LÓPEZ, Joffre (2002). *Els habitatges de la població catalana*. Panel de Desigualdades Sociales en Catalunya, Fundació Bofill, <<http://www.ob-desigualtats.org/>>.VF.

VANTAGGIATO, Iaia. (2001). “El tiempo que me queda’. Relación entre el tiempo de la necesidad y el de la libertad”. In: BUTARELLI, A. *et al. Una revolución inesperada. Simbolismo y sentido del trabajo de las mujeres*. Madrid: Narcea. p. 41-64.

VELÁZQUEZ, Susana (2003): *Violencias cotidianas, violencia de género*, Paidós, Barcelona.

VIRTANEN, Marianna *et al.* (2002): “Selection from fixed term to permanent employment: prospective study on health, job satisfaction, and behavioural risks”, *Journal Epidemiol Community Health*; 56:693-9.

VVAA (2004). *Les condicions de vida de la població d'origen no comunitari a Catalunya*. Barcelona: Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans.

\_\_\_\_\_ (2005). *Mujeres en el camino. Fenómeno de la migración femenina en España*. Barcelona: Icaria.

WOOLF, Virginia (1999). *Tres guineas*. Barcelona: Lumen. (*Três guineus*. Lisboa: Vega, 1978.)

## AUTORAS E ORGANIZADORAS

**Cristina Carrasco** é economista, professora da Universidade de Barcelona (Espanha), militante feminista e integrante do grupo Ca la Dona. É organizadora de *Mujeres y economia* (Barcelona: Icaria, 1999) e autora de vários artigos sobre economia, entre os quais se destaca “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”, em *A produção do viver*, organizado por Nalu Faria e Miriam Nobre (Cadernos Sempreviva, SOF, 2003).

**Marilane Oliveira Teixeira** é economista, doutoranda no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no tema de feminismo e economia. É especialista em mercado de trabalho, relações de trabalho e gênero. Trabalha como assessora econômica da Confederação Nacional do Ramo Químico e do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Coordena o Curso de Capacitação de Mulheres em Negociação Coletiva no Setor Energético, para a América Latina e Caribe, da Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores Químicos, Energia, Minas e Indústrias Diversas (ICEM). É integrante do grupo de especialistas da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

**Nalu Faria** é psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapientiae). Atua na SOF desde 1986, onde desenvolve atividades de assessoria, articulação e formação feminista com grupos de mulheres, movimentos sociais, ONGs e gestores públicos. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde* (1993 a 2002), a Coleção Cadernos Sempreviva (14 livros desde 1997) e o boletim *Folha Feminista* (desde 1999). Com Sonia Alvarez e Miriam Nobre, organizou o dossiê “Feminismos no Fórum Social Mundial”, para a *Revista Estudos Feministas* (2003). É autora de vários artigos sobre o movimento de mulheres, entre eles “O feminismo latinoamericano e caribenho:

perspectivas diante do neoliberalismo” e “Mulheres rurais na economia solidária”. Integra a Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

**Renata Moreno** integra a equipe técnica da SOF desde 2005. É socióloga, mestranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Assessorou a coordenação regional da Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) entre 2005 e 2009, participando, em 2007, da equipe de coordenação do curso “Economia feminista: uma visão antissistêmica”. É coautora do caderno *Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe* e coorganizadora de *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*, publicados pela SOF em 2007 e 2010. Integra a Rede Economia e Feminismo (REF) e a coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM).



Secretaria de  
Políticas para as Mulheres



[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

ISBN 978-85-86548-20-8



9 788586 548208